



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
MESTRADO EM HISTÓRIA**

**RAFAEL DE OLIVEIRA CRUZ**

**O TERCEIRO REINADO EM QUESTÃO: ISABEL I, UMA (IM)POSSÍVEL  
IMPERATRIZ NAS LAUDAS DA IMPRENSA PROVINCIAL (1886-1889)**

**Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos  
São Cristóvão - SE  
2020**

**RAFAEL DE OLIVEIRA CRUZ**

**O TERCEIRO REINADO EM QUESTÃO: ISABEL I, UMA (IM)POSSÍVEL  
IMPERATRIZ NAS LAUDAS DA IMPRENSA PROVINCIAL (1886-1889)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em  
História da Universidade Federal de Sergipe como requisito  
obrigatório para a obtenção do título de Mestre em História.

**Área de concentração:** Cultura e Sociedade.

**Orientadora:** Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Edna Maria Matos Antônio.

**Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos  
São Cristóvão - SE  
2020**

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

Cruz, Rafael de Oliveira  
C957t O terceiro reinado em questão : Isabel I uma (im)possível  
imperatriz nas laudas da imprensa provincial (1886-1889) / Rafael  
de Oliveira Cruz ; orientadora Edna Maria Matos Antônio. – São  
Cristóvão, SE, 2020.  
126 f. : il.

Dissertação (mestrado em História) – Universidade Federal de  
Sergipe, 2020.

1. História. 2. Mulheres - História. 3. Imprensa - Brasil. I.  
Antônio, Edna Maria Matos, orient. II. Título.

CDU 930-055.2:070(81)



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
MESTRADO EM HISTÓRIA**

**RAFAEL DE OLIVEIRA CRUZ**

**O TERCEIRO REINADO EM QUESTÃO: ISABEL I, UMA (IM)POSSÍVEL  
IMPERATRIZ NAS LAUDAS DA IMPRENSA PROVINCIAL (1886-1889)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Sergipe como requisito obrigatório para a obtenção do título de Mestre em História.

Aprovada em: 30 de julho de 2020.

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Edna Maria Matos Antônio  
Universidade Federal de Sergipe

---

Prof. Dr. Carlos de Oliveira Malaquias  
Universidade Federal de Sergipe

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Lina Maria Brandão de Aras  
Universidade Federal da Bahia

**Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos  
São Cristóvão - SE  
2020**

Aos meus pais, Antônio e Neuza.

## AGRADECIMENTOS

Nunca me disseram que seria fácil, mas também nunca imaginei que concretizar seria tão complexo. Uma jornada marcada por dificuldades, lutas, medos, muitos momentos de felicidade e de esperança, por isso, agradeço imensamente a Deus por ter me sustentado e mantido a serenidade para que eu pudesse dizer que venci.

Agradeço aos meus pais, Antônio e Neuza, ainda que não compreendessem a importância de um curso de pós-graduação cursado em um lugar tão distante de casa, nunca deixaram de acreditar em mim. Muito obrigado por apoiar nos momentos difíceis e por nunca me deixar desanimar. A eles e a todos os outros familiares que incentivaram nesta jornada, eu fico imensamente grato.

Sendo um trabalho construído em duas casas: a Universidade Federal da Bahia e a Universidade Federal de Sergipe, há muitas pessoas de quem eu não poderia deixar de mencionar. Durante a minha jornada na capital baiana enquanto aluno do Programa de Pós-Graduação em História, gostaria de agradecer às sugestões da Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Maria de Fátima Novaes Pires, do Prof. Dr. Antônio Fernando Guerreiro Moreira de Freitas e da Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Lina Maria Brandão de Aras pelos comentários, sugestões, críticas e elogios que fizeram crescer o meu trabalho. A mesma gratidão é dada ao Prof. Dr. Dilton Oliveira de Araújo que, com muita paciência e inúmeras contribuições, me ajudou nos primeiros passos e no aprimoramento do meu trabalho.

Questões pessoais me impediram de finalizar o trabalho em terras baianas, acabei precisando me desligar e seguir adiante em outros espaços. Como se diz que “há males que vem para o bem”, o Programa de Pós-Graduação em História da UFS é uma casa mais acolhedora do que eu poderia imaginar. Agradeço imensamente à Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Edna Maria Matos Antônio, minha orientadora que com muito carinho aceitou me orientar. Agradeço às contribuições do Prof. Dr. Augusto do Nascimento, do Prof. Dr. Antônio Fernando de Araújo Sá e ao Prof. Dr. Augusto da Silva e a Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Lucilene Lages da Silva pelas excelentes contribuições na Banca de Qualificação. Agradeço, também, aos colegas Daniel, Éden e Marcus Vinícius pela parceria, pelas risadas e pelo apoio mútuo em nossa jornada.

Sou grato não somente aos docentes e colegas que fizeram parte de minha jornada. Não poderia deixar de agradecer ao irmão que a vida me reservou, meu querido amigo Fabiano Borges que fez a minha estada em Salvador um dos melhores momentos da minha vida. A ele

e outros tantos que estiveram comigo em terras soteropolitanas, o meu mais profundo agradecimento.

Em Aracaju, um outro irmão reservado pelo destino foi Allan Galdino. Uma pessoa que mora no meu coração e que foi fundamental para fazer a caminhada por terras sergipanas outro momento tão especial. É bom saber que há pessoas com quem podemos contar e sentir falta mesmo que geograficamente afastados.

Gostaria de agradecer especialmente à direção do Centro Territorial de Educação Profissional do Piemonte Norte do Itapicuru pelo apoio e, quando foi necessário, pela adequação do meu horário para atender às minhas necessidades acadêmicas. Agradeço aos colegas que sempre me incentivaram e me deram suporte quando eu precisava me afastar. Assim como não deixar de esquecer alunos e alunas que sempre fizeram compreender que a História é uma arte.

Agradeço ainda, à minha grande incentivadora, a Prof<sup>a</sup> Sheyla Farias Silva, orientadora da licenciatura em História da Universidade de Pernambuco e uma grande amiga que mostrou todas as possibilidades enquanto seguidor de Clio.

Enfim, a todos e todas que estiveram torcendo por mim, meu muito obrigado!

Padre Nosso Republicano

Rei nosso que estás na Boa Vista, amaldiçoado seja o teu nome; o teu reinado está a acabar; a tua vontade não seja feita nem na terra nem no céu. Dá-nos o pão nosso de cada dia, que a tua afilhadagem nos rouba; perdoa aos teus parlamentos assim como nós perdoamos teus ministros que só tratam da barriga. Não nos deixes cair na carolice de Isabel e livra-nos das garras do conde d'Eu! *Per omnia secula seculorum*. Amém.

*O Republicano*, 20 de outubro de 1889

Salve, Princesa, que soubestes robustecer no peito dos brasileiros a crença inabalável de que a dinastia imperial é o penhor mais sagrado da ordem, da liberdade do sistema monárquico representativo.

Salve, Princesa Poderosa, magnânimo coração que em um curto período de administração, empunhando o centro da monarquia fundada pelo imorredouro D. Pedro I, quebrastes as cadeias dos oprimidos, abençoando os pobres cativos.

O vosso Augusto Nome ficará eternamente gravado no coração do Brasil.

*O Asteroide*, 13 de maio de 1889



## RESUMO

As notícias do agravamento da enfermidade do imperador D. Pedro II e a consequente investidura da princesa D. Isabel como regente do Império em 1887, fez multiplicar na imprensa de diversas partes do país as expectativas em torno de um possível Terceiro Reinado. Sendo a política no Brasil oitocentista um campo essencialmente masculino, o dispositivo constitucional que permitia a sucessão feminina ao trono não era garantia de aceitação entre diversos segmentos que acreditavam ser a esfera doméstica o espaço reservado aos papéis femininos. Este trabalho pretende discutir sobre esse momento em que se construíam percepções do iminente reinado de Isabel I, a partir dos periódicos que circulavam nas províncias da Bahia e de Sergipe, tentando identificar de que maneira a imprensa dessas províncias, localizadas geograficamente afastadas da Corte Imperial no Rio de Janeiro, projetavam – quer apoiando, quer rejeitando – as possibilidades de uma monarquia encabeçada por uma mulher tida como excessivamente religiosa e casada com um estrangeiro. Pretendemos, assim, discutir sobre as concepções sociais e políticas que permeavam os discursos de tais periódicos, em um momento que pululavam questões sobre a abolição da escravidão, a ideia do federalismo e da república, buscando analisar se o sexo da herdeira do trono brasileiro teria sido um dos fatores que minaram os apoios pela continuidade da monarquia em no final do século XIX.

**Palavras-chaves:** Princesa Isabel. Terceiro Reinado. República. Imprensa.

## ABSTRACT

The news of the worsening of the illness of Emperor D. Pedro II and the consequent investiture of Princess D. Isabel as regent of the Empire in 1887, made the expectations of a possible Third Reign multiply in the press from different parts of the country. As politics in nineteenth-century Brazil was essentially male, the constitutional provision that allowed female succession to the throne was no guarantee of acceptance among various segments that believed that the domestic sphere was the space reserved for female roles. This paper intends to discuss about this moment in which perceptions of the imminent reign of Isabel I were being built, from the periodicals that circulated in the provinces of Bahia and Sergipe, trying to identify how the press of these provinces, located geographically distant from the Imperial Court in Rio de Janeiro, projected – either supporting or rejecting – the possibilities of a monarchy headed by a woman considered to be excessively religious and married to a foreigner. We intend, therefore, to discuss the social and political conceptions that permeated the speeches of such periodicals, at a time that swarmed questions about the abolition of slavery, the idea of federalism and the republic, seeking to analyze whether the sex of the heir to the Brazilian throne would have been one of the factors that undermined support for the continuity of the monarchy in the late 19th century.

**Keywords:** Princess Isabel. Third Reign. Republic. Press.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Figura 1** – Charge representando a princesa D. Isabel caminhando sobre os andaimes da Igreja Matriz de Petrópolis. *A Locomotiva*, 5 de maio de 1889 .....76
- Figura 2** – Charge representando emigrantes cearenses, fugindo da seca, morrendo de fome às portas da Igreja Matriz de Petrópolis. *A Locomotiva*, 5 de maio de 1889 .....78
- Figura 3** – *Lei Áurea*. Miguel Navarro y Cañizares. 1888. Óleo s/tela. Acervo da Escola de Belas Artes – Universidade Federal da Bahia .....101

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>1. CAPÍTULO I – ISABEL DE BRAGANÇA, PRINCESA IMPERIAL DO BRASIL</b>	<b>21</b>
1.1. Trajetória de uma Princesa Imperial .....	21
1.2. Aprendiz de Imperatriz .....	31
1.3. A imprensa, um veículo de representações da futura Imperatriz .....	43
<b>2. CAPÍTULO II – CAROLA E MELÔMANA: GÊNERO E RELIGIOSIDADE DA PRINCESA IMPERIAL NAS PÁGINAS DA IMPRENSA .....</b>	<b>53</b>
2.1 Ser mulher e governante do trono do Cruzeiro do Sul.....	61
2.2 A imprensa e o perfil religioso de D. Isabel.....	71
<b>3. CAPÍTULO III – BATALHAS DE FLORES NÃO CONDUZEM AO TRONO .....</b>	<b>80</b>
3.1. A Princesa Imperial e o abolicionismo .....	80
3.2. A desconstrução do Terceiro Reinado .....	95
3.3. A viagem do Conde d’Eu às províncias do Norte e a queda da monarquia no Brasil ..	102
<b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>109</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>112</b>
<b>FONTES.....</b>	<b>112</b>

## INTRODUÇÃO

Em junho de 1887, o imperador D. Pedro II partia pela terceira vez em viagem para a Europa para tratamento de saúde, deixando sua filha e herdeira, a princesa D. Isabel na condição de regente do Império. O periódico sergipano, *A Reforma*, dizia em sua edição de 23 de outubro daquele mesmo ano que “mórbido, o imperador, sem esperança de restabelecimento, embora mandem da Europa que o seu estado continua satisfatório, não padece a menor dúvida que teremos uma regência prolongada, que servirá de prólogo ao terceiro reinado”.

O agravamento da moléstia<sup>1</sup> de D. Pedro II permitiu que, em vários setores nacionais, ampliassem os debates acerca da sucessão imperial e da própria continuidade da monarquia brasileira. A discussão sobre a sucessão imperial passou a ocupar as laudas da imprensa nacional sempre refletindo o processo que daria à possível ascensão da Princesa Imperial à condição de Imperatriz Constitucional e Defensora Perpétua do Brasil.

Os novos estudos historiográficos mostram que assim que assumiu a regência do Império pela terceira vez, intelectuais e políticos brasileiros como André Rebouças, Joaquim Nabuco e João Alfredo Correa de Oliveira elaboravam uma proposta para concretizar efetivamente o Terceiro Reinado, ao mesmo tempo em que a participação da Princesa dentro do processo abolicionista e sua aproximação de setores moderados do movimento caracterizaram a sua efetiva participação no cenário político nacional. Era um movimento denominado de *isabelismo* e que buscava garantir a continuidade monárquica na pessoa de D. Isabel.

Segundo Maria Luiza de Carvalho Mesquita (2008), André Rebouças e Joaquim Nabuco pensavam no reinado de D. Isabel I como uma possibilidade de efetivar a ideia de uma “monarquia democrática popular”. A confabulação para concretizar essa possibilidade teria acontecido ainda durante o gabinete de João Alfredo Correa de Oliveira que chegou a redigir a abdicação de D. Pedro II, quando a Princesa gozava de uma ampla popularidade em diversos setores da sociedade. A ideia declinou depois que o Imperador se recusou a assinar a renúncia ao trono.

Apesar do apoio partindo de alguns intelectuais, a política ostensiva contra a Princesa e o Príncipe Consorte seguiu forte em diversos segmentos da imprensa do sul do país. Era preciso

---

<sup>1</sup> De acordo com José Murilo de Carvalho (2007, p. 198), o imperador sofria de diabetes desde o início da década de 1880. Em fevereiro de 1887, enquanto assistia a uma peça teatral, sofreu um ataque febril acompanhado de calafrios, congestão hepática e vômitos. Na Corte circulavam boatos que o velho monarca tinha chegado, inclusive, a perder parte de sua capacidade de memória.

descaracterizar D. Isabel de qualquer senso político e, acima de tudo, torná-la insustentável em um período que predominavam as ideias cientificistas e o discurso religioso perdia cada vez mais espaço.

Nesse jogo político, os discursos nos jornais de províncias afastadas geograficamente do Rio de Janeiro não fugiriam do jogo das representações sobre a figura da Princesa Imperial nas últimas décadas do século XIX. O periódico baiano, *O Asteroide*<sup>2</sup>, publicado na cidade de Cachoeira, na edição de 13 de maio de 1889, louvava a pessoa de D. Isabel pelo seu ato na extinção do elemento servil, como um grande ato de benevolência da futura soberana. Nesse mesmo contexto, um jornal de caráter religioso como o sergipano *O São Francisco*<sup>3</sup>, editado em Propriá, em sua edição de 8 de agosto de 1889 anunciava que a Princesa Imperial não passava de uma carola, explicando que se a mesma fosse religiosa, seria uma pessoa ponderada, mas que para o redator, a religiosidade da futura Imperatriz beirava o fanatismo.

O fervor religioso da Princesa, alvo de inúmeras críticas durante os anos finais da monarquia abre um precedente importante dentro da história política, já que para Aline Coutrot (2010, p. 331), as forças religiosas devem ser pensadas como parte de uma explicação política em diversos segmentos. Portanto, a partir diversidade de discursos acerca do perfil da futura soberana do Brasil, nos questionamos acerca de como os diversos setores da imprensa baiana e sergipana se posicionaram sobre a eventual sucessão dinástica e de que forma isso contribuiu para a condução dos destinos políticos do Brasil.

As leituras para a construção desta proposta de pesquisa nos proporcionaram uma indagação maior ao se perguntar de que forma os periódicos discutiam a eventual coroação de D. Isabel. Essa inquietação abre espaço para observar como as Províncias do Norte<sup>4</sup> se manifestavam esse aspecto político e a eventual ascensão de uma mulher ao trono brasileiro.

Dessa forma, partimos para a observação nas províncias da Bahia e de Sergipe, buscando primordialmente nessa relação como atentavam ao desenrolar do jogo político e de que maneira estavam posicionados nos meandros do poder, visto que as regiões mais afastadas não eram meros imitadores do centro político do país, mas que o centro recebia as diversas influências das elites regionais, as quais passaram a contribuir enfaticamente no desenrolar do jogo político nacional (GOUVÊA, 2008). No caso específico da Bahia, há de se notar a sua importância na construção e consolidação do estado monárquico constitucional, tornando-se

---

<sup>2</sup> *O Asteroide*, Bahia, 15 de maio de 1889.

<sup>3</sup> *O São Francisco*, Sergipe, 8 de agosto de 1889.

<sup>4</sup> Durante todo o século XIX a parte setentrional do Brasil era chamada unicamente de “Norte”. De acordo com Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2011), o “Nordeste” é uma construção geográfica e cultural que foi construída nas primeiras décadas do século XX.

assim uma província de grande destaque no cenário nacional (MATTOSO, 1992). Rinaldo Leite (2009, p.183) chama a atenção para a importância que a Bahia teve durante o período imperial, quando seus nomes desempenharam um papel hegemônico na configuração política nacional. Incluímos a província de Sergipe devido à sua posição próxima à província da Bahia e o grande entrosamento cultural e econômico com ela (QUINTAS, 2004, pp. 206-207).

Assim, buscamos para esse trabalho contribuir para solucionar indagações de como sujeitos políticos, a partir de seus veículos da imprensa periódica, da Bahia e de Sergipe encararam a possibilidade de a Princesa vir a ser coroada como D. Isabel I e quais os discursos eram apresentados em ambas as imprensas favoráveis ou contra a eventual aclamação da Imperatriz e como se caracterizavam tais falas. Entender tal processo possibilitará demonstrar de que forma as províncias afastadas geograficamente do centro político nacional dialogavam acerca do regime político brasileiro.

Para discutirmos essa temática, daremos ênfase ao período que vai de 1886, momento quando a Princesa retornou da França e onde já se alarmavam sobre o eventual falecimento de D. Pedro II – idoso e doente – e a possível aclamação de D. Isabel I, até 1889, quando se dá o golpe republicano de 15 de novembro. Neste período, observamos o auge do movimento abolicionista enquanto aglutinador da opinião política nacional e uma crescente insatisfação com a monarquia (MELLO, 2007).

Pretendemos desta forma, contribuir para o enriquecimento do debate acerca das transformações políticas brasileiras em finais do século XIX, as relações com a Bahia e Sergipe dentro do contexto nacional, possibilitando no preenchimento de uma lacuna da nossa produção historiográfica. Discutir sobre a atuação da Princesa D. Isabel é um assunto que tem merecido grande destaque a partir do final da década passada. Parte da historiografia tem se limitado ao papel da Princesa Imperial do Brasil acerca da participação política no processo de extinção da escravidão.

É um tema que requer algumas atenções e que remetem à necessidade de observar do ponto de vista teórico da Nova História Política que, a partir de suas influências recebidas da antropologia, sociologia e outras correntes das Ciências Humanas, ultrapassou as fronteiras de uma narrativa que buscava apenas declarar o feitos de reis e heróis, mas que buscou analisar as estruturas e transformações do cenário político. A partir da perspectiva de Marieta de Moraes Ferreira (1992, p. 269), busca-se a “diversidade dentro dos fundamentos dos poderes econômico, religioso e cultural. Levando em conta as instituições, os homens, as ideias, ao mesmo tempo que as práticas, o simbólico e o imaginário”. Não sendo apenas uma narrativa das estruturas, mas da relação entre a estrutura, as instituições e o modo de pensar.

Os novos estudos em torno da esfera política vão compreender a partir das inserções de outras abordagens – identificadas com o subjetivo e o imaginário – não mais apenas a política em seu sentido tradicional, mas, as “representações sociais ou coletivas, os imaginários sociais, a memória ou memórias coletivas, as mentalidades, bem como as diversas práticas discursivas associadas ao poder” (FALCON, 1997, p. 76).

A Nova História Política busca estudar essas maneiras de interpretação da realidade, saindo das construções que se faziam sobre figuras heroicas e compreendendo as trajetórias e os processos políticos. Para uma nova concepção da História Política, seria necessário um estudo da relação do Estado e suas instituições com a sociedade. Uma história que vá além de grandes nomes e personagens (OLIVEIRA, 2007).

No caso específico de D. Isabel abre espaço para um debate para a análise da participação desta mulher dentro de um universo estritamente masculino e que em torno dela circulavam ideias e expectativas que eram a chave de manutenção de um regime. Trazendo à luz da História de Gênero, como diz Rachel Soihet (1997), o estudo das mulheres recomenda a ampliação dos campos de investigação histórica e as esferas de participação feminina nos campos de poder, não apenas como meras figuras submissas.

Para essa abordagem entre a Princesa Isabel e as expectativas ocasionadas em segmentos da imprensa das Províncias do Norte, usamos dos conceitos da micro-história ao reduzir a escala de observação (LEVI, 1992) e um intenso estudo do material documentado, em nosso caso os textos da imprensa, e fundamentar a trajetória de D. Isabel, enquanto centro das atenções, como um problema e trazer a sua significação para as esferas de poder do Brasil oitocentista. A Princesa foi uma personagem política importante no final do período imperial e, portanto, é necessário conectar a sua trajetória, sem a necessidade de biografá-la, mas demonstrando as relações entre os trâmites da jornada do poder e acima de tudo, dos jogos de interesses dos rumos políticos da nação.

Michelle Perrot (1992) afirma que o termo “Poder” dentro da esfera política possui uma predominância estritamente masculina. Quando essa palavra passa a ser pronunciada no plural, equivalendo a “influências”, as mulheres terão a sua devida participação, isso principalmente, no Ocidente Cristão. Elas estão inseridas dentro do poder privado, no familiar e, até mesmo, dentro das relações sociais. Entretanto, em algumas ocasiões – raras, é verdade –, a mulher deixou os bastidores da política e assumiu um papel central e incisivo.

Durante o século XIX, sejam como soberanas ou como regentes, que é a situação em que se enquadrava a Princesa Imperial. Durante o período em que foi herdeira do Trono Imperial e, por três vezes, Regente do Império, D. Isabel exerceu duas funções que poderíamos



descrever como masculinas e femininas. As femininas seriam aquelas tidas como “naturais” às mulheres do século XIX: era filha, esposa e mãe. Dentro da esfera masculina, a Princesa lidou com as funções de Estado, o exercício do poder político, longe de ser atribuída uma mera influência, mas como protagonista do papel.

Roderick Barman (2005) analisa a dificuldade entre a discussão do exercício de poder atrelado ao gênero. Segundo o autor, o poder é exercido por um indivíduo ou um grupo, que pode e consegue fazer com determinado grupo de pessoas façam algo que ele próprio não faria. O poder é construído, não nasce em determinada pessoa, e ele obtém sucesso a partir da forma como controla os indivíduos e os recursos, que pode ser desde com a força física até o domínio das línguas.

O poder está associado a símbolos, uma construção que é assimilada culturalmente e fica impregnada em mentes e corações de grupos sociais. Aliado ao poder deve-se vir o carisma – não necessariamente obrigatório, mas extremamente comum dentro da realeza. Clifford Geertz (2004) afirma que o carisma que a realeza exerce dentro da população não nasce com ela, mas é construído e é necessário fazer com que as camadas sociais se identifiquem com ela. Para Ciro Flamarion Cardoso (2012) o exercício do poder é uma troca, uma crença partilhada da autoridade, formando os mecanismos de legitimidade de poder.

Consideradas cidadãs passivas, as mulheres estavam excluídas do cenário político nacional, já que não possuíam direito de voto e de representatividade. Ainda que em meados do século XIX existiam uma série de transformações, como o incremento da vida urbana, que oferece novos espaços de convivência e sociabilidades (CARVALHO, 2008). Nesse meio, surgiu a figura da mulher burguesa e uma valorização dos espaços de intimidade e maternidade. Era um novo mundo com aspectos burgueses que marcam a formação de um novo aspecto social no Brasil. Entretanto, no que tange aos aspectos políticos, a mulher ainda permaneceu afastada.

O Brasil, sendo uma monarquia, trouxe à América um dispositivo distinto: a hereditariedade de poder. No caso da Princesa, como herdeira e sucessora legítima de D. Pedro II, estava inserida “acidentalmente” neste processo. Como diria June Hahner (1978, p. 75), o fato de o Brasil ter sido único caso de uma monarquia, possibilitou a existência de mulheres governantes na forma tradicional europeia, diferentemente do resto da América Latina.

Apesar desta especificidade, a mulher não deixaria de ser um elemento estranho em nossa política monárquica. Não importamos o costume franco-alemão da lei sálica, mas para José de Alencar (1867), isso não passou de um ajuste feito pela tradição ibérica para que a coroa não recaísse em mãos de um parente afastado e estranho. Já para Roderick Barman (2005) diz

que essa tradição era uma continuidade do que já existia em Portugal, mas assegura que apesar de D. Isabel pertencer à minoria privilegiada do Império, é importante enfatizar as relações de seu gênero e sua classe ao processo de compreensão do Brasil.

A historiografia brasileira tem dado pouco destaque à participação da Princesa dentro do cenário nacional. Após a proclamação da república, somente em 1941 surge o primeiro texto biográfico de D. Isabel de autoria de Pedro Calmon intitulado *A Princesa Isabel, a Redentora*, sendo que Luís da Câmara Cascudo e Alberto Rangel já haviam lançado biografias do conde d'Eu na década de 1930. Bruno Antunes de Cerqueira (2006) listou outras quatro biografias publicadas posteriormente sobre a D. Isabel ao longo do século XX: Hermes Vieira, também em 1941 publicou *A Princesa Isabel no cenário abolicionista*; Dinah Silveira de Queiroz publicou uma biografia romanceada intitulada *A Princesa dos Escravos* em 1953; e em 1989 Lourenço Luiz Lacombe publicou *Isabel, a Princesa Redentora*.

Apenas em princípios do século XXI que há uma busca efetiva pela análise da presença da Princesa no cenário político oitocentista, onde podemos destacar os trabalhos de Robert Daibert Junior, autor de *“Isabel, a ‘Redentora’ dos escravos: uma história da princesa entre olhares negros e brancos”*, fruto de sua dissertação de mestrado em História pela Universidade Estadual de Campinas, e da tese de doutoramento pela Universidade Federal do Rio de Janeiro: *“Princesa Isabel (1846-1921): a ‘Política do Coração’ entre o trono e o altar”*. Também do trabalho da historiadora Maria Luiza de Carvalho Mesquita, que defendeu em 2008 a dissertação *“O ‘Terceiro Reinado’: Isabel de Bragança, a Imperatriz que não foi.”*, pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Severino Sombra (Vassouras – RJ).

A ideia de um Terceiro Reinado, a partir da perspectiva de intelectuais monarquistas, foi objeto de estudo de Lucas Suzigan Nachtigall, com a dissertação *“Mas, e depois?”: o Terceiro Reinado nos horizontes de expectativa do final do Império (1888-1893)*, defendida em 2015 pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual Paulista – campus de Assis. Já o trabalho de Felipe Teixeira Lourenço, defendido em 2017, no Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, sob o título *“A construção de memórias historiográficas através do pensamento de Walter Benjamin e Michel Foucault: o caso da princesa Isabel”* buscou compreender a formação de uma memória historiográfica sobre a princesa.

Dois historiadores estrangeiros também se dedicaram no estudo de D. Isabel, o canadense Roderick J. Barman, com o livro *“Princesa Isabel do Brasil: Gênero e poder no século XIX”*, lançado no Brasil em 2005. E o historiador norte-americano James McMurty

Longo, com “*Isabel of Orleans-Braganza: The brazilian princess who freed the slaves*”, lançado em 2008 e sem tradução para a língua portuguesa.

Nos últimos anos, duas brasileiras se dedicaram em pesquisar a vida da princesa, sendo o tema do livro “*Castelo de papel: Uma biografia de Isabel de Bragança, princesa imperial do Brasil, e Gastão de Orléans, o conde d’Eu*”, uma espécie de uma biografia cruzada da princesa e de seu consorte, publicada em 2013 por Mary del Priore. E em 2015, a jornalista Regina Echeverria lançou o livro “*A História da Princesa Isabel – Amor, liberdade e exílio*”, sendo a mais recente biografia da então herdeira do trono imperial brasileiro.<sup>5</sup>

Os trabalhos publicados até agora buscam um paralelo da presença de D. Isabel dentro do jogo político que leva até a queda da monarquia e o consequente banimento de toda a Família Imperial para a Europa. São inexistentes os estudos que buscam conectar a visão provincial à sucessão dinástica brasileira.

No que tange à historiografia baiana, os eventos que abordam as décadas finais da monarquia são mais carentes ainda. Apenas dois trabalhos nos chegaram sobre a mudança de regime na Bahia, o de Mário Augusto da Silva Santos, intitulado “*O movimento republicano em Salvador*”, e a dissertação de Dilton Oliveira de Araújo defendida pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia, intitulada “*Republicanismo e Classe Média em Salvador (1870-1889)*”. Ambos pautam na análise das origens do movimento republicano na província baiana, mas não nos apresentam de nenhum modo quem seriam os grupos que ainda pudessem imaginar pela continuidade da monarquia em território brasileiro.

De acordo com Dilton Araújo (2009), pouco se sabe a respeito da história política da Bahia no período posterior a 1838. Os estudos realizados têm tido uma preocupação maior sobre família, riqueza, pobreza, morte e religiosidade. Podemos estender esse vácuo historiográfico para os anos finais da monarquia quando percebemos que os trabalhos da segunda metade do século XIX têm voltado mais para a temática da extinção do elemento servil e a inclusão/exclusão do negro nos meios sociais do pós-abolição<sup>6</sup>.

---

<sup>5</sup> A escrita autobiográfica de D. Isabel se tornou objeto de estudos publicados em 2019. O primeiro foi organizado pelos historiadores Bruno Antunes de Cerqueira e Maria de Fátima Moraes Argon, intitulado “*Alegrias e tristezas: estudos sobre a autobiografia de D. Isabel do Brasil*” (Linotipo Digital) e o segundo, pelas historiadoras Keila Grinberg e Mariana Muaze sob o título “*O 15 de Novembro e a queda da Monarquia: Relatos da princesa Isabel, da baronesa e do barão de Muritiba*” (Chão Editora).

<sup>6</sup> Destacaríamos os trabalhos de Wlamyra Ribeiro de Albuquerque: “O jogo da dissimulação: Abolição e cidadania negra no Brasil”; o de Walter Fraga Filho: “Encruzilhadas da Liberdade: Histórias de Escravos e Libertos na Bahia (1870-1910); e o de Jailton Lima Ribeiro: “A abolição na Bahia: Uma história política (1870-1888).

A proposta é observar de que forma as elites baianas e sergipanas se colocavam em seus periódicos sobre o reinado de uma mulher tida como extremamente carola, em um universo plenamente imbuído de um espírito machista e cientificista. Deste modo, usamos da ideia de Michel Winock (2010, p. 281), ao visualizar esses jornalistas como “pensadores secundários”. Seguindo uma ótica de que forma esses jornalistas discutiam, a partir de suas províncias, as transformações políticas da Corte.

No caso das elites baianas e sergipanas, traçar como dispunham dentro de seus espaços de influência ideológica – o jornal, e como atingiam diversos setores sociais. Segundo Michel Foucault (2012), o exercício do poder pode ser utilizado através da fala, e através da análise desses textos que faremos o exercício metodológico da pesquisa, nos propondo a visualizar dentro das práticas discursivas o imaginário sobre os destinos do Brasil no final do século XIX. O discurso se confunde com o modo de pensar, a história e a sociedade.

Desta forma, ao nos propormos em analisar o discurso de imprensa de duas províncias buscando a possibilidade de abordagens de novos questionamentos e ultrapassando as barreiras geográficas e nos permitindo descrever até em que momento ambos os discursos são semelhantes, diferem e se posicionam para a realidade política brasileira oitocentista.

Era a imprensa que fazia circular as notícias tanto sobre a elite quanto sobre os elementos populares. Tornou-se um veículo importante na divulgação do conhecimento mesmo o Brasil tendo uma absoluta maioria de analfabetos em seu contingente populacional (MOREL;BARROS, 2003, p. 77) Kátia Maria de Carvalho Silva (1979, p. 24) observa que a imprensa baiana estava profundamente ligada a determinadas agremiações políticas e que por meio de seus periódicos buscam atestar sua visão do jogo político.

Assim, destacamos a importância de se fazer uma análise apurada acerca das premissas emitidas nos periódicos. Tânia Regina de Luca (2010) mostra que a renovação no estudo da História Política não dispensou a imprensa, já que ela normalmente registra os embates na conquista do poder.

Jean-Nöel Jeanneney (2010) argumenta que um dos motivos do atraso da pesquisa com periódicos é o cuidado necessário, já que normalmente os pareceres emitidos pela imprensa são normalmente uma representação que ela faz de si mesma, apreciando os efeitos dessa ideia, independente de acreditar que a mensagem é verdadeira ou falsa. Daí o nosso cuidado em balizar as informações coletadas nos periódicos de ambas as províncias, mesmo que Emília Viotti da Costa (2010, p. 387) tenha afirmado da dificuldade do historiador em criticar os testemunhos.

O primeiro capítulo da dissertação, *Isabel de Bragança, Princesa Imperial do Brasil*, pretende observar a trajetória da Princesa Imperial desde o juramento como herdeira presuntiva da coroa, em 1860, passando pelo casamento com um príncipe francês, a maternidade e os dois primeiros períodos em assumiu a Regência do Império (1871-1872 e 1876-1877), buscando compreender como se deu a construção do perfil da herdeira do trono imperial e as projeções que apareceram na imprensa provincial acerca da futura Imperatriz do Brasil. Para tanto, buscamos observar de que maneira a imprensa destacavam as passagens do casal principesco pela capital da Bahia e as impressões criadas com a presença de representantes da monarquia fora da Corte.

Após a Primeira Regência, passou-se a ter um contato maior com a figura da herdeira do trono do Brasil e D. Isabel tornou-se alvo constante das projeções sobre a continuidade da monarquia no Brasil. Se o gênero da Princesa já suscitava posições divergentes no país por causa da probabilidade de vir a ser governado por uma mulher, o período posterior a 1871 revelou o perfil religioso de D. Isabel, normalmente tratado como ultramontano.

Em uma época que se divulgavam novas teorias científicas e sociais, ampliando o debate sobre a separação da Igreja e do Estado, e que a própria Igreja Católica se posicionava sobre as configurações sócio-políticas do século XIX, a religiosidade da Princesa era alvo de discussões na imprensa. O propósito do Segundo Capítulo, *Carola e melômana: Gênero e religiosidade da Princesa Imperial nas páginas da imprensa provincial*, foi discutir a construção da imagem de uma governante mulher e religiosa e as representações que ambos os aspectos causavam na imprensa já que normalmente são trazidos nas laudas historiográficas como fatores desencorajadores da continuidade da monarquia brasileira com a Princesa.

O Terceiro Capítulo, *Batalhas de flores não conduzem ao trono*, abrange do início da Terceira Regência (1887-1888) até a queda da monarquia no golpe de 15 de novembro de 1889. Este período foi marcado pelo avanço das ideias abolicionistas e o agravamento da moléstia do Imperador. Ao assumir pela terceira e última vez a Regência, acreditava-se que era a coroação antecipada de D. Isabel. O último capítulo da dissertação discute o perfil abolicionista da Princesa Imperial, de que maneira as chamadas “batalhas de flores” chamavam a atenção de ambas as províncias.

Neste capítulo, também dedicamos a compreender o sentido da visita do conde d’Eu às províncias do Norte (tendo visitado tanto a Bahia quanto Sergipe), os discursos dos grupos republicanos que desconstruíam a ideia de um Terceiro Reinado e as impressões na imprensa sobre o momento da queda do regime monárquico e o banimento da Família Imperial para a Europa.

## 1. CAPÍTULO I – ISABEL DE BRAGANÇA, PRINCESA IMPERIAL DO BRASIL

*[Há] quem pense que a abdicação do imperador e a devolução da coroa à princesa imperial não seria a menor das graças que porventura houvesse de derramar a providência divina sobre este desgraçado país no seu estado atual.<sup>7</sup>*

Em 1886, quando a Princesa Imperial do Brasil retornava da Europa após o agravamento do quadro de saúde do Imperador D. Pedro II, inúmeras projeções foram tecidas sobre a eventual e breve possibilidade de ascensão da Princesa D. Isabel como Imperatriz Constitucional e Defensora Perpétua do Brasil.

Para inúmeros biógrafos da Princesa, já citados anteriormente, as expectativas sobre a transição na chefia do Estado brasileiro existiam desde a época em que D. Isabel foi confirmada como herdeira imediata do trono brasileiro. Embora estivesse inserida dentro das representações e do debate político, a Princesa permaneceu afastada publicamente dos negócios de Estado até a década de 1880 quando a perspectiva do Terceiro Reinado passou a ser, cada vez mais, evidente, apesar do avanço do ideal republicano.

Nesse contexto de representações e debates, a imprensa periódica da Corte e das províncias exerceu importante papel na construção dos perfis acerca da então herdeira da Coroa e sobre as possibilidades de um Terceiro Reinado, encabeçado por uma mulher profundamente devota. Apesar do recorte temporal compreender os últimos anos da monarquia brasileira (1886-1889), debruçamos nossa análise neste capítulo sobre a figura da Princesa Imperial, sua construção enquanto futura Imperatriz e o papel da imprensa periódica naquele período na divulgação da imagem de D. Isabel.

### 1.1. Trajetória de uma Princesa Imperial

Desde quando prestou juramento como Princesa Imperial do Brasil em julho de 1860, inúmeras projeções foram criadas em torno de D. Isabel, já que era a filha e herdeira imediata do Imperador D. Pedro II, e nela estava representada a continuidade da monarquia brasileira. No momento em que ela jurava solenemente diante do corpo político do Império, os brasileiros

---

<sup>7</sup> *O Interesse Público*, Bahia, 15 de dezembro de 1860, p. 1.

tomaram conhecimento de que uma mulher poderia vir a gerir os negócios de Estado e ser a representante máxima da nação.

Ao longo da sua vida, o Imperador manteve a filha afastada das funções que a aguardavam. Nunca a fez ver nenhum documento oficial e nem discutia política com ela (BARMAN, 2005, p. 75). Poderíamos, até mesmo, questionar a expectativa que o monarca tinha diante da possibilidade do reinado de Isabel. D. Pedro II sempre gostou do convívio com ambas as filhas – D. Isabel e D. Leopoldina – mas, naturalmente, não deveria acreditar que elas pudessem agir sozinhas dentro do universo masculino da política.

Gostava de estar com a filha mais velha porque podiam conversar livremente sobre seus temas prediletos. D. Isabel defendia as próprias convicções e não temia questionar o pai. Para ele, a companhia dela era estimulante. A relação de D. Pedro II com as mulheres nunca passou de uma diversão ou de um entretenimento privado. No tocante aos assuntos públicos, ele não podia concebê-las – nem mesmo as filhas – participando do governo. A natureza não as havia projetado para semelhante função. Consequentemente, embora valorizasse a herdeira, na fria realidade ele simplesmente era incapaz de aceitá-la ou de percebê-la como sucessora, ou de encará-la como uma governante viável (BARMAN, 2005, pp. 66-67).

Mesmo que não tivesse inserido a filha no processo político nacional, o Imperador sabia que nela residia o processo de continuidade da monarquia brasileira e, portanto, era preciso preocupar-se com as possibilidades de uniões matrimoniais. Nas monarquias, o casamento é um evento que necessita ser extremamente discutido. Segundo Lilia Schwarcz (2010, p. 92), o consórcio entre membros de casas reais era um negócio de Estado, não estando em jogo a felicidade doméstica dos noivos, mas o jogo das exigências públicas. Seria um tema dos assuntos públicos, já que os reis não podiam se casar com quem desejassem, mas também privados, porque a união deveria produzir filhos que seriam os herdeiros da nação.

Depois de idas e vindas e de inúmeros jogos de interesses,<sup>8</sup> optou-se por um príncipe francês, oriundo de uma dinastia destronada, os Orleans, ramo cadete<sup>9</sup> dos Bourbons. O escolhido era Luís Felipe Gastão, o Conde d’Eu. Um título de pronúncia difícil e que para

---

<sup>8</sup> Quando providenciava os casamentos das filhas de D. Pedro II, pensava-se no príncipe Augusto de Saxe-Coburgo-Gotha para a Princesa Imperial e em Gastão de Orleans para a Princesa D. Leopoldina. Algumas intrigas e jogos de interesses fizeram com que os pares fossem modificados – Cf. SAXE-COBURGO-E-BRAGANÇA, Carlos Tasso de. *A Intriga: Retrospecto de intricados acontecimentos históricos e suas conseqüências no Brasil Imperial*. São Paulo: Ed. Senac: 2012

<sup>9</sup> Tradicionalmente, cadete designa o ramo que não é o primogênito de uma família. Enquanto o filho mais velho herdava os títulos e as propriedades, os filhos mais novos eram destinados ao sacerdócio ou aos postos militares. Pode ter sido por esse motivo, que os jovens nobres eram chamados de “cadetes” nas escolas militares enquanto estudavam antes de se tornarem oficiais. Ver CUNHA, Rui Vieira da. *Estudo da Nobreza Brasileira: I – Cadetes*. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça/Arquivo Nacional, 1966

Câmara Cascudo (1933, p. 59), gerou inúmeras anedotas na Corte. O futuro Príncipe Consorte era neto de Luís Felipe I, Rei dos Franceses.

As monarquias ibéricas, das quais o Brasil era herdeiro, possuíam um aspecto bastante peculiar no que diz respeito aos maridos das soberanas. Através de uma tradição advinda do período medieval, o esposo da monarca receberia o título de Rei a partir do momento em que a Rainha concebesse o primeiro filho. Em Portugal, com D. Maria I, seu tio-esposo tornou-se D. Pedro III e, posteriormente, com D. Maria II, seu terceiro esposo<sup>10</sup> acabou sendo D. Fernando II. Na Espanha, em um exemplo mais recente, após o casamento de D. Isabel II em 1846, o marido tornou-se D. Francisco I de Espanha. A monarquia brasileira manteve o preceito legal afirmando no artigo 120 da Constituição, que o marido da Imperatriz teria o título de Imperador, logo após o momento em que a soberana concebesse uma criança, mas que ele não teria parte nos assuntos do governo.

Luís Felipe Maria Fernando Gastão de Orleans, o Conde d'Eu era o filho mais velho de Luís Rafael, duque de Nemours e da princesa Vitória de Saxe-Coburgo-Gotha. Nascido em Neuilly-sur-Seine, viveu na França até 1848, quando o avô foi derrubado pela Revolução, indo morar na Inglaterra. Aos 16 anos foi servir no exército espanhol graças à influência do tio, o duque de Montpensier. Destacou-se no serviço militar desligando-se quando foi lhe apresentado a ideia de se casar com uma das filhas do Imperador do Brasil (RANGEL, 1934).

A escolha no Conde d'Eu, segundo Robert Daibert Jr. (2004, p. 60), pareceu ser a mais acertada já que ele trazia a marca de ser neto do monarca francês conhecido como o rei-cidadão e que tinha iniciado o reinado após a deposição do último soberano absolutista da França<sup>11</sup>. A Imperatriz D. Amélia ainda aconselhou que D. Pedro II desse ao genro o título de duque de Santa Cruz<sup>12</sup>, para afastar do genro todo o símbolo estrangeiro que existisse nele; entretanto, o Imperador recusou a recomendação (LACOMBE, 1989, p. 87). O título estrangeiro do Conde

---

<sup>10</sup> Casou-se primeiramente com seu tio, D. Miguel, mas o casamento foi anulado antes de ser consumado. Depois casou-se com Augusto de Beauharnais, duque de Leuchtenberg, irmão da Imperatriz D. Amélia, entretanto faleceu após dois meses de casamento sem chegar a engravidar a Rainha. E por último, com Fernando de Saxe-Coburgo-Gotha, com quem teve onze filhos. Ver BOLÉO, Luísa V. de Paiva. *D. Maria II: A rainha insubmissa*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2014, p. 19.

<sup>11</sup> A monarquia dos Bourbons foi restaurada na França em 1815 tendo como monarca Luís XVIII, irmão de Luís XVI. Seu irmão mais novo, e sucessor, Carlos X, tentou reimplantar uma monarquia absolutista em 1830, mas acabou sendo derrubado por um movimento revolucionário que expulsou o rei do país e fez do duque de Orleans o novo “rei dos franceses” como Luís Felipe I.

<sup>12</sup> Na edição de 9 de novembro de 1864, o *Correio Sergipense* anunciava que o imperador iria conceder o título de “duque do Amazonas” ao conde d'Eu. Na mesma ocasião, o arcebispo da Bahia seria agraciado como marquês e outros membros do Conselho de Estado seriam feitos viscondes. Ainda que tenham sido especulações, já que D. Manuel só veio ser feito “conde de São Salvador” em 1868, parecia existir em pequenos setores a possibilidade de efetivação da ligação do futuro Imperador Consorte com a sua nova terra e o nome com o “Amazonas” reforçaria esse processo de identidade política com o império brasileiro.



d'Eu aparentava ainda não ser um problema no Brasil da época, e o monarca desejava manter um aspecto de simplicidade ao regime, (DAIBERT JR., 2004, p. 60) buscando transparecer um perfil burguês ao império tropical, ainda marcado por profundas contradições por manter o regime de trabalho escravo (SCHWARCZ, 2010, p. 310).

D. Pedro II sempre quis dar um aspecto liberal à monarquia brasileira no que tange ao cerimonial da Corte, já que na estrutura política manteve o velho aparato tradicional. Ele abandonou os velhos trajes assim como a pompa e circunstância associadas à realeza. De acordo com José Murilo de Carvalho (2007, p. 90), a monarquia brasileira jamais teve a pompa de suas congêneres europeias. Talvez isso fosse uma ideia de aproximar as instituições com o povo, mas que, no final, significou o distanciamento dessas instituições para com as elites que a sustentavam.

Robert Daibert Jr. (2004, p. 62) discute que a escolha de um descendente de Luís Felipe para se casar com a futura Imperatriz do Brasil era uma forma de construir a imagem de um Terceiro Reinado marcado pela simplicidade e sem exibição de ostentações, passando a impressão de que a monarquia seria menos exótica em uma América recheada de repúblicas.

Dando conta de informar sobre todos os passos que antecederiam à união principesca, o *Correio Sergipense* noticiava que partiu “para a Corte no dia 5 corrente S. Ex<sup>a</sup>. o Sr. arcebispo da Bahia, que vai efetuar o casamento de S.A. a princesa imperial”<sup>13</sup>. O casamento aconteceu em 15 outubro de 1864 e apesar da felicidade doméstica do casal, no plano político apareceu um desconforto. O Príncipe veio imbuído de um espírito liberal, era entusiasta da “Marselhesa”, o hino republicano francês, além de ser leitor de Alexis de Tocqueville. Tais aspectos eram louváveis para alguns liberais mas, no Brasil, assustavam os membros do Partido Conservador. Os veículos de imprensa cumpriam o papel de divulgar para as regiões afastadas o que acontecia na Corte, a exemplo do *Correio Sergipense* de 19 de outubro de 1864:

Regozijo público: O dia 15 do corrente não passou sem ser festejado. À noite percorreu as ruas desta cidade [Aracaju] um grande número de jovens acompanhados de música de polícia, dando vivas entusiásticos e parando nas casas das pessoas mais gradas que as tinham iluminadas. Na porta do dr. chefe de polícia depois de cantado o hino nacional por umas interessantes crianças, o sr. capitão Varella proferiu uma alocução concernente ao motivo que alegrava ao povo, a qual foi geralmente aplaudida. Foi assim que os sergipanos deram mostras do apreço que ligam ao faustoso acontecimento do consórcio da Sereníssima Princesa Imperial.<sup>14</sup>

<sup>13</sup> *Correio Sergipense*, Sergipe, 12 de outubro de 1864.

<sup>14</sup> *Correio Sergipense*, Sergipe, 19 de outubro de 1864, p. 2.

A divulgação da imagem e dos eventos ligados ao cotidiano da Família Imperial para as províncias mais afastadas geograficamente do centro político da nação buscava reforçar os laços e a legitimidade desse sistema diante das populações.

O jornal paraibano *O Publicador* destacou que “a única joia que levava S.A. Imperial era uma pulseira de brilhantes e pérolas, gracioso mimo das senhoras de Sergipe”.<sup>15</sup> O presente em questão foi ofertado à Princesa logo durante a visita de D. Pedro II e D. Teresa Cristina a Aracaju em 1859. O episódio foi lembrado no *Jornal de Sergipe*<sup>16</sup> quando na ocasião a esposa do comendador Fraga “concorreu para o presente que as nossas patricias ofereceram à Sereníssima Princesa Imperial na ocasião de seu casamento”.<sup>17</sup>

Em uma sociedade marcada pelas hierarquias cujos ornamentos desempenhavam um papel fundamental da delimitação dos papéis sociais, a presença de uma joia doada por sujeitos de uma determinada província acabava criando uma sensação de pertencimento em um evento nacional e de importância pelo peso político do ato. Tanto que para o *Correio Sergipense* a joia que era “de pérola duas a duas em linha vertical” legava “grande honra e parabém ao autor da lembrança que fez um grande favor a Sergipe distinguindo-o em uma grande festa que afeta tanto a política do país quanto ao mais caro dos sentimentos do coração”.<sup>18</sup>

Como afirma Irina Aragão dos Santos (2003, p. 47) a joia era parte do universo da elite brasileira que demarcava as suas diferenças, ostentava poder, prosperidade e determinava o local do sujeito na sociedade, não sendo uma exclusividade a doação de mimos para membros da Família Imperial, a distribuição de presentes por membros da realeza também era comum já que o próprio imperador além de nomear o arcebispo da Bahia, D. Manuel Joaquim da Silveira<sup>19</sup>, como vice-capelão-mor o “brindou [...] com uma rica boceta de ouro para rapé cravejada de brilhantes, tendo em pedras menores a firma e a coroa imperial”<sup>20</sup> ao passo que o Conde d’Eu também presenteou o então ministro da Secretaria do Império, José Liberato

<sup>15</sup> *O Publicador*, Paraíba, 4 de novembro de 1864, p. 1.

<sup>16</sup> *Jornal de Sergipe*, 13 de agosto de 1881, p. 4.

<sup>17</sup> O texto é uma carta na Seção “Ineditorial” em que o autor, não identificado e residente na cidade de Lagarto faz uma defesa ao comendador que seria ligado ao Partido Liberal e vinha sendo aparentemente caluniado pelos conservadores de Estância. Os primeiros parágrafos do texto estão completamente ilegíveis e não conseguimos identificar quem seria o comendador Fraga referido no texto.

<sup>18</sup> *Correio Sergipense*, 9 de novembro de 1864, p. 3.

<sup>19</sup> Manuel [ou Manoel] Joaquim da Silveira, arcebispo da Bahia e conde de São Salvador. Foi sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, membro do Conselho de Estado, cônego e vice-capelão-mor da Capela Imperial. Em 1843 exerceu a função de capelão da esquadra que foi à Nápoles receber a imperatriz D. Teresa Cristina após a assinatura do contrato matrimonial com o imperador D. Pedro II e em 1864 celebrou os casamentos das princesas D. Isabel e D. Leopoldina. Ver VASCONCELOS, Rodolpho Smith, barão de. SMITH DE VASCONCELOS, José, barão de. *Archivo Nobiliarchico Brasileiro*. Lausanne: La Concorde, 1917. pp. 463-464.

<sup>20</sup> *Correio Sergipense*, Sergipe, 5 de novembro de 1864.

Barroso, também com uma “rica boceta” mas esta era também de ouro e cravejada de brilhantes com as iniciais do príncipe e as da princesa imperial<sup>21</sup>.

Ainda que o recebimento de prendas ofertadas pela realza reforçava o prestígio e a distinção, não deixava passar o caráter cômico pela dualidade das palavras, como informava o satírico baiano *O Alabama* que havia chegado em Salvador “S. Ex. Rvma. O Sr. vice-capelão-mor, arcebispo da Bahia, com a sua caixa de tabaco que lhe ofereceu S.A. o Sr. conde d’Eu”<sup>22</sup>. Os redatores pareceram acreditar que o prelado baiano havia ganhado duas caixas de rapé e prosseguiram afirmando que ele havia ganhado uma outra do Imperador e, por isso, “entende a família imperial que os velhos só devem tomar tabaco. E para cada venta oferecem uma boceta!”<sup>23</sup>.

Entretanto, um fator político tomou maiores atenções nos bastidores da Corte logo após o casamento da Princesa Imperial. A Guerra do Paraguai estourou em dezembro de 1864, transformando-se no maior conflito bélico da América do Sul (DORATIOTO, 2010, p. 17). Além dos embates nos campos de batalha, o jogo político conduzia os planos de guerra. O Conde d’Eu teceu críticas públicas à atuação do então marquês de Caxias (líder do Partido Conservador), que foram tomadas como posições partidárias. Os liberais que, no momento, chefiavam o gabinete sob a presidência de Zacarias de Góes e Vasconcelos chegou a aventar a possibilidade de o Príncipe Consorte participar do Conselho de Estado (DAIBERT JR., 2004, p. 64).

Contudo, os liberais deixaram o gabinete ministerial, os conservadores voltaram a dominar a cena política (SCHWARCZ, 2010, p. 310) e o conde d’Eu terminou com a imagem desgastada em relação aos conservadores, devido às críticas sobre atuação de Caxias e por causa das ideias do príncipe em relação à reforma parlamentar, a emancipação de cativos e a liberdade religiosa (CALMON, 1941, p. 90). Essa movimentação no plano político interno possibilitou um novo debate a respeito da participação do casal principesco nos espaços de poder da monarquia brasileira.

O jogo partidário que além de debater sobre os conflitos na bacia do Prata, tomavam uma nova dimensão quando se pensava nos limites da participação política de D. Isabel nos assuntos de poder e os espaços de participação do conde d’Eu. Ainda em meio à insatisfação entre os parlamentares causada pelo posicionamento do Príncipe Consorte quanto ao modo de condução da guerra e o seu crescente desejo de participar do conflito, os liberais tinham buscado

---

<sup>21</sup> *Correio Sergipense*, Sergipe, 3 de novembro de 1864.

<sup>22</sup> *O Alabama*, Bahia, 29 de dezembro de 1864.

<sup>23</sup> *O Alabama*, Bahia, 31 de dezembro de 1864.

ampliar seus espaços de apoio junto ao conde d'Eu (DORATIOTO, 2010, p. 335). Em 1867, o senador visconde de São Vicente apresentou uma proposta de lei que garantiria à Princesa Imperial – na qualidade de herdeira imediata do trono do Brasil – e ao seu consorte, assentos no Conselho de Estado e no Senado do Império (ALENCAR, 1867).

A proposta surgiu como trunfo dos liberais, mas havia um medo crescente do Imperador de que tais posições acirrassem os ânimos dos conservadores já irritados com as simpatias públicas do Conde d'Eu (DAIBERT JR., 2004, p. 64). De acordo com Alberto Rangel (1934, p. 167), alguns políticos, como o próprio visconde de São Vicente, aconselharam o Príncipe Consorte que tivesse mais cautela nas suas relações com as ideias liberais.

Em que pese a máxima oitocentista de que não há “nada tão parecido com um saquarema quanto um luzia no poder”, Richard Graham (1997, p. 238) afirma que era provável que liberais votassem em projetos conservadores e vice-versa, desde que os eleitores votavam em um líder e não em um programa de partido. Entretanto, Ilmar Rohloff de Mattos (2011, p. 14) assegura que as divergências entre os grupos dominantes da elite política imperial merecem uma atenção maior, bem como a verificação de como conduziram o jogo político oitocentista aliado às suas próprias divergências internas.

A administração de Zacarias de Góes e Vasconcelos e o seu descontentamento, quando o Imperador exigiu que o ainda marquês de Caxias fosse nomeado comandante das tropas no Paraguai, evidenciou o afloramento dessas diferenças durante a década de 1860 e nas décadas finais da monarquia.

José Murilo de Carvalho (2011, p. 201) afirma que havia divergências entre os grupos desde as suas origens regionais, nas propostas partidárias, que começaram a ser construídas a partir da década de 1860, e na própria maneira como encaravam a administração do Estado. Por fim, para Mattos, a própria maneira como os conservadores encaravam os movimentos liberais do começo do Segundo Reinado como a destruição da ordem social vigente (MATTOS, 2011, p. 169). As propostas liberais em 1865 incluíam reformas que estavam ligadas diretamente ao desenrolar da guerra e marcaram certo desagrado político que terminou com a queda de Zacarias (GUIMARÃES, 2008, p. 725).

Marcado pela simplicidade e pelo respaldo de líderes conservadores como o barão de São Lourenço, a proposta do visconde de São Vicente tentava solucionar algumas lacunas na legislação no que se refere à participação de membros da Casa Imperial no Senado e ao mesmo tempo amenizar pendências para a participação do Príncipe Consorte no jogo político imperial (RODRIGUES, 1975, p. 108).

Tal projeto de lei, que incluía a Princesa Imperial e o esposo como membros extranumerários do Conselho de Estado, provocou a desconfiança de alguns setores políticos. José de Alencar<sup>24</sup>, por exemplo, publicou uma série de artigos em que repelia a presença da herdeira do trono nas esferas administrativas, antes de sua efetiva coroação e investidura como Chefe de Estado, bem como era contra a presença do Príncipe Consorte por acreditar que a medida agraciava ao Conde d'Eu com direitos que não eram possíveis de concessão a um brasileiro naturalizado.

Após a aprovação da entrada da Princesa e do Conde no Conselho, como membros extranumerários e sem direito a voto, a nomeação efetiva só veio a acontecer em 1870, quando o Príncipe foi naturalizado através de decreto (DAIBERT JR., 2007, p. 175). Era um órgão de extrema importância, por vezes denominado de “cérebro da monarquia” e que tinha, como afirma José Camilo de Oliveira Torres (1965, p. 53), o objetivo de auxiliar o governo e a administração imperial.

Ainda com a aprovação, outras dúvidas permaneceram acerca das futuras prerrogativas de D. Isabel enquanto detentora do Poder Moderador. Antes mesmo de assumir alguma função administrativa pela primeira vez, a participação da Princesa Imperial no processo político suscitou questionamentos e desconfianças.

Terminada a guerra em 1870, o Imperador resolveu partir em excursão para a Europa e deixaria a filha na qualidade de Regente.

Por uma questão de interpretação da Constituição, não estava claro se na ausência do Imperador a Regência seria assumida pela Princesa ou por uma Regência eletiva. Também suscitava dúvida a interpretação relativa à atribuição dos poderes do Regente. Na ausência de D. Pedro ele governaria com plenos poderes ou teria suas funções limitadas pela Assembléia? (DAIBERT JR., 2004, p. 68).

A Constituição de 1824 determinava através do artigo 122, que no impedimento do Imperador, o Brasil seria governado pelo parente mais próximo na linha de sucessão e que fosse maior de vinte e cinco anos. A regência somente seria escolhida através de eleição, segundo o artigo 123, se não houvesse nenhum parente que atendesse às condições do artigo anterior.

---

<sup>24</sup> José Martiniano de Alencar; bacharel em Direito pela Faculdade de São Paulo. Por suas ligações com Nabuco de Araújo e Eusébio de Queirós, alcançou postos de chefia na Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça. Deputado provincial e deputado geral pelo Ceará. Foi ministro da Justiça entre os anos de 1868 a 1870, mas acabou afastando-se depois de ser preterido na lista tríplice na escolha do novo senador pela província do Ceará. Foi um dos maiores opositores à Lei do Ventre Livre. Escreveu diversas obras políticas onde discutia questões como representatividade, o Poder Moderador, os partidos políticos e a escravidão. Famoso romancista, escreveu obras como *Iracema*, *O Guarani*, *Senhora*, *Diva* e *O tronco do ipê*, sendo por isso, considerado uma das personalidades mais marcantes do Romantismo e da literatura brasileira. ABREU, Martha. José de Alencar. In: VAINFAS, Ronaldo. (Org.). *Dicionário do Brasil Imperial*. São Paulo: Objetiva, 2008. pp. 430-433.

Outro ponto, o monarca não possuía plenos poderes, todos eles eram delimitados pela Constituição nos capítulos que tratam do Poder Moderador e do Poder Executivo (NOGUEIRA, 2001, pp. 92-93).

O que gerava temor na elite política seria o afastamento do Imperador naquele momento e a desconfiança ante da possibilidade de ascensão de D. Isabel como Chefe de Estado (DAIBERT JR., 2004, p. 67). Estava em questão, acima de tudo, o modelo das instituições vigentes e aceitação da ingerência de uma mulher, mesmo que herdeira constitucional do trono, e de seu marido estrangeiro nos assuntos políticos nacionais.

Antes mesmo de ser apresentada à Assembleia Geral, a proposta foi levantada no Conselho de Estado sob a seguinte fórmula, conforme a ata de 25 de abril de 1871:

1º – Ausentando-se o Imperador para fora do Império, como permite o artigo 104 da Constituição, compete a Regência à Princesa Imperial? 2º – A Assembléia Geral pode limitar as atribuições de Regência, quando esta cabe ao Príncipe Imperial ou ao parente do Imperador de quem fala o artigo 122 da Constituição? 3º – Tendo a Assembléia Geral o direito de limitar as atribuições da Regência, convém que no caso ora previsto faça algumas limitações? 4º – Qual é a forma por que deve ser requerido e dado o consentimento da Assembléia Geral para o Imperador poder sair do Império? (RODRIGUES, 1975, p. 92).

As opiniões eram divergentes entre os membros. Para alguns como o visconde de Itaboraí,<sup>25</sup> a Regência deveria ser entregue à Princesa Imperial e que ela deveria ter os poderes que eram reservados ao Imperador. Posicionamento seguido de perto pelo visconde de São Vicente,<sup>26</sup> que afirmava não existir diferença em relação ao sexo, devendo ser exercida pelo titular da condição de “Príncipe Imperial”. Tais ideias eram seguidas também pelo barão de Muritiba<sup>27</sup> e o marquês de Sapucaí.<sup>28</sup>

<sup>25</sup> Joaquim José Rodrigues Torres, visconde de Itaboraí. Formava ao lado de Eusébio de Queirós e de Paulino José Soares de Sousa, a chamada trindade saquarema, composta por líderes conservadores fluminenses vitoriosos em 1837 no chamado projeto regressista. Bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra, foi ministro da Fazenda por duas vezes e presidente do Conselho de Ministros. Ver ENGEL, Magali Gouveia. Joaquim José Rodrigues Torres (visconde de Itaboraí). In: VAINFAS, Ronaldo. (Org.). *Dicionário do Brasil Imperial*. São Paulo: Objetiva, 2008. p. 408.

<sup>26</sup> José Antônio Pimenta Bueno, visconde e marquês de São Vicente; era bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de São Paulo. Durante a trajetória parlamentar apresentou ao Imperador cinco projetos de lei acerca da emancipação dos escravos que seriam a base da Lei do Ventre Livre. Foi presidente de províncias, ministro dos Negócios Estrangeiros, presidente do Conselho de Ministros e membro do Conselho de Estado. GRINBERG, Keila. José Antônio Pimenta Bueno (marquês de São Vicente). In: VAINFAS, Ronaldo. (Org.). *Dicionário do Brasil Imperial*. São Paulo: Objetiva, 2008. p. 421.

<sup>27</sup> Manuel Vieira Tosta, barão, visconde com grandeza e marquês de Muritiba. Baiano de Cachoeira, bacharelou-se em Direito pela Faculdade de Direito de São Paulo. Foi deputado, senador, presidente de província, ministro do Superior Tribunal de Justiça, ministro da Justiça e da Guerra e membro do Conselho de Estado. Ver VASCONCELOS, Rodolpho Smith, barão de. SMITH DE VASCONCELOS, José, barão de. *Arquivo Nobiliarchico Brasileiro*. Lausanne: La Concorde, 1917. p. 305.

<sup>28</sup> Cândido José de Araújo Viana, marquês de Sapucaí. Bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra, foi membro do Conselho de Estado, ministro do Supremo Tribunal de Justiça e quando ministro da Fazenda, foi o

Outros políticos como o visconde de Abaeté,<sup>29</sup> afirmavam que a ausência do Imperador não caracterizava um impedimento e, portanto, seria desnecessária a existência de uma Regência. Para Torres Homem,<sup>30</sup> a Constituição era omissa nos casos de viagens do Imperador. Ele alegava que a Assembleia Geral deveria regulamentar se a Regência deveria ficar ou não a cargo de D. Isabel.

É interessante observar as múltiplas indagações daquele momento sobre a possibilidade de a futura imperatriz assumir uma função de Estado quando ainda não estava plenamente revestida daquilo de poderíamos denominar de “entidade” majestática. D. Isabel era uma jovem senhora, recém-casada e a ela ainda caberia – naquele momento – os cuidados do espaço doméstico. O gênero da princesa evocava contrariedades e desconfianças nos setores políticos do Império que naturalizavam suas práticas sociais, culturais e políticas a partir da construção da proeminência masculina sobre as mulheres. É importante, dentro desta perspectiva, observar que:

A categoria de gênero definida por Joan Scott possibilitou o estabelecimento da desnaturalização das atitudes de comportamentos dos sexos, evidenciando as construções sociais que se fizeram ao longo da história definindo os papéis sociais e os espaços permitidos e proibidos de atuação dos homens e das mulheres. Assim, os lugares sociais do “homem” e da “mulher” podem ser entendidos como um jogo histórico, construído de permissões e cerceamentos, feito aos seres-humanos baseado na divisão dos sexos. As regras [...] não existiriam por serem inerentes à natureza feminina ou masculina, mas porque foram construídas e conferidas às mulheres e aos homens determinados modelos de ação cuja justificativa encerrava-se na diferença sexual. São, portanto, construções históricas socialmente definidas e identificáveis (SOARES, 2012, p. 26-27).

O Brasil, sendo uma monarquia, trouxe à América um dispositivo próprio e tradicional aos regimes monárquicos europeus: a hereditariedade de poder. A Princesa, herdeira e sucessora legítima de D Pedro II, estava inserida acidentalmente<sup>31</sup> neste processo.

---

responsável pela reabertura do Banco do Brasil e pela reorganização da Casa da Moeda, com a extinção da Casa da Moeda da Bahia. Ver ARAÚJO, Eduardo. *Cândido José de Araújo Viana, marquês de Sapucaí*. Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br/acesso-a-informacao/institucional/galeria-dos-ministros/pasta-imperio-segundo-reinado-dom-pedro-ii/pasta-imperio-segundo-reinado-dom-pedro-ii-ministros/candido-jose-de-araujo-vianna>>. Acesso em 15 fev 2016.

<sup>29</sup> Antônio Paulino Limpo de Abreu, visconde de Abaeté. Formado em Direito pela Universidade de Coimbra, foi deputado, senador, ministro do Supremo Tribunal de Justiça, membro do Conselho de Estado, presidente do Conselho de Ministros e, por algumas vezes, enviado do governo brasileiro para tratar de questões diplomáticas na região da bacia do Prata. Ver VASCONCELOS, Rodolpho Smith, barão de. SMITH DE VASCONCELOS, José, barão de. *Archivo Nobiliarchico Brasileiro*. Lausanne: La Concorde, 1917. p. 24.

<sup>30</sup> Francisco de Sales Torres Homem, visconde de Inhomirim. Bacharel em Medicina pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e em Direito pela Universidade de Paris, foi representante diplomático brasileiro na França, senador do Império e ministro da Fazenda. Ver VASCONCELOS, Rodolpho Smith, barão de. SMITH DE VASCONCELOS, José, barão de. *Archivo Nobiliarchico Brasileiro*. Lausanne: La Concorde, 1917. p. 191-192.

<sup>31</sup> Acidentalmente se deve ao fato de D. Isabel ter tido dois irmãos (D. Afonso e D. Pedro) que faleceram ainda crianças. Ainda que as mulheres pudessem suceder ao trono, Robert Daibert Jr. explica que a perda de um herdeiro

Através dos séculos, muitas mulheres exerceram o poder político através de suas conexões com homens politicamente importantes. Nascer ou casar-se em uma família real é comprovadamente um dos meios mais antigos pelos quais algumas mulheres atingiram o poder, pois que em várias sociedades era permitido às mulheres tanto quanto aos homens o exercício do governo. Monarcas do sexo feminino nunca foram uma novidade na Europa ou no antigo Oriente próximo. O caso único da existência de um império no Brasil possibilitou a existência de mulheres governantes na forma tradicional européia, diferentemente do resto da América Latina (HAHNER, 1978, p. 75).

Apesar dessa especificidade, as mulheres não deixariam de ser um elemento estranho na política monárquica. Como frisamos anteriormente, não importamos o costume franco-alemão da lei sálica<sup>32</sup>, mas, para José de Alencar (1867, p. 38), isso não passou de um ajuste feito pela tradição ibérica para que a coroa não recaísse em mãos de um parente afastado e estranho. O espectro da presença da Princesa nos meandros do poder possibilitou o aparecimento de um debate sobre o gênero dominante na cena política.

De fato, as referências na Constituição e nas leis posteriores eram sempre de “Imperador” e “Príncipe Imperial”. Quando o projeto de lei foi debatido no Senado, alguns senadores como Silveira Mota afirmavam que a mulher não poderia assumir tais funções em virtude da “debilidade de seu sexo” e que nem de longe poderia ser comparada à virilidade masculina. Para o senador “o sexo feminino pela nossa legislação e pela legislação de todo o mundo civilizado é excluído dos cargos públicos. Se a lei sálica fosse adotada entre nós, evidentemente toda a vez que se falasse de príncipe imperial se entenderia o varão” (RODRIGUES, 1975, p. 111).

A lei foi aprovada e, com isso, foram resolvidos os problemas e dúvidas sobre os poderes que a Princesa Imperial teria durante a ausência do Imperador, das prerrogativas de D. Isabel. Assim, D. Pedro II partiu para a Europa no final de maio de 1871.

## 1.2. Aprendiz de Imperatriz

Quando D. Isabel assumiu a Regência, uma das preocupações que o Imperador tinha era que o Conde d’Eu não tivesse participação direta ou explícita nos assuntos de Estado. De acordo

---

do sexo masculino foi vista como um grande abalo ao regime monárquico, que deixou de ter uma representação viril que marcasse o vigor do regime.

<sup>32</sup> A lei sálica, de acordo com François Velde, era um princípio jurídico publicado na época do reinado de Clóvis, rei dos Francos (476-496) que excluía tanto as mulheres do direito de herança quanto a transmissão de direitos sucessórios por via materna. Apesar disso, o dispositivo só passou a ser difundido na França em finais do século XIV e tornou-se a regra de sucessão dinástica francesa tanto na monarquia dos Bourbons quanto no período napoleônico. Quando os Bourbons passaram a reinar na Espanha, estabeleceram a lei sálica em um país com ampla tradição de sucessão feminina, mas que acabou sendo revogada em 1789. Disponível em: <<http://www.heraldica.org/topics/france/salic.htm>> . Acesso em: 30 mar 2015.



com Roderick Barman (2005, p. 158), o monarca, em sua condição masculina reconhecia, no Conde d'Eu a figura natural de conselheiro privado da filha, mas acreditava que sendo ela a futura soberana, não deveria deixar transparecer a participação do marido em assuntos políticos.

Para que qualquer ministro não tenha o menor ciúme da ingerência de minha filha nos negócios públicos é indispensável que meu genro, aliás conselheiro natural de minha filha, proceda de modo que não se possa ter certeza de que ele influíu mesmo por seus conselhos, nas opiniões de minha filha (D. PEDRO II, 1998, p. 827).

Era a demonstração da desconfiança de um Terceiro Reinado influenciado pelas intromissões de um estrangeiro (VIEIRA, 1989, p. 111). Entretanto, a Regência não se fez unicamente com preocupações sobre posições de influência familiar. Era necessário discutir o plano do Imperador que resultaria na Lei do Ventre Livre. A proposta havia sido apresentada na Fala do Trono proferida por D. Pedro II, em 3 de maio de 1871, deixava o visconde do Rio Branco encarregado de dar continuidade ao debate do projeto na Assembleia Geral.

Segundo José Murilo de Carvalho (2007, p. 133), a proposta de lei era de autoria do próprio Imperador, mas para não ser acusado de influenciar o debate, o monarca preferiu estar ausente do país. O projeto foi construído ainda durante a Guerra do Paraguai, mas o Conselho de Estado preferia que fosse votada somente após o final do conflito, evitando-se outras tensões no país, ainda mais com a possibilidade de forte oposição das camadas de proprietários rurais.

Lilia Schwarcz (2010, p. 320), inclusive, avalia que a adesão ao projeto de lei foi muito mais forte entre as províncias do Norte, que contavam com 37% da população cativa, enquanto havia uma forte e ampla rejeição dos cafeicultores que concentravam em torno de 59% da população cativa do país. Era uma lei que poderia trazer custos políticos, mas também garantia louros a ser colhidos pela Princesa Imperial. D. Pedro II fez questão de deixar, por escrito, a maneira como a filha deveria conduzir o processo.

O principal embaraço à colonização, em maior escala, é o preconceito que ainda dura de que o trabalho escravo não há de faltar. Cumpre destruir quanto antes esse preconceito; mas empregando somente as medidas indispensáveis, as quais, segundo penso são as seguintes: a declaração da liberdade do ventre desde a data da lei, considerando ingênuos os nascidos depois, e havendo para os senhores das mães a opção entre quantia razoável paga pelo Estado ou serviço obrigado até certa idade dos nascidos, como indenização dos gastos com a criação deles e a obrigação para os senhores de forrarem seus escravos, desde que estes lhes derem seu valor competente fixado (D. PEDRO II, 1998, p. 820-821).

O historiador Sérgio Buarque de Hollanda (2004, p. 138) comentou que, na época da promulgação da lei, existiu uma percepção por parte do monarca que Paranhos teria uma

posição oportunista de autopromoção quanto ao desenrolar da lei, mas era preciso um político hábil que conduzisse um gabinete que fosse capaz de levar adiante o processo reformista e conseguisse melhorar a imagem externa de um país que mantinha a escravidão.

Para Robert Daibert Jr. (2004, p. 71), apesar de ser um projeto necessário, era muito ousado para a época, já que mexia em estruturas – como a ideia de que o cativo era uma propriedade privada – que para determinados segmentos sociais deveriam ser imutáveis.

Poucos meses antes, o Partido Republicano foi criado e, mesmo sendo uma força política quase inexistente a nível nacional, ele demonstrava a insatisfação de setores que sustentavam o regime. Para Ângela Alonso (2002, p. 110), as correntes que surgiram a partir da dissidência do Partido Liberal na década de 1860 e que se aglutinam em torno do movimento republicano não chegavam a ter expressividade política com posições eficazes no que se diz respeito à oposição à monarquia enquanto forma de governo. Era muito comum perceber a existência de republicanos em cargos da monarquia não recusando nenhum tipo de oferta pessoal que envolvesse a distribuição de empregos e benesses.

Quanto às estruturas monárquicas, os membros do Partido Republicano Paulista, por exemplo, acreditavam que a questão central era o debate sobre o federalismo, que possibilitaria levar o Brasil à modernidade e que a escravidão era um problema a ser resolvido pela monarquia, e ficando cada província responsável por extingui-la conforme as suas necessidades (SALLES, 2009, p. 73).

Ao mesmo tempo em que o debate seguia, D. Isabel tinha suas primeiras experiências como governante. Os primeiros despachos da Princesa ocorreram poucos dias após a partida do Imperador e sua reação foi manifestada por carta enviada ao pai, datada de 4 de junho de 1871. Nas palavras de Roderick Barman (2005, p. 161), poderíamos afirmar que D. Isabel lutou com as contradições de gênero que seu novo papel suscitava. Era “uma espécie de imperador sem mudar de pele”, mas que não buscou adotar nenhuma atitude que a diferenciasse do estilo político de D. Pedro II.

As atitudes de D. Isabel com o trato público não demonstravam falta de conhecimento, de inteligência ou, mesmo, de astúcia. O que aconteceu, na realidade foi que, na época, o Imperador ainda contava com 45 anos e a ideia de um Terceiro Reinado mostrava-se ainda muito distante. Tomar certos tipos de iniciativas que diferissem dos hábitos de D. Pedro II poderiam gerar manifestações contrárias.

O debate sobre a Lei do Ventre Livre permaneceu acirrado no Parlamento. Os pronunciamentos e discussões na Câmara dos Deputados evidenciavam interesses divergentes, as ideologias contraditórias e eram recheados por inúmeras agressões verbais. Vários

ressentimentos eram causados por causa das manobras da bancada governista quando fazia encerrar as sessões quando o governo estava em desvantagem numérica para a aprovação do projeto de lei (ANDRADE, 1988, p. 110). Inventavam até mesmo festas e visitas no horário das sessões para não causar uma derrota à proposta, além de confusões no plenário da Câmara com vozes exaltadas que chamavam o parlamento de “Câmara de escravos” (HOLLANDA, 2004, p. 143).

A proposta governamental, vazada nos moldes da que fora anteriormente formulada por Teixeira Júnior e refletida dos projetos de S. Vicente, foi apresentada à Câmara por Teodoro Machado, ministro da Agricultura, na sessão de 12 de maio. Compunha-se de duas partes distintas com dez artigos e quarenta parágrafos, ao todo, sendo que a primeira se ocupava particularmente da situação dos nasciturnos, regulando a segunda as libertações que teriam de ser feitas pelo fundo de emancipação, sem cogitar outros meios para extinguir o cativo (ESTRADA, 2005, p. 60).

Apesar da figura aparentemente neutra, D. Isabel exercia influência na condução da votação e, em inúmeras ocasiões, era ela quem estimulava ao Visconde do Rio Branco para que prosseguisse o debate nas Câmaras (XAVIER, 1991). Aprovada, a lei foi sancionada em 27 de setembro de 1871, e a Princesa não temeu em associar o seu nome ao acontecimento (BARMAN, 2005, p. 163). Entretanto, as relações entre o Trono e os grandes proprietários começavam a ficar desgastadas, tornando desde já complexa a ideia de um Terceiro Reinado sendo que, a partir do final da Primeira Regência, as representações sobre a então futura Imperatriz do Brasil, passaram a ser alvo das projeções e expectativas de grupos de elite (DAIBERT JR., 2004, pp. 72-73).

Na Fala do Trono de encerramento da Sessão Legislativa, em 30 de setembro de 1871, a Regente agradeceu

[...] as providências com que atendestes às necessidades do serviço público, congratulo-me convosco pelas leis que decretastes a bem do desenvolvimento de nossas estradas de ferro, da reta administração da justiça, e da extinção gradual do elemento servil. Esta última reforma marcará uma nova era no progresso material e moral do Brasil. É empresa que exige prudência, perseverantes esforços e o concurso espontâneo de todos os brasileiros. Tenho fé em que seremos bem sucedidos, sem prejuízo à agricultura, nossa principal indústria, porque esse cometimento é a expressão da vontade nacional, inspirado nos mais elevados preceitos da religião e da política. (BRASIL, 1977).<sup>33</sup>

De fato, o temor dos proprietários rurais não aconteceu. Segundo Manuel Correia de Andrade (1998, p. 115), a agricultura brasileira apresentou um crescimento durante as décadas

---

<sup>33</sup> Fala do Trono no Encerramento da Assembleia Geral em 30 de Setembro [1871]. BRASIL. *Falas do Trono: Desde o ano de 1823 até o ano de 1889. Acompanhadas dos respectivos votos de graça da Câmara Temporária.* São Paulo: Melhoramentos, 1977.

de 1870 e 1880, mesmo com as baixas durante a Guerra do Paraguai. Esse crescimento deveu-se principalmente à ampliação da malha ferroviária, a expansão da imigração estrangeira e o fortalecimento das exportações. Ricardo Salles (2009, p. 73), inclusive, afirma que os fazendeiros perderam seu *status*, mas a Lei do Ventre Livre não trouxe nem a crise econômica, nem as rebeliões em massa.

No discurso da Regente encontra destaque o aspecto religioso levado aos assuntos de Estado. Foi como figura extremamente católica que a sua imagem seria apresentada. Para Maria Luiza Mesquita (2008, p. 8), tanto liberais quanto os conservadores não conseguiam imaginar em D. Isabel a figura de uma representante que comandasse os destinos do país.

Entretanto, a Princesa buscou construir sua própria imagem. Seja mediante as cartas trocadas entre parentes e amigos, ou nas inúmeras fotografias divulgadas pelo território brasileiro. Sua figura era, antes de tudo, a de uma mulher religiosa e, segundo Robert Daibert Jr. (2004), isso não era uma característica negativa para um governante dessa época, mas uma maneira de se posicionar e enxergar o mundo.

Os últimos meses da Regência passaram em tranquilidade, apesar da cisão no gabinete por causa dos caminhos tomados durante o debate da Lei do Ventre Livre (SALLES, 2009, p. 74). De acordo com Roderick Barman (2005, p. 165), a Princesa demonstrava vontade de ver o retorno imediato do pai, e dedicar-se à esfera privada de sua vida. É bem possível que após a chegada do Imperador ao Rio de Janeiro, ele não tenha chegado a conversar com a filha sobre as cartas que ela enviou durante o período em que estava na Regência.

O monarca retornou em 30 de março de 1872 e tomou as rédeas do governo como se nunca tivesse estado fora do Brasil. Por fim, com a Regência saíram as primeiras perspectivas sobre um futuro Terceiro Reinado, e o período serviu também para criar uma imagem positiva da Princesa.

A demanda pela construção de uma imagem positiva da Princesa deve ser relacionada à necessidade de estabelecimento de bases políticas sólidas. A situação dos partidos era delicada. Os liberais irritavam-se em ter suas ideias implementadas pelos conservadores e já não podiam mais ver no Conde um representante de seus interesses. O Partido Conservador se viu dividido após a aprovação da lei. [...] Ampliavam-se as discussões em torno das distintas alternativas de governo e consequentemente cresciam as críticas ao regime monárquico e à herdeira do trono que daria continuidade ao mesmo (DAIBERT JR., 2004, p. 75).

O próprio Imperador não era poupado das críticas. Apelidado de “Pedro Banana”, era comum a divulgação de sátiras na imprensa apontando a decadência do soberano (SCHWARCZ, 2010, p. 416). Foi durante o período que se seguiu ao final da primeira regência

da Princesa, saíram na imprensa inúmeras cartas anônimas apostando esperanças em torno do reinado de D. Isabel (DAIBERT JR., 2004, p. 76).

As impressões sobre o Terceiro Reinado não provocavam tantas objeções, Lourenço Lacombe (1989, p. 155), cita um trecho do *Jornal do Comércio*, que era publicado na Corte, afirmando em retrospectiva do ano de 1872, que a Regência não tinha recebido críticas da oposição, mesmo com os debates sobre a lei do ventre escravo e que “todos respeitaram o caráter provisório da regência e fizeram justiça à prudência, dignidade e acerto com que se houve a Princesa”.<sup>34</sup>

Em momentos de crise, não raro, a expectativa do novo e da mudança eram vistas como possibilidade de melhorias na qualidade política do país. O periódico *O Interesse Público*, ainda em 1860, criticando a atuação do político conservador baiano, o barão de Uruguaiana, no comando do gabinete afirmava que o ministério só sobrevivia por causa da inércia e indiferença do Imperador em torno do que estava acontecendo no país, e que talvez, a ascensão da Princesa Imperial (que, na ocasião, tinha acabado de prestar o juramento como herdeira presuntiva da Coroa) poderia melhorar a situação do país. Para o editorial:

[...] a indignação pública contra esta detestável situação chega já a ser tão profunda e tão universal, que não é raro hoje no Rio de Janeiro entre os homens sérios de todas as cores políticas haver quem pense que a abdicação do imperador e a devolução da coroa à princesa imperial não seria a menor das graças que porventura houvesse de derramar a providência divina sobre este desgraçado país no seu estado atual.<sup>35</sup>

A Princesa não seria necessariamente o elemento transformador da política do Brasil, mas possibilitava uma projeção de superação de determinados entraves políticos que normalmente estavam associados à figura do Imperador. Em momentos de crise do regime monárquico, tantos os defensores quanto os críticos de um eventual reinado de D. Isabel faziam projeções sobre uma futura administração sua, já que a continuidade da monarquia no Brasil passava pela presença da filha de D. Pedro II (DAIBERT JR., 2004, p. 76-77).

Entretanto, ao que parece, a preocupação primeira da Princesa após o término da Regência não estava em ser Imperatriz do Brasil em curto prazo, mas em ser mãe. Apesar dos inúmeros esforços e tratamentos, D. Isabel não conseguia conceber um herdeiro para o trono (BARMAN, 2005, p. 170). Acreditava-se que a Princesa era estéril, sendo este o motivo pelo

<sup>34</sup> *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 5 de janeiro de 1873.

<sup>35</sup> *O Interesse Público*, 15 de dezembro de 1860, p. 1.

qual D. Pedro II trouxera da Europa os dois filhos<sup>36</sup> mais velhos de D. Leopoldina<sup>37</sup>, para que fossem educados como príncipes brasileiros (PRIORE, 2006, p. 14).

No período em que foi herdeira do Trono Imperial e nas três vezes em que foi Regente do Império, D. Isabel exerceu atribuições que estavam destinadas a homens e mulheres do século XIX. Como um sujeito do sexo feminino, desempenhou aquilo que era considerado como “natural” às outras mulheres da época: era filha, esposa e mãe. Nos espaços considerados reservados ao sexo masculino, a Princesa lidou com as funções de Estado, tratando diretamente com o trato político e com as questões da administração pública.

A Primeira Regência suscitou na Princesa um envolvimento com os assuntos de Estado, ainda lhe faltava encarar uma característica que era tida como uma das principais obrigações femininas no período. Mônica Jinzenji (2010, p. 200) comenta que, durante o século XIX, os periódicos voltados para as mulheres e as famílias buscavam enaltecer o valor da maternidade e da educação de meninas, acreditando que era função da esposa garantir a estabilidade da família a partir da procriação. Ser mãe conferia um novo *status* à mulher dentro da família.

A preocupação em conceber um herdeiro fez com que D. Isabel se refugiasse cada vez mais na religião, na esperança de vir a ter um filho. Enquanto o Imperador cuidava da educação dos dois netos, filhos de D. Leopoldina, a Princesa Imperial aproximava-se da religião como sustentáculo capaz de promover uma espécie de “milagre” que a levaria a realizar sonho da maternidade (PRIORE, 2013, p. 143).

Lourenço Lacombe (1989, p. 180) descreveu a sua busca de tratamentos em fontes de águas termais na Província de Minas Gerais e a incessante aproximação com figuras religiosas como Santa Isabel de Hungria, na tentativa de alcançar a graça de ser mãe. Finalmente, em

---

<sup>36</sup> O Imperador trouxe de volta para o Brasil os dois filhos mais velhos da princesa D. Leopoldina já que ambos haviam nascido na cidade do Rio de Janeiro e, portanto, em território brasileiro. O mais velho era o príncipe Pedro Augusto de Saxe-Coburgo-Gotha (1866-1934), que se tornou Engenheiro Civil pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro e especialista em mineralogia, sendo considerado o neto predileto do imperador brasileiro. Já o segundo era o príncipe Augusto Leopoldo de Saxe-Coburgo-Gotha (1867-1922), que se tornou oficial de carreira da Marinha Imperial chegando ao posto de segundo-tenente. Ambos também foram banidos do território brasileiro após o golpe de 15 de novembro de 1889.

<sup>37</sup> A princesa D. Leopoldina havia falecido aos vinte e quatro anos incompletos, em 24 de fevereiro de 1871. Era casada com o príncipe Luís Augusto de Saxe-Coburgo-Gotha, membro de uma pequena dinastia alemã que construiu laços importantes a partir do casamento da rainha Vitória do Reino Unido com o príncipe Alberto e de D. Maria II de Portugal com o príncipe Fernando, ambos primos de Luís Augusto. A sogra de D. Leopoldina era a princesa Clementina de Orléans, filha do rei Luís Felipe I da França, o que fazia do Conde d’Eu e do duque de Saxe – como era conhecido – primos cruzados. Os Saxe-Coburgo-Gotha também reinaram em outros países como a Bélgica, a partir da escolha de Leopoldo para reinar sobre o país recém-criado e na Bulgária, com a eleição de Fernando – irmão de Luís Augusto – para reinar no país nascido da desintegração de áreas outrora dominadas pelo Império Otomano. Da união de D. Leopoldina com o príncipe Luís Augusto nasceram quatro filhos: Pedro Augusto, Augusto Leopoldo, José e Luís Gastão.

busca de tratamento médico, D. Isabel viajou para a Europa em 1873 e, no ano seguinte, exatamente dez anos após o casamento, constatou-se que a Princesa estava grávida.

De acordo com o contrato matrimonial, era obrigatório o nascimento dos filhos da Princesa Imperial em solo brasileiro. Segundo Robert Daibert Jr. (2004, p. 80), o nascimento do rebento em solo estrangeiro comprometeria a legitimidade do herdeiro e levantaria posições contrárias em torno do futuro reinado de D. Isabel. Ainda assim, o Conde d'Eu solicitou ao Imperador e ao Conselho de Estado para que dispensasse a esposa da viagem, já estando ela com seis meses de gravidez. Juntamente com a carta vieram laudos médicos desaconselhando que fosse empreendida a viagem. Por fim, o Conselho de Estado recomendou que o parto acontecesse na Legação do Brasil em Paris, realizando todas as formalidades e cerimônias do acontecimento (LACOMBE, 1989, p. 183).

Contudo, mesmo resolvida legalmente a questão, o mal-estar era inevitável (DAIBERT JR., 2004, p. 82). O Imperador continuava reticente com a ideia de o neto nascer na França. Mesmo casada, depois de ter assumido a Regência do Império e prestes a conceber um filho, D. Isabel não tinha coragem suficiente para desobedecer ao pai. O Conde d'Eu também não estava disposto a contrariar o sogro (BARMAN, 2005, p. 178).

Estavam em jogo os interesses políticos, a manutenção do regime e as questões pessoais. Para Robert Daibert Jr. (2004, p. 82), o melhor para a Princesa Imperial, não era o melhor para Isabel de Bragança.

Maria Luiza Mesquita, sintetiza a situação como bem semelhante ao mito da Inglaterra tudoriana acerca dos “dois corpos do Rei”, pelo qual:

[...] os reis possuem dois corpos, um natural e um político, que formam uma unidade indivisível. No entanto, o corpo político, que é imortal, é superior ao natural, pois ele contém o Cargo, o Governo e a Majestade reais. Direitos concedidos a qualquer súdito do rei eram a ele negado, pois o corpo político estava em primeiro lugar. Isabel não podia dispor de seu corpo natural como gostaria; o dever do corpo político falou mais alto (MESQUITA, 2009, p. 54).

Aquilo a que Lilia Schwarcz (2010, p. 31) chama de espetáculo “ritual e teatral” sobre o jogo político de representações da monarquia, obrigou que a Princesa retornasse ao Brasil e cumprisse o que estava disposto no contrato. Assim, embarcaram de volta ao Brasil, e alguns dias após a sua chegada, em julho de 1874, nasceu morta uma criança do sexo feminino (LACOMBE, 1989, p. 120). Contudo, apesar da perda da primeira criança, abriram-se as possibilidades de a Princesa vir a ter mais filhos (DAIBERT JR., 2004, p. 83).

Em 1875, constatou-se que a Princesa Imperial estava grávida novamente. O nascimento do Príncipe do Grão-Pará<sup>38</sup> ainda suscitaria críticas na imprensa brasileira, tudo porque D. Isabel exigiu que o parto fosse realizado por um médico francês (VIEIRA, 1989, p. 172). A Princesa estava realizada pelo fato de o nascimento do filho no mesmo dia em que comemorava onze anos de casamento. Estava garantida a continuidade dinástica através da Princesa Imperial e logo após o nascimento do Príncipe D. Pedro, ela ficou sabendo que em breve teria que assumir novamente a Regência e era sua vontade permanecer afastada dos negócios políticos, mas era inevitável na condição de herdeira do trono (BARMAN, 2005, p. 192).

A primeira viagem para a Europa estimulou um gosto em conhecer outros lugares por parte do Imperador e agora ele queria retornar ao Velho Mundo, mas antes passando pelos Estados Unidos. A Princesa Imperial já havia adquirido experiência, a crise dos bispos tinha cessado e a presidência do Conselho de Ministros era ocupada pelo experiente duque de Caxias (CARVALHO, 2010, p. 159) Ainda assim, a situação política do Brasil não era tão tranquila e o país era outro, cinco anos após a primeira Regência de D. Isabel.

A tarefa que D. Isabel assumiu em 1876 foi muito mais difícil e complexa do que na primeira regência. Em 1871, o verdadeiro chefe era o visconde do Rio Branco, assistido por um gabinete empenhado em implementar reformas específicas. Com a economia nacional em crescimento e o país mais confiante depois da vitória na Guerra do Paraguai, as perspectivas eram as mais auspiciosas. Conforme se esperava em 1871, D. Pedro II voltaria da Europa restaurado e revigorado, pronto para conduzir o Brasil no caminho do progresso (BARMAN, 2005, pp. 192-193).

Quando assumiu a Regência pela segunda vez, D. Isabel não era mais vista como uma estreante e sem experiência, chegando o Imperador a pedir que a filha só lhe escrevesse sobre os assuntos de governo em caso de situação de extrema gravidade (LACOMBE, 1989, p. 208). A Regente desejava apenas segurar a administração até que o Imperador retornasse da viagem. Contudo, a situação política e social era instável. A Questão Religiosa havia ressurgido, com a determinação papal de expulsar os maçons das irmandades religiosas. Surgiram boatos na imprensa assegurando que D. Isabel iria seguir as recomendações do papa Pio IX. O ministério, a contragosto, foi obrigado a desmentir o que nunca acontecera.

D. Isabel era vista como uma beata e seu excesso de dedicação ao catolicismo era visto com preocupação pelos políticos. A Questão Religiosa abalava a estabilidade da monarquia e quando a crise estourou, a Princesa ainda estava na Europa. A também chamada de “Questão

---

<sup>38</sup> O artigo 105 da Constituição de 1824 definia que o herdeiro presuntivo da Coroa teria o título de “Príncipe Imperial” e que o primogênito deste receberia o título de “Príncipe do Grão-Pará”, onde ambos teriam o tratamento de “Alteza Imperial”. Os demais seriam apenas “Príncipe” com o tratamento de “Alteza”.



dos Bispos” tinha começado com as atitudes do Papa Pio IX, que fora considerado o mais reacionário e ultramontano dos pontífices romanos. O principal documento que marcou sua posição foi a bula *Syllabus*, uma listagem de oitenta erros, em que condenava o beneplácito, a supremacia da lei civil sobre o direito eclesiástico e condenava duramente os maçons. (CARVALHO, 2007, p. 151) Roderick Barman (2005, p. 183) comenta que nas cartas trocadas com o Imperador naquele período, D. Isabel posicionou-se a favor dos bispos. Para ela, estava em primeiro lugar o juramento prestado em manter o catolicismo romano.<sup>39</sup> A Princesa foi incisiva e, em carta ao pai, disse que aquele que fosse maçom que não frequentasse a Igreja. Dessa forma, a religiosidade da filha parecia preocupar o monarca (DAIBERT JR., 2004, p. 101).

Segundo José Murilo de Carvalho (2007, p. 155), mesmo resolvidas as tensões de ambos os lados (clérigos e políticos maçons) a relação entre Estado e Igreja não voltaria a melhorar. Se a religiosidade de D. Isabel granjeava o apoio e a admiração dos setores religiosos, consistindo em defensores do Terceiro Reinado, isso causou conflitos entre os setores políticos, principalmente a pequena classe com diploma universitário. Por fim, a separação entre Igreja e Estado, para os religiosos, seria um mal muito pequeno, mas a situação se tornaria muito melhor tendo D. Isabel I, Imperatriz do Brasil. Já os maçons jamais deixariam de ligar a figura da Princesa na intercessão pelos bispos.

A questão adquiriu novo vigor no período justamente por causa da anistia dos prelados envolvidos e condenados na crise de desobediência ao Imperador – e obediência à autoridade religiosa de Roma –, o que colocou certos segmentos sociais contra o poder imperial que viam essa situação como uma interferência da Igreja nos assuntos políticos do Brasil. O editorial de *O Monitor* chegou a criticar a Fala do Trono pronunciada pela Regente em 1 de fevereiro de 1877. Embora sem atacar à Regente, mas ao gabinete Caxias, o texto questionou a ausência de qualquer menção sobre o perdão dos bispos, acusando o governo de omitir-se sobre a questão:

[...] em desespero de causa, [o ministério] finge-se cego e surdo, não quer ouvir nem ver coisa alguma, e persuade-se talvez que a tempestade vai passar – simplesmente porque ele não se previne contra ela. Este proposital esquecimento, esta confissão de impotência sobressaltam em extremo o espírito público que esperava alguma solução ao mais formidável, porventura, dos problemas sociais de nossa atual vida política.<sup>40</sup>

---

<sup>39</sup> Através dos artigos 103 e 106, da Constituição de 1824, o Imperador e o Príncipe Imperial, respectivamente, juravam primeiramente “manter a Religião Católica Apostólica Romana” antes de todas as obrigações com a nação – Cf. NOGUEIRA, Octaciano. *Constituições Brasileiras*: 1824. 2. ed. Brasília: Senado Federal/Centro de Estudos Estratégicos/ Escola de Administração Fazendária, 2001, p. 94.

<sup>40</sup> *O Monitor*, Bahia, 8 de fevereiro de 1877, p. 1.

A anistia tinha provocado desagrado em diversos segmentos, principalmente os ligados à maçonaria, e que para Roque Barros (2004, p. 364) estava muito longe de mostrar-se resolvido. O ministério aparentava não concordar com a liderança da Princesa Imperial e seu perfil religioso, demonstrando vontade de não se submeter à liderança de uma mulher, preferindo esperar a volta do Imperador (BARMAN, 2005, p. 197).

Hermes Vieira (1989, p. 130) comenta que havia uma antipatia mútua entre o casal principesco e o chefe do gabinete desde a época da Guerra do Paraguai, e apesar do duque de Caxias ter se empenhado na questão da anistia dos bispos não havia animosidade entre a Regente e o Presidente do Conselho. O ápice do estranhamento, portanto, foi quando o boato foi espalhado, anunciando que a Princesa teria entrado em acordo com o ministro do Império – o visconde de Bom Conselho – e expulsaria todos os maçons das Irmandades, e que tal proposta teria feito Caxias pedir demissão (BARMAN, 2005, p. 197).

[A] acusação frequente que faziam à princesa era a de estar cercada por pessoas que exerciam uma influência negativa sobre ela. Uma delas seria a condessa de Barral. Em junho de 1877, a fala do trono proferida pela princesa, mas elaborada pelo gabinete conservador foi alvo de críticas, sendo classificada pelo jornal liberal *A Reforma* como “*uma peça inútil, sem alcance, sem valor, abaixo de toda a crítica*” (MESQUITA, 2008, p. 8).

Um último aspecto que abalou a administração da Regente foi um acontecimento natural que produziu efeitos nefastos no país: a Grande Seca de (1877-1879), onde a falta de chuvas devastou o Norte do país, forçou um êxodo de milhares de pessoas, além de elevar a taxa de mortalidade.<sup>41</sup> De acordo com Roderick Barman (2005, p. 207), na região atingida pela seca, a infraestrutura montada pelo governo para combater os efeitos da calamidade mostrou-se ineficaz. Foi um tremendo fracasso, questionando a competência e a credibilidade do regime imperial.

A Princesa dedicava atenção especialmente aos bazares, concertos musicais e quermesses com objetivo de angariar fundos para auxiliar os flagelados da seca. O periódico pernambucano *A província* destacava a distribuição de donativos obtidos por uma comissão de senhoras, lideradas pela Princesa Regente, para as vítimas da seca nas províncias do Rio Grande

---

<sup>41</sup> De acordo com Graciela Rodrigues Gonçalves, a seca de 1877 a 1879 coincidiu com a crise econômica das províncias do Norte, quando houve uma queda no número de exportações e do preço do açúcar e do algodão no mercado internacional. Além disso, inúmeros escravos estavam sendo vendidos para fazendeiros do Sul. Apesar de ter efeitos menores, na Bahia, do que em secas anteriores, a estiagem fez com inúmeros retirantes advindos de outras províncias vizinhas buscassem refúgio em Salvador. Ver GONÇALVES, Graciela Rodrigues. *As secas na Bahia do século XIX: Política e sociedade*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Bahia, 2000, p. 92-116.

do Norte, Paraíba e Ceará.<sup>42</sup> O recurso foi obtido em eventos promovidos por D. Isabel no Cassino Fluminense. Essa espécie de assistencialismo foi praticada inúmeras vezes pela Princesa durante sua segunda regência e buscava adeptos em suas atividades filantrópicas como modelo de ideal cristão (DAIBERT JR., 2007, pp. 141-142).

Sob a regência de Isabel e o ministério de Caxias, o país permanecera tranquilo. A tranquilidade foi perturbada no final de 1877, quando teve uma das maiores secas do Nordeste, tragédia que matou mais gente do que a Guerra do Paraguai e exigiu grande mobilização de recursos. Outra mudança, menos relevante, foi o lento desaparecimento de alguns dos políticos responsáveis pela consolidação do Segundo Reinado. Zacarias e José de Alencar morreram em 1877; em 80 foram Caxias e Rio Branco. Já tinham morrido antes Paraná, Olinda, Uruguai e Itaboraí. Despontava uma nova geração de políticos que não passara pelo drama da Regência [1831-1840] e por isso valorizava menos as instituições monárquicas (BARMAN, 2005, p. 173).

Além das questões políticas, D. Isabel tinha atribulações domésticas, já que, em 1876, estava grávida novamente. Uma gestação complicada que acabou resultando em aborto. Ao mesmo tempo em que tinha que cuidar dos negócios, devia dar atenção ao filho e observar os cuidados dispensados aos dois sobrinhos que ficaram no Rio de Janeiro (PRIORE, 2006, p. 71).

De março de 1876 a setembro de 1877, ela passou por uma série de provações, na qualidade de governante do Brasil, e de atribulações na vida pessoal. As três crises que enfrentou como regente – o fiasco da reforma eleitoral, a renovação da Questão Religiosa e uma calamidade natural que passou para a História como a Grande Seca – estavam muito além de seu controle, porém, mesmo assim, serviram para lhe solapar a credibilidade como governante, e chegaram a mesmo a despertar o questionamento do regime imperial. Os problemas que a princesa enfrentou na vida pessoal, um contraponto de suas dificuldades como regente, contribuíram ainda mais para fragilizar sua imagem pública (BARMAN, 2005, pp. 196-197).

A figura do Conde d'Eu continuava sendo objeto da ojeriza da elite política. Era tratado pejorativamente como “o francês”, sendo comum a divulgação de inúmeras sátiras sobre ele e caricaturas suas na imprensa, sobretudo como um aventureiro e avarento (MESQUITA, 2008, p. 6). Dessa forma, ele preferia manter-se cada vez mais afastado dos assuntos políticos. Para *O Echo Liberal*, o governo só não estava acéfalo quando a Princesa Imperial estava na qualidade de governante porque havia a presença de espírito do Imperador sobre o gabinete.<sup>43</sup> As críticas dos liberais sobre o gabinete conservador respingavam na Regente.

Na esfera privada, D. Isabel estava mais preocupada com a nova gravidez com os temores de um novo aborto e o mal-estar ocasionado pelo chamado do obstetra francês. O Imperador discordava da presença do mesmo e preferia um médico brasileiro. D. Pedro II

<sup>42</sup> *A Província*, 3 de julho de 1877, p. 1.

<sup>43</sup> *O Echo Liberal*, Sergipe, 11 de agosto de 1877, p. 1.

retornou em 26 de setembro de 1877, e tal como fizera em 1872, não consultou a filha sobre os assuntos do governo, pouco conversando com D. Isabel. Era como se ignorasse a presença da filha – é preciso lembrar o ressentimento causado pelo convite enviado ao médico francês. O Conde d’Eu mostrou-se satisfeito pela exclusão da esposa dos assuntos públicos (BARMAN, 2005, p. 211).

O convite ao obstetra francês Jean-Henri Depaul para assistir ao nascimento do Príncipe D. Luiz gerou controvérsias no Brasil. O jornal *A Província*<sup>44</sup> colocou que o que estava em questão não o fato de a Princesa confiar no médico francês, mas se os profissionais formados no Rio de Janeiro e na Bahia haviam sido rebaixados com o convite de um médico estrangeiro para a ocasião.

Em 1877, Depaul foi convidado novamente e o Imperador precisou antecipar o seu retorno ao Brasil a pedido da filha, gerando uma espécie de duplo ressentimento. Em janeiro de 1878, o segundo filho dos condes d’Eu nasceu e isso passou a ser a completa realização pessoal da Princesa. Após o parto, o Imperador autorizou que D. Isabel e o marido residissem por dois anos na França. Era a busca de um refúgio, depois de tantos problemas no Brasil.

### **1.3. A imprensa, um veículo de representações da futura Imperatriz**

Na segunda metade do século XIX, o Brasil já tinha avançado em matéria de produção periódica. Muitos jornais haviam deixado o caráter meramente panfletário e não era raro o surgimento de produções voltadas para um público específico como no caso as que se voltavam para o público feminino.

Somente nas últimas décadas, a historiografia brasileira tem dado atenção à escrita da história através de jornais, como chamaria Tania Regina de Lucca (2010, p. 111), de por meio dos periódicos e que potencializasse a escrita a partir dos discursos e impressões construídos nos veículos da imprensa. O nosso interesse é observar a partir dos escritos na imprensa periódica e perceber de que maneira eram construídos os imaginários e representações em torno da Princesa Imperial.

O surgimento da imprensa no Brasil se deu após a chegada da Corte portuguesa em 1808, tendo o propósito de ordenar e marcar a cena pública que passava por transformações e contradições (MOREL, 2011, p. 25). Os jornais ampliavam as discussões, construindo ideias a

---

<sup>44</sup> *A Província*, 28 de setembro de 1875, p. 1.

partir de uma imprensa que em seu estágio inicial era puramente opinativa (BARBOSA, 2010, p. 25).

A imprensa de opinião entre meados do século XVIII e começo do XIX fez entrar em cena esta figura do homem público, até então inexistente no território da América portuguesa: o jornalista ou panfletário, chamado redator ou gazeteiro. Entre as mutações culturais sobrevindas com a manifestação da modernidade política ocidental, surgia este homem de letras, em geral visto como portador de uma missão ao mesmo tempo política e pedagógica (MOREL;BARROS, 2003, p. 25).

Os conceitos tinham saído do espaço de transmissão oral e ganhavam terreno no papel impresso, que era visto como possibilidade de difusão das ideias usadas como sentido político. Apesar de o Brasil possuir uma massa de indivíduos analfabetos onde os processos de instrução básica esbarravam em uma infinidade de dificuldades que iam desde as limitações da sociedade imperial, como também nas limitações que o Estado imperial e nas diferenças entre as províncias que normalmente eram eivadas de instabilidade política além da falta de recursos (ABREU;SCHUELER, 2008, p. 385).

A essa prática escrita, Michel de Certeau (1998, p. 230) chama de jogo que busca uma coesão visando atender um propósito social. Escrever seria uma prática de poder e Roger Chartier (2002, p. 135) afirma que os textos têm, em tese, a intenção de produzir um comportamento ou condutas que realmente fossem considerados úteis ou legítimos. A imprensa produzida no Brasil dos oitocentos era um centro delimitador dos espaços de consumo, das práticas civilizatórias e dos modelos de comportamento da nação.

O principal foco irradiador da imprensa e da cultura letrada era o Rio de Janeiro, que segundo Lilia Schwarcz (2010, p. 155), no final do Império tinha 50% da sua população alfabetizada e era natural que de lá partissem os modelos de hábitos e costumes que se enraizavam na elite brasileira. A Corte, especialmente a partir do reinado de D. Pedro II, irradiava os costumes e esses conceitos de civilização eram espalhados pelo restante do país.

O jornal era o espaço em que as mais variadas correntes políticas discutiam sobre os problemas da nação, refletindo as posições e vontades, se tornando um elemento construtor de determinadas verdades e eliminação de opiniões que pudessem ser contrárias (ARAÚJO, 2009, p. 142). Para Ana Luzia Martins (2011, p. 49) é o período da presença de “jornais de confronto, fruto da imprensa político-partidária, há panfletários ousados, que sob o anonimato denunciam mazelas e propõem rupturas, há denúncias permanentes através da ilustração caricata do cotidiano do Império”.

Era uma disputa de simbologias e mecanismos de representação da identidade nacional, articuladas para uma população urbana que buscava participar ativamente da política não como

mera espectadora, mas dentro de um contexto de inserção nas esferas de poder (LIMA, 2006, p. 299). Os jornais discutiam padrões visando a ordenar a sociedade e a cativar o chamado público leitor. Isso significava

[...] formar opinião pública, isto é, formar grupos de cidadãos conscientes de sua força e capazes de constituir teias sociais representativas. O jornalismo engajou-se nesse processo, entendendo que a construção de um público era, por consequência, a construção de um sentimento nacionalista sólido e contagiante. Assim, pode-se perceber que para nossa imprensa heróica e seus sucessores oitocentistas, a criação de um mercado de bens culturais impressos ricos em produtos de boa qualidade e em consumidores interessados nesses produtos era o caminho para plantar a semente da nação brasileira nas mentes e nos corações desses leitores (PINA, 2010, p. 5).

Além de cultivar esse público leitor, que seria um consumidor do texto e dos diversos produtos anunciados nos periódicos, o jornal atingia um público que era superior àquele que era leitor, já que ele normalmente era lido em voz alta nas rodas familiares. O alto contingente de analfabetos não era, portanto, motivo que limitava a existência de leituras plurais e a divulgação de produtos e ideias no Brasil oitocentista.

A partir do final do século XIX, o jornalismo se destacou na sua missão de fiscalizar os problemas públicos, denunciando práticas que lhes fossem consideradas erradas. Para Marialva Barbosa, o jornalismo se transformava em uma espécie de verdade porque representava o sentimento da sociedade em que estava inserido (BARBOSA, 2010, p. 131).

O editorial d'*O Monitor* tinha afirmado que em um regime constitucional não era função de a imprensa promover a “exageração e a agitação, a perturbação e a desordem”.<sup>45</sup> Algo que o *Correio da Bahia* havia sido eloquente em afirmar que “quando a imprensa converte a difamação em arma de combate, ela revela que se desmoraliza e perde o sentimento elevado de sua augusta missão”.<sup>46</sup> No período final da monarquia, a imprensa vivenciava uma febre modernizadora na condução do país aos rumos da civilização e do progresso, e a palavra escrita precisava caminhar na superação do atraso social.

É a partir desse contexto da imprensa que nos debruçamos sobre dois cenários nas províncias do Norte: Bahia e Sergipe. A imprensa baiana, mais antiga, surgiu pouco depois da chegada de D. João VI ao Brasil tinha, em finais do século XIX, uma imensa produção caracterizada essencialmente pela diversidade de títulos, orientações políticas e direcionamento de público. Aloysio de Carvalho Filho (2005, p. 34) afirmava que os periódicos baianos tinham a política partidária como veículo principal de aparição, crescimento e final de acordo com as

<sup>45</sup> *O Monitor*, 1 de junho de 1876, p. 1.

<sup>46</sup> *Correio da Bahia*, 29 de dezembro de 1871, p. 1.

necessidades da ocasião. Quando se observa a duração desses periódicos, percebe-se que a imensa maioria tinha curta duração (FONSECA, 2016, p. 406).

Na província de Sergipe, o primeiro periódico foi lançado na vila de Estância em 1832 – importante polo açucareiro sergipano – com o nome de *O Recopilador Sergipano*, redigido pelo padre José Alves Pitangueira. A evolução da produção de impressos em Sergipe se deu de maneira tímida e inconstante, tanto que entre o final das atividades do *Correio Sergipense*, em 1866, e a criação do *Jornal de Sergipe*, em 1870, ocorreu um hiato de produção jornalística na Província (BARRETO, 2008).

As produções de periódicos sergipanos que apareceram a partir da década de 1870 seguiram bem de perto as características baianas, com folhas voltadas especialmente para o segmento político, mas com espaço para a literatura e notícias locais, além de uma série de anúncios que iam desde xaropes a escravos fugidos. Essa produção do final do período monárquico seguia um modelo do que acontecia em todo o país e que, para Marialva Barbosa (2010, p. 118), foi marcada pelos desejos de tomar o rumo da civilização, profundamente inspirado em moldes franceses. Era um momento em que, além dessa produção de jornais diários, há uma crescente propagação de revistas, periódicos críticos e literários e uma infinidade de produções.

No Segundo Reinado, a imprensa desperta para um fazer jornalístico mais variado, no qual se principia a abordagem de temas ligados à constituição do País, apresentando uma pluralidade de temas e formas. Trazem crônicas, resenhas, páginas noticiosas, curiosidades científicas e os famosos folhetins. Mesmo assim, o ancoradouro principal continua sendo o modelo político. A política ainda é, e foi por muito tempo, o principal tema, na maior parte dos periódicos. A dualidade partidária não permite um debate mais aprofundado de ideias, mas encoraja a discussão explícita de questões políticas imediatas (REGO, 2001, p. 254).

É interessante perceber que havia uma teia de relações entre os diversos periódicos, uma rede de informações que possibilitava a proliferação de notícias e ideias, seja através de correspondentes em outras cidades ou através da chegada de impressos vindos de outras partes. Não raro, encontramos jornais como o *A Lanterna* informando que “recebemos o ‘Mercantil’ de Petrópolis, província do Rio de Janeiro [...]. Recebemos, também, o ‘Echo Santamarensense’, de Santo Amaro e o ‘Opinão Liberal’ de Nazaré”<sup>47</sup> ou o *Jornal do Recife* de 2 de maio de 1871 noticiando os acontecimentos da Bahia e de outras províncias a partir das folhas enviadas para Pernambuco, especialmente o *Diário da Bahia*.

---

<sup>47</sup> *A Lanterna*, Bahia, 22 de julho de 1882, p. 3.

Maria Luiza Mesquita (2009, p. 15), citando Christophe Charle, mostra que a imprensa era o principal veículo de informação do século XIX, mas que ela também passava por desafios como se colocar como uma mediadora dos costumes, da influência política e social e da difusão de modas e saberes. Era a imprensa que fazia circular as notícias tanto sobre a elite quanto das camadas populares.

A coleta em periódicos de outras províncias do Norte permitiu o desenrolar da pesquisa, principalmente por causa da dificuldade de acesso aos arquivos e as más-condições em que os periódicos, especialmente os baianos, estão acondicionados.<sup>48</sup> Provavelmente, muitas das premissas balizadas neste trabalho poderão ser incompletas e/ou equivocadas diante da limitação das fontes. Entretanto, tentamos exercer outro tipo de análise, quando às lacunas das fontes forem preenchidas por periódicos, principalmente alagoanos, pernambucanos e paraibanos que tinham correspondentes em Salvador ou faziam a reprodução completa de matérias publicadas em folhas baianas.

Optamos pela análise de duas províncias afastadas do Rio de Janeiro para buscarmos de que maneira essas regiões se posicionavam sobre os acontecimentos na Corte e problematizavam acerca das questões políticas e do cotidiano envolvendo a sucessão monárquica e os destinos do Brasil. Desta forma, propomos analisar o discurso de imprensa de duas províncias objetivando a abordagem de novos questionamentos e ultrapassando as barreiras geográficas, permitindo descrever até em que momento ambos os discursos provinciais são semelhantes, diferem e se posicionam para a realidade política brasileira oitocentista.

No caso das elites baianas e sergipanas, traçar como dispunham dentro de seus espaços de influência ideológica – o jornal, e como atingiam diversos setores sociais (MUGGE, 2012, p. 309). Segundo Michel Foucault (2012, p. 9), o exercício do poder pode ser utilizado através da fala, e através da análise desses textos que faremos o exercício metodológico da pesquisa, nos propondo a visualizar dentro das práticas discursivas o imaginário sobre os destinos do Brasil no final do século XIX.

O discurso se confunde com o modo de pensar, a história e a sociedade. O principal veículo de divulgação das críticas políticas e sociais foi a imprensa, que para Jean-Jacques Becker (2010, p. 196), em um país em que a imprensa não sofre restrições, ela pode se

---

<sup>48</sup> Sobre precariedade dos arquivos públicos estaduais, pode ser lido um texto de Cristina Romanelli publicado na Revista de História da Biblioteca Nacional em 23/11/2012, em que destaca entre outras situações como a falta de acessibilidade, documentos estragados pela ação do tempo e falta de acondicionamento adequado, além da ausência de políticas públicas visando a digitalização e preservação dos arquivos.



caracterizar como uma porta-voz das aspirações públicas. O que não podemos negar, indubitavelmente, é a liberdade que imprensa brasileira gozava durante os cinquenta anos de reinado de D. Pedro II (CARVALHO, 2010, p. 86).

Em uma sociedade monárquica as bases de identificação política são construídas através da simbologia e precisavam ser levadas adiante como parte das estratégias de popularização do regime. Marc Bloch (2005, p. 43) afirma que a origem do poder real no Antigo Regime estaria no poder taumatúrgico, entretanto, para a monarquia brasileira, herdeira da tradição lusitana, tal característica mística e divina da monarquia não era nata, precisava ser construída e, no caso da Princesa Imperial, mostrava-se urgente fazê-la conhecida entre os círculos de poder e entre as camadas populares, garantindo a sua legitimidade na continuidade dinástica (SCHWARCZ, 2001, p. 17).

O poder real, segundo Peter Burke (2009, p. 13), estava associado a um espetáculo que necessitava ser construído e divulgado, mantendo a imagem pública do soberano, o que necessitava ser revisado, tendo como grande objetivo demonstrar a grandeza do chefe da nação. Mesmo que a monarquia brasileira nunca tivesse chegado a um grau de pompa que tivera a monarquia francesa – talvez em Portugal, o único caso parecido tivesse sido no reinado de D. João V – ela sempre fez questão de divulgar formalmente os seus representantes e garantir que desta forma estivesse garantido o senso de permanência da mesma.

Ainda assim, a presença dos herdeiros do trono ou, mesmo, a divulgação de suas imagens diante de províncias mais afastadas, buscava reforçar os laços e a legitimidade desse sistema diante das populações. Em um país de dimensões continentais e com sérios problemas de comunicação interna, a imprensa facilitou os mecanismos de proximidade entre os súditos e a Família Imperial. A reprodução em jornais dos debates que aconteciam no parlamento familiarizando essa troca de impressões entre a Corte e as províncias (ALENCASTRO, 2008, p. 34).

Outra maneira de a Princesa e da Família Imperial divulgarem suas imagens foi a utilização de pinturas e fotografias. Ana Maria Mauad (2008, p. 197) expôs que ninguém gastou mais com retratos do que a família de D. Pedro II. Segundo a autora, a Princesa Imperial teve aulas particulares de fotografia. Divulgar a imagem do soberano e da sua família era uma forma, segundo Peter Burke (2009, p. 163), fazer com que a população que morava distante e que jamais conseguiria deslocar-se à Corte reconhecessem os seus governantes e a sua presença mediante as representações.

Nesse caso, interessa-nos compreender os mecanismos de debates e percepção sobre a herdeira do trono imperial brasileiro no final da monarquia e as expectativas existentes sobre o

futuro do Brasil governado por uma mulher. E um dos melhores momentos apreendermos essas expectativas foi quando das visitas do casal principesco a outras províncias. A Princesa viajou por províncias como Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco, Bahia e Rio Grande do Sul (DAIBERT JR., 2007, p. 122).

O Conde d'Eu, além dessas, chegou a conhecer Alagoas, Sergipe, Ceará, Grão-Pará e Amazonas. A primeira visita do casal à Bahia aconteceu em 1865, logo após o casamento e quando estavam a caminho da Europa, o *Jornal do Recife* transcrevendo a matéria do *Diário da Bahia* noticiava o evento:

A fé de verdade, que foi o dia 14 de janeiro de 1865, um dos dias mais significativos para as festas de realza, e [ilegível] ao tanto nas galas do aparato exterior, como nos sentimentos que se aninham dentro de cada coração de brasileiro, a vista, bem que rápida, de SS.AA. à cidade de S. Salvador não teve que pedir por empréstimo uma só parcela de entusiasmo e condigna recepção a tudo quanto vimos aqui tripudiar-nos sempre com saudade lembrados dias, em que tivemos a ventura de ver entre nós SS.MM.II.

A princesa e o príncipe não puderam mostrar-se indiferentes às inequívocas demonstrações de afeto e adesão, que a momentos recebiam: notava-se nos seus semblantes uma irradiação de prazer, que bastava para traduzir as agradáveis impressões que sentiam. A população, por sua parte, quanto pode exprimiu os votos que faz pela prosperidade do gracioso par, penhor de estabilidade e florescimento no futuro das livres e benéficas instituições que nos foram outorgadas por uma sábia constituição.<sup>49</sup>

A imprensa dedicava-se a tentar traduzir as impressões causadas pelos príncipes nessas viagens. É interessante perceber que o redator já fazia alusão ao que o casal representava enquanto responsáveis pela continuidade da monarquia em território brasileiro. O casal d'Eu chegou a Salvador na noite de 13 de janeiro de 1865 e só desembarcou na capital da Bahia no dia seguinte, quando foi recebido pelo arcebispo e pelas autoridades, daí visitaram as igrejas do Bonfim, da Conceição da Praia e a de São Francisco, além de prédios públicos como a Associação Comercial da Bahia (LACOMBE, 1989, p. 93).

O jornal também observa a vontade dos príncipes de aproximar-se do povo soteropolitano quando D. Isabel e o Conde d'Eu preferiram “descer a pé, com um numeroso acompanhamento” do Palácio da Presidência até o Arsenal da Marinha para embarcar e seguir viagem rumo à Europa.

Quando retornaram do continente europeu em 1871, logo após a viagem fizeram assim que terminou a Guerra do Paraguai e antes da Primeira Regência, a Princesa passou novamente por Salvador, em 28 de abril de 1871. Segundo o *Jornal de Recife*:

---

<sup>49</sup> *Jornal do Recife*, 11 de fevereiro de 1865, p. 1.

[...] vieram a desembarcar no arsenal da marinha, onde se achava postada uma guarda de honra do 14º batalhão de infantaria de linha de música e a companhia de instrução de caçadores a cavalo; e onde também afluía muito povo desejoso de saudar em seu regresso a excelsa princesa e seu augusto consorte. [...] Daí seguiram todos para a igreja matriz da Conceição da Praia, onde SS.AA. ouviram missa [...] por alma da finada princesa, a sereníssima D. Leopoldina.<sup>50</sup>

Apesar de terem sido visitas breves e por estar indo à Europa, ou retornando para o Rio de Janeiro, as passagens da herdeira do trono por Salvador criavam expectativas, atraíam ao público atento em vislumbrar os representantes da monarquia na cidade. Além disso, as notas dos jornais nos fazem perceber a presença de uma elite ansiosa em estreitar os laços de poder. Eram ocasiões em que, como “no palácio viam-se mui distintas famílias da capital [...], muitas pessoas gradas e a oficialidade do exército”, ou até na disposição em que se sentavam nos banquetes oferecidos ao casal, em que “estavam no centro [da mesa] S.A. o Príncipe colocou o Sr. Presidente à direita e o Sr. Arcebispo à esquerda de S.A. a Sereníssima Princesa, e junto a si os Srs. Presidente da Câmara Municipal e o Chefe de Polícia”.<sup>51</sup>

Eram ocasiões em que as autoridades locais pareciam se curvar perante as autoridades imperiais rendendo homenagens à Princesa e legitimando o seu prestígio diante da população local que passava a conhecer a sua futura Imperatriz (DAIBERT JR., 2007, p. 123). As visitas do casal principesco eram utilizadas como momento de reunião dos grupos políticos que estavam à frente da administração provincial.

O *Correio da Feira* sentenciar que na recepção oferecida à Princesa Imperial no Palácio da Vitória, residência dos presidentes da Bahia – na época chefiada pelos liberais –, o conselheiro Manoel de Souza Dantas (líder dos liberais baianos e presidente da Província) não percebia que

[...] na recepção de Suas Altezas no palácio presidencial observam os maliciosos que, quando aí se acham adversários de S. Ex<sup>a</sup>., esquecendo em tal ocasião a divergência de princípios, brilham pela ausência os correligionários que não sabem sopitar os ressentimentos pessoais.<sup>52</sup>

Por trás do momento solene de visita da herdeira do trono, os embates da política local se desenrolavam e o que aparentava ser um breve espaço da presença da Princesa Imperial servia como palco das tensões de membros do partido que administrava a Bahia. A visita foi noticiada no alagoano *O Orbe*, que descreveu como o casal chegou a Salvador pela manhã do dia 8 de janeiro, dispensaram a recepção oficial, visitaram novamente a Basílica do Bonfim

<sup>50</sup> *Jornal do Recife*, 2 de maio de 1871, p. 1.

<sup>51</sup> *Jornal do Recife*, 11 de fevereiro de 1865, p. 2.

<sup>52</sup> *Correio da Feira*, 8 de janeiro de 1882, p. 2.

(exatamente um dia antes da Festa do Bonfim) e, depois, seguiram para um *lunch* na residência presidencial.<sup>53</sup>

Mesmo com as questões políticas que envolviam a presença do casal nas outras províncias, a Princesa se fazia conhecida em regiões mais distantes, visitava orfanatos, hospitais, asilos e escolas. As igrejas estavam sempre no roteiro e, em Salvador, a Basílica do Bonfim era ponto obrigatório, tendo a visitado novamente quando partiu para a Europa em sua última viagem antes da queda da monarquia e no retorno para assumir a Regência pela terceira vez, também ouviu o *Te Deum* na Igreja da Conceição da Praia.<sup>54</sup>

Nesta viagem a caminho do Rio de Janeiro, além da matriz soteropolitana, os príncipes partiram “em uma carruagem para Boa Viagem, onde percorreram o novo Asilo de Mendicidade”.<sup>55</sup> As visitas a esses espaços de caridade e de religiosidade indicavam a sua devoção a reis e rainhas medievais canonizados e que lhe servia de modelo – especialmente Santa Isabel da Hungria e Santa Isabel de Portugal –, dando todo um significado especial a essas práticas (DAIBERT JR., 2007, p. 123). O Asilo de Mendicidade que recebeu o nome de Santa Isabel, por exemplo, contou com a ajuda financeira da Princesa Imperial para ser concluído e, segundo Kátia Chaves Bernardo (2010, p. 174), D. Isabel expressou o desejo de que ele fosse inaugurado no dia de seu aniversário, 29 de julho.

Os aniversários de membros da Família Imperial constavam como eventos importantes do Brasil oitocentista. O *Almanach do Diário de Notícias* listava no Calendário Oficial das Festas do Império que os dias de aniversário do Imperador (02 de dezembro), da Imperatriz (14 de março), da Princesa Imperial (29 de julho) e do Príncipe do Grão-Pará (12 de outubro) eram dias de Grande Gala. Os natalícios de outros membros da Família Imperial eram considerados dias de Pequena Gala.<sup>56</sup>

Durante quase todo o século XIX, o Brasil esteve acostumado com a existência de uma realeza à frente da cena política, criando uma cosmologia de festividades (SCHWARCZ, 2010, p. 247). As datas de aniversários dos membros da Família Imperial eram sempre colocadas em notas nos jornais, mas normalmente em tom lacônico, normalmente apresentadas em caráter oficial, repetindo-se quase da mesma forma: destacando apresentações nos teatros, salvas de tiros de canhão e outras tantas manifestações públicas (JESUS, 2009, p. 45). Entretanto, uma

---

<sup>53</sup> *O Orbe*, 19 de janeiro de 1882, p. 2.

<sup>54</sup> *Jornal do Recife*, 20 de janeiro de 1887, p. 2.

<sup>55</sup> *Jornal do Recife*, 19 de junho de 1887, p. 2.

<sup>56</sup> *Almanach do Diário de Notícias da Bahia para o ano de 1881* – Bahia.

das notas sobre o aniversário da Princesa Imperial publicada no *Correio da Bahia* nos chamou a atenção:

Quanto à pólvora com que saldaram o aniversário natalício da herdeira do trono, parece-nos que foi desperdício, tendo-se em vista a época de economias e que tanta gente tem arrancado a última camisa. Demais tão longe de nós está Sua Alteza, e provavelmente tão entregue a outros prazeres ou cuidados que queimaram pólvora inutilmente, pois que não lhe sentiu quer o cheiro a senhora princesa.<sup>57</sup>

Estando na Europa desde o final da Segunda Regência, a Princesa Imperial tinha buscado refúgio depois das turbulências causadas pela Questão Religiosa e tratamento médico para o filho mais velho, D. Pedro de Alcântara, que tinha nascido com uma atrofia no braço direito. Acabaram retornando somente em 1881, após o nascimento do terceiro e último filho, D. Antônio, este parto aconteceu em Paris, para não se criassem tensões no Brasil com a presença do Dr. Depaul (LACOMBE, 1989, p. 210).

A ausência da herdeira do trono causava constrangimentos na cena política, entre os que criavam expectativas em torno da futura sucessão monárquica. Para o autor do texto no jornal, o cerimonial monárquico de saudar o aniversário da futura Imperatriz era um desperdício quando ela estava na Europa “entregue a outros prazeres ou cuidados”. Quando ela retornou ao Brasil, em 1881, D. Pedro II mostrou-se cada vez mais abatido e criaram-se as expectativas sobre o destino do Brasil, sob a liderança da Princesa, difundindo-se os modelos, expectativas e rejeições sobre uma monarquia encabeçada por uma mulher devota e seu marido francês (BARMAN, 2005, p. 220).

---

<sup>57</sup> *Correio da Bahia*, 25 de agosto de 1878, p. 3.

## 2. CAPÍTULO II – CAROLA E MELÔMANA: GÊNERO E RELIGIOSIDADE DA PRINCESA IMPERIAL NAS PÁGINAS DA IMPRENSA

*Qual será a sina do terceiro reinado, na hipótese constitucional e probabilíssima da ascensão da condessa d'Eu ao trono imperial? Qual a característica do futuro governo, ou antes, da administração à começar, segundo a frase constitucional?*<sup>58</sup>

Confirmado o agravamento da enfermidade do imperador D. Pedro II e a necessidade de que a princesa fosse, novamente, investida no cargo de Regente do Império marcavam o debate político sobre o futuro do país. A ascensão de D. Isabel à condição de chefe da monarquia brasileira gerou inquietações em inúmeros segmentos políticos e sociais em diversas partes do Brasil.

Tida como uma mulher excessivamente religiosa em um momento em que as influências tanto das ideias científicas quanto da Igreja Católica buscavam legitimidade e apoio, bem como as inúmeras questões políticas e sociais – como a extinção da escravidão e o federalismo – dominavam o cenário nacional e faziam com que a coroação de D. Isabel I aumentasse o tônus da discussão em finais do século XIX.

Assim, os embates que eram provocados em virtude do gênero da herdeira do trono – e as implicações que isso causavam em uma época que se acreditava que a esposa deveria ser submissa ao marido – assim como a sua devoção ao catolicismo romano não deixavam de ser alvo das inquietações dos periódicos da Corte e das províncias. Dando continuidade à discussão, pretendemos perceber como as publicações baianas e sergipanas [des]construíam o Terceiro Reinado.

Em torno das perspectivas acerca da futura soberana do Brasil permeavam o debate acerca do perfil da mulher que deveria comandar os destinos do país. Em um país marcado pela concepção patriarcal de poder, que inseria a mulher exclusivamente no espaço privado do lar, compreender D. Isabel em um espaço privilegiado de comando suscitava a construção de uma espécie de legitimidade para além da dinástica, a aceitação entre as camadas de elite, de uma mulher no exercício da soberania do Estado.

---

<sup>58</sup> *A Reforma*, Sergipe, 1 de julho de 1887.

No século XIX, somente nove mulheres chegaram ao posto de Chefe de Estado, sejam como soberanas ou como regentes;<sup>59</sup> e neste seleto grupo encontra-se a Princesa Imperial do Brasil que por três ocasiões assumiu a Regência do Império enquanto seu pai viajava. No momento em que jurou solenemente diante do corpo político do Império, os brasileiros tomaram conhecimento de que uma mulher poderia vir a gerir os negócios de Estado e ser a representante máxima da nação.

Mais do que um procedimento burocrático, era preciso espalhar a notícia pelo Império e preparar o terreno para que a idéia problemática de uma Imperatriz como representante máxima da nação se tornasse natural e aceitável entre os súditos do extenso território. E o primeiro passo a ser dado era comunicar aos representantes provinciais, preparando-os para esta nova realidade. [...] Uma aceitação que, apesar de problemática fornecia a legitimidade básica do sistema (DAIBERT JR., 2004: 43).

Observamos anteriormente que, ao longo de sua vida, o Imperador manteve D. Isabel afastada das funções que lhe seriam atribuídas se chegasse ao posto de Imperatriz do Brasil. Roderick Barman afirma que D. Pedro II gostava de conversar com a filha, mas que jamais partilhou com a Princesa os interesses sobre os assuntos relativos à administração do país. Seria uma autoafirmação do Imperador que não imaginava a entrega do poder a uma mulher, mesmo que essa fosse a sua sucessora no trono (BARMAN, 2005).

Durante a Questão dos Bispos, e o franco posicionamento da Princesa em favor dos prelados católicos pareceu acender uma desconfiança do monarca em torno do perfil da filha. José Murilo de Carvalho (2007, p. 204) comenta que, quando se falava da sucessão monárquica, o político baiano Saraiva, teria dito que o reino de D. Isabel “não era deste mundo”, ao exprimir a opinião de que para muitos, a herdeira do trono estava mais preocupada com a religião ou encarava o mundo somente a partir de uma perspectiva religiosa.

A Condessa d’Eu era vista como beata e reacionária e seu excesso de dedicação ao catolicismo era visto como preocupação entre as classes políticas. A perda do primeiro filho aproximou ainda mais a Princesa da religião e, naquele momento, a Questão Religiosa abalava a estabilidade da monarquia brasileira.

O presente capítulo pretende discutir sobre esse momento em que as expectativas e as possibilidades de participação da Princesa Imperial nos meandros de poder em meados do século XIX. Constitucionalmente consideradas cidadãs passivas, as mulheres estavam

---

<sup>59</sup> Roderick Barman (2005) listou nove mulheres que durante o século XIX assumiram, de fato, o comando de seus países, sejam como soberanas (D. Maria II de Portugal; D. Isabel II de Espanha, Vitória I do Reino Unido; Lilioukailani I do Havai; e Guilhermina I dos Países Baixos), ou como Regentes (D. Maria Cristina das Duas Sicílias, Rainha de Espanha; D. Maria Cristina da Áustria, Rainha de Espanha; Emma de Waldeck-Pyrmont, Rainha dos Países Baixos; e D. Isabel, Princesa Imperial do Brasil).

excluídas do processo imediato do jogo de representatividade, pois não possuíam direito ao voto.

O Brasil oitocentista passou por uma série de transformações com novos espaços de sociabilidade. A figura da mulher burguesa é pautada por modelos da construção de papéis civilizados e uma valorização dos espaços de intimidade e maternidade (SOARES, 2012). Retomando a ideia formulada no capítulo anterior, a partir da concepção de Joan Scott (1995) ao perceber que o gênero como forma de compreender as complexidades das relações humanas, e que ele é uma forma de criar significados dentro do jogo de poder. Nesse campo de articulação de uma perspectiva histórica, a categoria de gênero não nos serve apenas para discutir a trajetória de personagens femininas que tenham galgado uma alta posição social, mas observar as tramas políticas e o embate entre espaços masculinos e femininos de acordo com o espaço temporal em que estavam inseridos.

No caso específico de D. Isabel, abre-se espaço para a análise da participação desta mulher dentro de um universo estritamente masculino e que em torno dela circulavam ideias e expectativas que eram a chave de manutenção de um regime. Dessa forma, como diz Rachel Soihet (1997), que o estudo das mulheres recomenda a ampliação dos campos de investigação histórica e as esferas de participação feminina nos campos de poder, não apenas como meras submissas.

Andréa Lisly Gonçalves (2006) chama a atenção que os Estudos de Gênero não são apenas uma busca pela documentação de mulheres “protagonistas”, mas compreender dentro das lacunas e omissões da produção historiográfica, visando discutir o papel desempenhado pela mulher em determinados contextos.

Em um momento de avanço das ideias republicanas, as concepções políticas mudavam de uma estrutura de poder baseada na tradição e na religião para uma fundamentação racional e cientificista. O republicanismo que passou a configurar enquanto agremiação política profundamente influenciado pelo pensamento francês, rejeitava qualquer possibilidade de participação feminina nas questões políticas. À mulher cabia essencialmente o espaço da família e da Igreja. O republicanismo francês associava as mulheres à monarquia e desconfiava de suas aproximações com a religião. Entretanto, a desconfiança da presença de D. Isabel nos meandros de poder era perceptível antes mesmo de sua primeira atuação como Regente do Império.

A perspectiva de participação da Princesa Imperial no Conselho de Estado – órgão chamado por alguns de “cérebro da monarquia” e a posterior assunção à regência provocava debates. Em 1867, José de Alencar, renomado escritor, jornalista e político membro do Partido



Conservador era veementemente contra um projeto de lei apresentado pelo seu partido que garantia à D. Isabel e ao conde d'Eu o assento como membros extranumerários do Conselho, e publicou pela Livraria Popular um texto intitulado “*Uma These Constitucional: A Princeza Imperial e o Príncipe Consorte no Conselho de Estado*”. Segundo o próprio José de Alencar, foi uma série de artigos já publicados em jornais anteriormente e justifica o trabalho afirmando que o fez na condição de cidadão que tem o dever de se manifestar sobre o seu país.

O texto se propunha a discutir se a Princesa Imperial, mesmo na condição de herdeira imediata do Imperador, teria o direito de assumir uma vaga no Conselho de Estado; e, a segunda, se o Príncipe Consorte partilhava do mesmo direito da esposa. Para além das questões constitucionais que faziam com que o romancista rejeitasse a participação do casal principesco, observamos a construção feita do exercício de poder por uma mulher dentro da ordem monárquica.

Para Alencar, ainda que a Princesa se tornasse a soberana do Brasil, a entidade majestática possuía restrições e implicações sobre o exercício dessas funções:

A lei política, ninguém o ignora, assenta sobre outra lei mais vasta, que não se acha compilada em código, mas profundamente entranhada no povo. É a lei social, a norma, inflexível dos costumes, a qual rege o mundo civilizado, e recebe a poderosa sanção de uma opinião mais que pública, pois é universal. Em ponto algum, de certo, essa lei universal revela tanta severidade como na distinção social dos sexos. **Assim, a natureza física, a moral, que é a natureza filosófica, assinou ao homem e à mulher missões muito distintas, e, portanto, funções muito diversas** (ALENCAR, 1867:7-8. Grifo nosso).

Já percebemos que, para o autor, existe uma lei superior à própria lei civil do país, que estabelece os papéis para homens e mulheres, e que eles estão previamente estabelecidos. O exercício de poder estaria atrelado exclusivamente ao sexo masculino, embora, para Alencar, existiriam situações em que para “o bem dos povos” necessitavam-se alguns ajustes como o que aconteciam na monarquia brasileira em permitir que mulheres pudessem ascender ao trono. Mas ainda assim, teriam limitações e não seria permitida uma “inversão social dos sexos”, cabendo a Imperatriz Soberana apenas as prerrogativas que constituem a magistratura suprema da Nação. Dessa forma, Alencar é enfático (p. 8):

Monarca, embora, uma rainha ou imperatriz é perante a sociedade uma senhora, a primeira das senhoras; e como tal, obrigada àquele decoro que lhe inibe a prática de certos atos majestáticos, só próprios da virilidade<sup>60</sup>. [...] A rainha é soberana de seu marido na vida política; mas na vida social, no lar doméstico, o súdito assume o caráter de que o revestiram as leis divinas e sociais, torna-se chefe da família. Ainda um

---

<sup>60</sup> No caso seria comandar, em pessoa, tropas militares.

argumento, para mostrar que a mulher, pelo fato de subir ao trono não fica isenta daquele recato que é a condição de sua natureza física e moral.

O jogo de assimetrias e hierarquias é complexo. A Imperatriz era superior ao marido na vida política, já que inegavelmente o princípio monárquico da soberania não poderia ser negado. No entanto, essa hierarquia não poderia ser estendida para todas as esferas ditas políticas e ainda não poderia gerar uma inversão dos papéis considerados naturais no plano conjugal e doméstico.

Andréa Gonçalves (2006) afirma que os padrões construídos sobre oposições hierarquizadas entre homens e mulheres reforçavam uma tendência antiga representando as mulheres tendo por base sua condição de existência valendo-se de modelos construídos pelo imaginário masculino. A partir de uma concepção social, José de Alencar rejeita a possibilidade de a Princesa Imperial participar de assuntos inerentes ao jogo de poder, mais que isso, era tido como um perigo que poderia quebrar valores de uma sociedade marcada pela definição clara do papel de ambos os sexos.

Temos aí o primeiro embate: o gênero dominante no jogo político. De fato, todas as referências na Constituição e nas leis posteriores eram sempre de “Imperador” e “Príncipe Imperial”. Como diz Roderick Barman (2005), a política não era um espaço feminino, a mulher acabava sendo um elemento estranho a ela. No Senado, quando a proposta foi debatida, alguns senadores se referiram dizendo que a mulher não poderia assumir tais funções em virtude da “debilidade de seu sexo” e que nem de longe poderia ser comparada à virilidade masculina. Outros afirmavam como Silveira Mota que “o sexo feminino pela nossa legislação e pela legislação de todo o mundo civilizado é excluído dos cargos públicos. Se a lei sálica fosse adotada entre nós, evidentemente toda a vez que se falasse de príncipe imperial se entenderia o varão” (RODRIGUES, 1975, p. 111).

José de Alencar chamou a proposta de inserção da Princesa Imperial no corpo do Conselho como uma imoralidade política. Segundo ele, a mulher não é responsável por seus atos, não pode ser chefe de sua família. Dessa forma, seria um problema inserir uma mulher dentro de um espaço em que conselheiros são responsáveis por suas posições e no Senado onde os príncipes da Casa Imperial poderiam responder por seus discursos. Percebe-se nesses debates o grau de exclusão das mulheres, mesmo se tratando em nosso caso da futura Imperatriz do Brasil e dos assuntos de Estado. Como dizia Emília Viotti da Costa (2010), que a mulher brasileira do período monárquico ficou em constante estado de minoridade.

Uma senhora não pode ser **conselheiro de estado**, da mesma forma que não pode ser **senador**. Se a rainha da Inglaterra, à cuja coroa está ligado o título de generalíssimo do exército e da armada, não comanda efetivamente, também não deve a nossa augusta princesa imperial revestir-se de um cargo impróprio de seu sexo e contrário de sua índole (ALENCAR, 1876:9 – Grifo nosso).

O mais interessante desse excerto é perceber que, para Alencar, as atribuições de senador e conselheiro eram exclusivamente masculinas e, dessa forma, ele não escreve “conselheira” ou “senadora”, apenas no gênero masculino. A investidura de uma mulher como Imperatriz era visto pelo autor como uma “anomalia” necessária para evitar uma possível extinção da dinastia ou as pretensões de parentes afastados, mas isso não significava que as mulheres deveriam renunciar ao que chama de “privilégios de seu sexo”.

Nessa situação, o autor chega a utilizar de próprios exemplos da Constituição de 1824 para reforçar atribuições masculinas e femininas no âmbito social. Ele argumentava que se a Princesa Imperial deveria se preparar para o governo bastava que ela assistisse as reuniões ao lado de seu pai, o Imperador. Justificava essa exclusão se utilizando de modelos de “países civilizados” como a Inglaterra, dizendo que lá nunca se exigiu da Rainha Vitória “se mostrasse profundo político, e que somente tivesse bom senso e prudência na escolha do seu gabinete” (ALENCAR, 1867, p. 10).

Ana Carolina Soares (2012) comenta que, durante o século XIX, as transformações existentes na sociedade brasileira foram impregnadas da necessidade de construir modelos de “civilização”. Elas foram construídas a partir de modelos franceses e ingleses. A França, sendo uma república, não trazia a possibilidade de tecer esse tipo de comparação para o exercício de governo.

Robert Daibert Jr. (2004) mostra que o modelo da rainha Vitória do Reino Unido foi utilizado como comparação para D. Isabel até o final da monarquia e alguns republicanos a acusavam de não ser neutra – como a soberana britânica era nos assuntos políticos – no desenrolar da política abolicionista, algo que o próprio Conselho de Estado teria respondido na época que a rainha Vitória era criticada na Inglaterra por sua neutralidade e afastamento das questões de poder. A questão é que para José de Alencar, na década de 1860, uma mulher jamais poderia participar ativamente das questões políticas

Uma senhora, por mais preparada que esteja para o governo do estado, não pode ser um auxiliar útil da administração. Não convém mesmo que ela sobrecarregue e fatigue seu espírito com pequenos assuntos de expediente, que podem inspirar-lhe o tédio da ciência de governo. [...] é da mais alta conveniência que não se distraia dessa instrução científica e teórica, para dedicar-se a um manejo precoce dos negócios administrativos (ALENCAR, 1867:10).

Para o autor havia uma formação doméstica e educacional muito mais importante a ser ministrada, e que não deveria desviar o foco da atenção da futura Imperatriz para algo que ele via como “complexo para a natureza feminina”. Ana Maria Mauad (2009) discute que, no período, havia uma clara distinção entre a educação masculina e a educação feminina. No caso da Família Imperial, essa era ainda reforçada, e que os padrões de masculinidade deveriam ser realçados desde a infância nos príncipes, e para José de Alencar, citando um documento da época de D. João V, se os príncipes forem educados por mulheres se mostrarão efeminados.

A educação feminina era pautada basicamente na formação doméstica, mas, no caso específico das princesas D. Isabel e D. Leopoldina, havia um interesse em particular do Imperador D. Pedro II. Carlos Filgueiras (2004), inclusive comenta que o próprio monarca instruiu que a educação das filhas deveria ter uma combinação entre uma própria de seu sexo mais às ditas masculinas já poderiam vir a governar o Brasil<sup>61</sup>. Apesar disso, como diz Roderick Barman (2005), o conhecimento adquirido por D. Isabel não teria sido posto em prática tão cedo, visto que o D. Pedro II jamais aceitou a intervenção e/ou participação da filha nos assuntos de Estado.

Era uma espécie de restrição da chamada “lei social” que impedia a participação das princesas nas questões políticas e em hipótese alguma seriam emancipadas politicamente. Mesmo quando se tornassem casadas, elas estavam submetidas à lei comum. E, ainda assim, se alguma princesa (irmã, sobrinha ou tia de um Imperador) pudesse a ser a próxima na linha de sucessão, ela não deveria participar dos assuntos de Estado. Ainda que existam príncipes mais afastados da linha de sucessão, esses possuem plenos direitos políticos, mas as princesas não. Poderíamos ver essa sentença como uma incoerência por parte do legislador, mas para José de Alencar:

Desaparece, porém, a incoerência diante dos costumes da sociedade, em face da lei absoluta que descrimina os sexos na política, assim como na jurisprudência. É nesta craveira que se devem ajustar necessariamente as disposições constitucionais para bem compreendê-las. (ALENCAR, 1867, p. 13).

---

<sup>61</sup> Em 1829 o famoso romancista português Almeida Garrett publicou o livro “*Da Educação*” que reunia uma série de cartas destinadas à instrução dos portugueses e, especialmente, à rainha D. Maria II. Para Almeida Garrett, a educação destinada à jovem soberana deveria levar em conta a “natureza” de seu sexo: mãe, esposa e filha. Essa mesma educação deveria observar que a formação intelectual de uma rainha era a de um homem (varão) e não a de uma mulher e que, portanto, a formação de uma monarca deveria atenuar as distinções tidas como naturais entre homens e mulheres pois a posição política de uma pessoa do sexo feminino que liderasse uma monarquia exigia uma postura distinta das mulheres de outras camadas sociais. Para o autor, a rainha é mais soberana do que esposa, mãe e filha, e que se dentro do palácio ela deveria se mostrar como mãe devotada e esposa obediente, em vista do público deveria se mostrar forte capaz de impor liderança diante dos súditos. ALMEIDA GARRETT, Visconde de. *Da Educação*: Cartas dirigidas a uma senhora illustre, encarregada da instituição de uma jovem princeza. 3. ed. Porto: Ernesto Chardon Editor, 1883. pp. 239-247.

Na concepção alencariana, existia um costume superior que limitava a participação feminina, uma “lei universal” superior à própria Constituição que definia os espaços masculinos e femininos. Essa lei universal ou moral “repugna a perturbação dos costumes tradicionais do país, e a inversão social dos sexos” (ALENCAR, 1867, p. 15). Mas o próprio José de Alencar se questiona se a Princesa é incapaz de participar do Conselho, por que a Imperatriz pode presidi-lo? Ele segue respondendo que a Imperatriz não é uma pessoa, mas uma entidade inviolável e sagrada, conforme o artigo 92 da Constituição. Estaria ela isenta de toda a responsabilidade, já que não seria uma “criatura humana”, mas uma entidade nacional. Em outras palavras, “no trono a mulher está resguardada pela inviolabilidade” (ALENCAR, 1867, p. 15).

Maria de Lourdes Lyra (2006) comenta que durante todo o século XIX a participação feminina nas questões políticas era vista com estranheza, e tanto que no momento do debate sobre a participação da herdeira do trono no Conselho, quanto posteriormente, quando assumiu a Regência em 1871, ficou evidente a contrariedade da administração em mãos femininas. Assim, incluir a Princesa Imperial seja no Conselho de Estado, seja na Câmara dos Senadores era incluir uma participação cidadã da qual, outras mulheres estavam excluídas.

A lei política se refere privativamente ao homem, em quem só reconhece a qualidade de cidadão. Mas o bem público exige alguma exceção à regra geral; então faz-se mister que o legislador a declare positivamente, outorgando à mulher classe de direitos de que os costumes sociais de acordo com a natureza a privaram (ALENCAR, 1867, p. 17).

O renomado romancista chegou a ironizar a situação dizendo que a extensão e quebra da “ordem moral” faria com que a Princesa D. Leopoldina<sup>62</sup> fosse levada ao posto de senadora quando completasse vinte e cinco anos. Para ele, isso era considerado um absurdo, já que assim transformava a Princesa Imperial em cidadã ativa, apta para ser votada e para votar, violando a lei social que teria excluído as mulheres da atividade de direito político. Era preciso barrar o que ele via como desestruturação da sociedade:

[...] com as tradições e costumes de nossa sociedade. A princesa imperial assistiria ao lado de seu augusto pai às sessões do conselho de estado; e se obtinham os mesmos efeitos sem uma inversão das normas geralmente recebidas (ALENCAR, 1867, p. 40).

---

<sup>62</sup> Nenhuma das irmãs de D. Pedro II – D. Januária e D. Francisca – se tornaram membros do Conselho e residiram fora do Brasil após seus casamentos. A Princesa D. Leopoldina acabou falecendo em 1870, aos 24 anos, um ano de qualquer possibilidade de um projeto de lei ou dispositivo que a incluísse como membro do Senado ou do Conselho de Estado. Considerando a tradição política imperial, era praticamente improvável que ela se tornasse visto o exemplo das outras Princesas. O caso de D. Isabel era especial por ser a herdeira imediata do Imperador do Brasil.

O que era visto como um capricho do legislador não poderia alterar uma ordem social visualizada por Alencar como a natural e imutável. A desconfiança acerca das tentativas de transposição dessa barreira social se torna consistente nos últimos anos da monarquia, acentuando-se no processo que culminaria com a extinção do trabalho escravo no Brasil. Embora o republicanismo jamais tivesse conseguido uma popularidade entre determinadas camadas urbanas e rurais, já que era uma proposta vazia de questões sociais ou mesmo da abolição, serviu para criar um ambiente de desestabilização da estrutura monárquica já instável (BASBAUM, 1986).

Ainda que a imagem da herdeira do trono fosse divulgada desde o seu nascimento, a figura de D. Isabel passou a ser conhecida quando assumiu as Regências e seus posicionamentos políticos passaram a ser alvo de destaque entre as camadas políticas. A abolição que acabou culminando a união entre os proprietários rurais e os membros do Partido Republicano, formando uma verdadeira contrapropaganda à ideia de um Terceiro Reinado governado por uma mulher carola.

Os homens que comandavam os diversos núcleos republicanos eram em parte, homens cultos sem fortuna e sem conexões familiares, e que segundo Roderick Barman (2005, p. 256), se inspiravam na Terceira República Francesa, que na ocasião, enfrentava um forte conflito entre o monarquismo e a Igreja Católica. Clemenceau, por exemplo, dizia que se fosse concedido o sufrágio feminino, a França voltaria à Idade Média. É nesse contexto que se apresentava as bases de um governo de Isabel I.

## **2.1 Ser mulher e governante do trono do Cruzeiro do Sul**

Entre 1º a 8 de agosto de 1889, o *São Francisco*, periódico que era editado na cidade de Propriá, antiga Urubu de Cima, e que ficava às margens do rio São Francisco, traçou um painel intitulado “Os monarcas têm feito mal ao país”, em que abordam desde 1500 com a chegada dos portugueses ao Brasil, até os herdeiros de D. Pedro II. A folha, que era publicada semanalmente às quintas-feiras, era editada por Manoel Alves Machado, que além da referida tipografia, era diretor do Colégio São Francisco, na mesma cidade. Se dizia precursor do republicanismo naquela cidade com Davino Numizio de Aquino. Os artigos sobre a monarquia brasileira foram divididos em duas edições.

Iniciemos esse tópico com as considerações que o autor faz sobre a figura de D. Isabel:

Todos concordam que esta senhora não tem jeito para governar. Já o fato de ser mulher lhe dificulta muito os negócios. Não tem instrução nenhuma, gosta muito de festas e é muito beata. Não é religiosa, porque a pessoa religiosa é sisuda, e a princesa festava até quando o pai estava muito mal: é somente carola. Ninguém a quer para Imperatriz, a não ser um outro interesseiro, e isso mesmo por pouco tempo. Não há quem não veja que essa senhora é uma senhora assim não pode dirigir um país como este, muito grande e atrapalhado com dificuldades de toda espécie. Se D. Isabel fosse Imperatriz, quem havia de governar seria o seu marido. Mas isso seria uma desgraça.<sup>63</sup>

Logo de início a justificativa para a rejeição da figura da Imperatriz está longe da comparação entre o regime republicano e o monárquico, mas sim, na questão do gênero da então herdeira do trono do Brasil. O mal-estar provocado pela presença da Princesa – e na data da publicação do artigo, ela já tinha ocupado a Regência por três vezes – era escancarado nas publicações de então.

A concepção, e profundamente divulgado em periódicos simpáticos ao republicanismo, era de que uma mulher seria incapaz de administrar o país. Durante o período em que esteve à frente da Regência, a Princesa não demonstrou uma atitude na prática de governar que diferisse do Imperador e que, tais atitudes de D. Isabel com o trato público não demonstravam falta de conhecimento ou de inteligência, ou mesmo a inexistência de astúcia, no final da monarquia ainda aparentava para segmentos receosos, uma inabilidade para o trato político (BARMAN, 2005).

O *A Reforma* se propôs a refletir esse reinado:

Os que encaram com interesse os negócios públicos e se preocupam patrioticamente dos destinos do país devem levantar dentro da consciência a sombria e grave questão da direção que imprimirá ao Estado o cetro da futura Imperatriz do Brasil. Qual será a sina do terceiro reinado, na hipótese constitucional e probabilíssima da ascensão da condessa d'Eu ao trono imperial? Qual a característica do futuro governo, ou antes, da administração à começar, segundo a frase constitucional?<sup>64</sup>

A ideia do Terceiro Reinado se lançava sombrio no periódico liberal. A expectativa, para o autor, era sombrio e preocupante para o país. Por mais que o autor seguisse afirmando que para “alguns espíritos otimistas afigura auspicioso o advento de uma mulher ao supremo cargo de chefe de Estado”, era inegável que a Princesa Imperial não poderia ter o mesmo perfil de outras mulheres governantes para encabeçar a administração do país. O texto continua dizendo que os otimistas estavam “atacados de um daltonismo moral que faz ver-se tudo cor de rosa, a fase que nos antolha do reinado da Princesa D. Isabel”. A Rainha Vitória da Inglaterra se tornava o paralelo de modelo de atuação política.

<sup>63</sup> *O São Francisco*, Sergipe, 8 de agosto de 1889.

<sup>64</sup> *A Reforma*, 1 de julho de 1888. p. 2.

Para o artigo de *A Reforma*, a soberana inglesa teve a sorte de possuir líderes políticos ao seu lado, coisa que D. Isabel não teria, e, além disso, tinha chegado à casa dos quarenta anos sem demonstrar suas habilidades intelectuais que pudessem fazer acreditar em um reinado bem-sucedido. O desconhecimento – ou a rejeição – ao perfil político e levaria o Brasil, segundo *O Pharol* a ser governado “por uma senhora, respeitável, com certeza, por muitos títulos pessoais, mas incapaz, por suas ideias acanhadas e retrógradas”.<sup>65</sup> E, tanto para *O Pharol* quanto para o *A Reforma*, faltava à futura Imperatriz, um homem capaz de auxiliá-la na tarefa.

A pretensa inferioridade feminina em finais do século XIX permeava diversos círculos políticos nacionais. Silva Jardim, reconhecido divulgador republicano, se usava do gênero para desmerecer a figura de D. Isabel. Chamava-a de festeira, tocando principalmente no papel que as mulheres deveriam exercer na sociedade. Em um dos discursos, proferido na cidade paulista de Santos, em fevereiro de 1888, Silva Jardim faz um traçado sobre a dinastia brasileira e quando começa a tratar da Princesa Isabel, que, antes de qualquer coisa, o primeiro problema dela é o gênero. Assim:

É-lhe o primeiro e original obstáculo o seu sexo. Meus senhores, no conjunto de sua sábia legislação, a Nação francesa tinha incluído a lei sálica, que impedia à mulher de subir aos degraus do trono. Bem avisada andou; pois a natureza, e depois a sociedade, por uma larga experiência sempre justificada, demarcaram a cada sexo as suas funções na economia humana: - próprias as de conselho e amor à Mulher, as de comando e feitos ao varão. Desde que a Mulher sai fora de seu papel – se há dito – deslustra o seu sexo, e consegue apenas tornar-se um mau homem... Brilhantes exceções apontamos a História; mas quem não vê que entre essas não pôde alinhar-se a nossa infantil princesa? (JARDIM, 1978, pp. 58-59).

Jardim segue dizendo que D. Isabel jamais poderia ser comparada à heroica Joana d’Arc ou mesmo à Catarina da Rússia, que começou o reinado com mãos de ferro e mandando matar o esposo. O republicanismo de Jardim afasta qualquer possibilidade de aceitar uma mulher como dirigente máxima do Brasil e a França monárquica dos Capetos – dinastia originária dos Orleans –, acabava por fornecer o ideal civilizado e sábio de afastar as mulheres dos negócios públicos, sem correr o risco de torná-las masculinizadas ou desvirtuar do papel a que deveria ser preparadas.

Uma concepção bem semelhante a que percebemos no trabalho de José de Alencar – um monarquista e conservador – que acreditava na existência de um costume superior que limitava a participação feminina, uma “lei universal” superior à própria Constituição que definia os espaços masculinos e femininos. Essa lei universal ou moral “repugna a perturbação dos costumes tradicionais do país, e a inversão social dos sexos” (ALENCAR, 1867, p. 15).

---

<sup>65</sup> *O Pharol*, Sergipe, 25 de abril de 1887. p. 1.



Embora o texto de Alencar tenha sido publicado em uma época bem anterior à qual estamos nos debruçando, percebemos que já era de muito tempo que a insatisfação que o destino dos negócios políticos do Brasil estivesse em mãos femininas. Em determinados momentos, o perfil feminino idealizado também ponderava que “apesar de [a Princesa] ser mulher, sujeita pela fragilidade de seu sexo às evoluções de sentimentos alheios à governança sem a necessária experiência de mundo” poderia compreender as movimentações políticas que a rodeavam. E mais, a “futura Imperatriz, dotada de qualidades nobres como é, e muito principalmente, amante do país que a viu nascer” seria capaz de empreender uma administração enquanto Regente, por profundo zelo patriótico e obediência ao modo de governar do Imperador.<sup>66</sup> Nesse jogo de representações:

O jornal O Mequetrefe publicou, em julho de 1887, uma charge em que D. Isabel agia como estadista ao mesmo tempo em que cuidava dos assuntos domésticos, dando a entender que a regente não percebia – ou não queria perceber – a trama política ao seu redor. A intenção era pôr em dúvida sua capacidade de governança. E mais: sutilmente, o jornal questionava a presença de mulheres em assuntos de âmbito público, postura bastante comum na época (MATOS, 2012, p. 26).

A presença da Princesa era alvo de apreensão para alguns segmentos, ainda mais quando se vislumbrava a figura do futuro Imperador Consorte. A união da Princesa suscitava debates sobre a sua “natureza”, quando se o direito da chefia da família cabia a ela – Princesa Imperial ou Imperatriz Soberana – ou ao consorte. José de Alencar afirmava que mesmo sendo um casamento dinástico, ele obedecia estritamente à legislação do costume, baseado na religião católica romana. Entendia o autor que a união é perfeita do ponto de vista religioso, mas no civil apenas produz efeitos essenciais.

Neste caso, os filhos da Princesa Imperial seriam Príncipes do Brasil e teriam os tratamentos conferidos pela Constituição de 1824, não receberiam o nome de família do pai nem os seus títulos conforme seria o costume.<sup>67</sup> Por isso, Alencar afirma que a união de herdeiras do trono no Brasil, Portugal e Espanha é um casamento católico e morganático,<sup>68</sup> já

<sup>66</sup> *A Reforma*, 23 de outubro de 1887. p. 1.

<sup>67</sup> Pela tradição, são Príncipes os nascidos como legítimos (de união oficialmente reconhecida) e em linha varonil. Em outra situação, os filhos de D. Isabel seriam somente Príncipes de Orleans e Altezas Reais. Entretanto, para casar-se com a herdeira do trono, o Conde d’Eu precisou renunciar aos seus direitos ao trono francês, mas os seus filhos ainda adotaram o sobrenome Orleans em conjunção ao Bragança da mãe, dando origem aos “Orleans e Bragança”.

<sup>68</sup> O casamento morganático ou desigual era comum em dinastias de origem germânica. Acontecia quando a noiva não era da mesma classe do noivo (desigualdade de nascimento) e, dessa forma, os filhos dessa união não recebiam os títulos e nomes do pai. Um caso famoso foi do herdeiro do trono austro-húngaro, o arquiduque Francisco Fernando, casado com uma condessa de nascimento. Depois do casamento a esposa foi feita duquesa de Hohenberg, e seus filhos eram príncipes e princesas de Hohenberg com o tratamento de Altezas Sereníssimas, sem qualquer direito de sucessão ao trono. Nos países de tradição ibérica não havia esse costume.

que os filhos não entram para a família paterna, e nem herdavam títulos e privilégios dela. Pertencem à família da mãe. Mas, embora haja esse aspecto, o direito de chefe da família competia ao pai.

Alencar buscou legitimar essa situação relembrando o texto da *Ata das lendárias Cortes de Lamego*, reunidas por D. Afonso I de Portugal.<sup>69</sup> Através dela ficava previsto que o marido da rainha teria uma condição inferior nos momentos públicos e solenes, mas em casa era o senhor de pleno direito. Ele seguia dizendo que a própria Constituição não privou o marido da Imperatriz do direito de “chefe de sua família”. As únicas restrições ao poder masculino estariam na administração do dote das princesas e por serem excluídos dos meandros do poder.

Mas na própria constituição brasileira está a prova mais formal de que o pátrio poder reside no marido, no chefe natural da família. Pelo art. 130, durante a menoridade do sucessor da coroa será seu tutor que o *pai* tiver nomeado em testamento. Não podia ser mais terminante o reconhecimento da grande lei civil, a cujo império da lei não escapam os próprios soberanos. (ALENCAR, 1867, p. 29, Grifo do autor).

Como afirma Mary del Priore (2013), o pai possuía uma imagem fortíssima que dominava toda a vida privada. Cabia a ele distribuir a comida, os castigos e a transmissão de valores patrimoniais e culturais. Nesse período, atentar contra autoridade paterna seria atentar contra a moral e os bons costumes. José de Alencar preconiza perfeitamente conforme a visão de seu tempo sedimentando a visão que a própria Constituição explicita que é o pai é quem nomeia o tutor de sua prole menor ou a Imperatriz-Mãe enquanto ela não se casar novamente.

Assim, uma mulher casada, mesmo soberana, estava tutelada ao marido. E, que sendo uma monarquia não há poder para derrubar o que chama de “lei imutável da sociedade, consagrada pela religião e pelo costume” (ALENCAR, 1867, p. 29). O reforço dessa ideia de submissão estaria expressa na própria Constituição ao dizer que o casamento da Princesa Imperial necessita de autorização do Imperador ou, na ausência dele, da Assembleia Geral.<sup>70</sup> Já o Príncipe Imperial, sendo homem, não teria essa necessidade, já que ele poderia se casar com alguém de sua livre escolha.<sup>71</sup>

<sup>69</sup> Mesmo de origem duvidosa, o texto das Atas das Cortes de Lamego serviu de base para a legislação da sucessão monárquica em Portugal e no Brasil. O conteúdo completo dela pode ser acessado em: [http://www.arqnet.pt/portal/portugal/documentos/actas\\_cortes\\_lamego.html](http://www.arqnet.pt/portal/portugal/documentos/actas_cortes_lamego.html)

<sup>70</sup> Art. 120. O Casamento da Princesa Herdeira presuntiva da Coroa será feito a aprazimento do Imperador; não existindo Imperador ao tempo, em que se tratar deste Consórcio, não poderá ele efetuar, sem aprovação da Assembleia Geral. Seu Marido não terá parte no Governo, e somente se chamará Imperador, depois que tiver da Imperatriz filho, ou filha.

<sup>71</sup> Em tese os Príncipes na tradição ibérica poderiam casar-se com quem desejassem, mas seus casamentos sempre foram vistos como negócios de Estado. O próprio Imperador D. Pedro I foi obrigado a se casar com a Arquiduquesa Leopoldina da Áustria, e D. Pedro II foi desencorajado a repudiar a Princesa D. Teresa Cristina das Duas Sicílias.

A família não poderia ser desvirtuada de seu papel civilizacional, nem mesmo quando essa família é a que reina sobre o país que deveria ser o modelo para as outras famílias comuns. Como afirma Maria Ângela D’Incao (2009), o modelo comum entre famílias ricas era utilizado para a manutenção de um *status* e que cabia à mulher a manutenção da felicidade conjugal.

Dessa forma, para indivíduos como José de Alencar (1867, p. 32), a legislação brasileira não deveria inovar e criar um novo modelo familiar que colocaria uma mulher como chefe dessa família, e duvidava que a prole nascida dela fosse capaz de cumprir os papéis desejados para ambos os sexos, já que “ao mancebo, futuro imperador, saído de semelhante sistema conjugal, havia de faltar a iniciativa, a resolução e energia, próprias do caráter viril. Estas qualidades haviam de caber mais às princesas modeladas pelo exemplo materno.” Seria incompreensível a existência de uma soberania monárquica feminina e uma espécie de família matriarcal ou seria a destruição de uma ordem social existente.

Se a escolha do Conde d’Eu para ser esposo da herdeira do trono pareceu ser a mais acertada já que ele trazia a marca de ser neto do monarca francês que acabou com o absolutismo na França, essa sensação foi se dissipando ao longo dos anos e a figura simpática foi completamente abandonada, sendo que em muitos lhe era completamente hostil. O próprio Imperador não queria ver a participação do genro nos assuntos de Estado. De acordo com Roderick Barman (2005), o monarca em sua condição varonil reconhecia no Conde d’Eu a figura natural de conselheiro privado da filha, mas acreditava que sendo ela a futura soberana, não deveria deixar transparecer a participação do marido em assuntos políticos. Era a demonstração da desconfiança de um Terceiro Reinado influenciado pelas intromissões de um estrangeiro (VIEIRA, 1989). Para *O Republicano*:

Por mais que seja a autonomia da Princesa Regente no exercício de suas funções soberanas, *ela não pode deixar de ouvir SOBRE OS NEGÓCIOS DO ESTADO* e sobre as crises políticas, o seu companheiro de toda a vida, o seu mais íntimo confidente, o homem a quem ela associou os seus dias, a quem confiou toda a sua ventura como mulher e todo o seu destino como herdeira do trono imperial.<sup>72</sup>

Os republicanos sergipanos enfatizaram no texto que, em hipótese alguma, no que se trata dos negócios de Estado, D. Isabel deixaria de discutir e ser aconselhada pelo Conde d’Eu. Quando o Clube Republicano Paulista foi fundado em 1870, a Princesa Imperial e o seu consorte eram os alvos prediletos das críticas e o casal era um bode expiatório perfeito, sendo usado constantemente para responsabilizar pelos problemas pelos quais o Brasil passava. Nesse aspecto, as injúrias destinadas ao príncipe eram cada vez mais ferozes: a surdez passou a ficar

---

<sup>72</sup> *O Republicano*, Sergipe, 11 de novembro de 1888.

mais acentuada à medida que a idade avançava, e o sotaque sempre fazia lembrar a todos que era um estrangeiro e, por isso, era sempre tratado como “o francês” (RANGEL, 1934).

Retomando o texto do *São Francisco*, o Conde d’Eu:

[...] é um francês enxotado da França, porque a família a que ele pertence fez muito mal àquele país. Não é uma família real, é família de usurpadores, príncipes que andam a tomar o lugar de outros príncipes ou dos cidadãos. Era um tenente quando arranhou esse casamento com a filha do Imperador e ganhou importância. É um homem feio, surdo, muito atrapalhado, veste-se mal, fala errado, muito grosseiro, muito carola e muito aristocrata. Às vezes quer se fazer de democrata, mas ofende logo as pessoas com quem conversa. É muito sovina; é público que aluga cortiços a gente pobre e mete-se por detrás da cortina em um grande número de negócios que o tem enriquecido. Depois do dinheiro, a coisa que o Conde d’Eu mais gosta, é da guerra, não para combater, porque não se deixa ferir, mas para subir de posto e ganhar fama de valente. Se ele governar, teremos guerra logo: no conselho do imperador, ele votou para que a questão das terras das Missões se decidisse por uma guerra. Os soldados não o apreciam porque é muito cruel. Felizmente, no Brasil não há que goste desse homem, que, sem mais nem menos, quer ser o nosso Imperador.<sup>73</sup>

A depreciação do Conde d’Eu já começa pelas suas origens: sendo um Orleans, neto do próprio Luís Felipe e que tanto chamou a atenção de D. Pedro II, é visto como usurpadores, já que o avô do Príncipe se tornou Rei dos Franceses após a derrubada de Carlos X; e o avô de Luís Filipe, o Felipe Igualdade, foi um dos que votou pela execução de Luís XVI. Por mais que o republicanismo brasileiro fosse influenciado pelas ideias francesas, o autor usa os embates entre legitimista *versus* orleanista<sup>74</sup> para desmerecer, como se fosse um príncipe de uma dinastia sedenta por coroas. Essa dinastia:

[...] nunca produziu desses espíritos [capazes de guiar a Imperatriz na tarefa de governar], e o que a história refere, como conceito geralmente admitido, é que são insígnies exploradores, ávidos de cobiças e de mando todos os membros dessa [ilegível] família. A beatice e a avareza, tais serão, dentro em breve, os dois pólos em torno dos quais deve girar o império.<sup>75</sup>

A carreira na Guerra do Paraguai tinha gerado em torno do Príncipe, uma diversidade de sentimentos, ora simpáticos, ora hostis.<sup>76</sup> O Conde d’Eu iniciou a trajetória como militar

<sup>73</sup> *O São Francisco*, 8 de agosto de 1888.

<sup>74</sup> A questão dinástica francesa permaneceu enquanto monarquistas defensores dos Bourbons derrubados em 1830 consideravam os Orleans enquanto usurpadores. Após a morte de Carlos X seguiram-lhe como pretendentes ao trono francês, seu filho (Luís, duque de Angoulême) e depois pelo neto (Henrique, conde de Chambord). Com a morte de Chambord sem herdeiros em 1883, a maior parte dos legitimistas franceses passaram a apoiar a figura de Felipe, conde de Paris, neto de Luís Felipe e primo do conde d’Eu.

<sup>75</sup> *O Pharol*, 25 de abril de 1887.

<sup>76</sup> Em nossa historiografia ficou famosa a tese sustentada por Júlio José Chiavenato de que após a Batalha de Acosta-Nú, o conde d’Eu teria mandado atear fogo no capim seco, onde se encontravam soldados paraguaios feridos. Para o historiador Francisco Doradioto (2010, p. 418) a ideia de Chiavenato não se sustenta, já que foram os próprios paraguaios que atearam fogo no capim, e antes do término do conflito o Príncipe ameaçou por diversas vezes abandonar o banho de sangue, entretanto, o desenrolar da guerra servia como pano de fundo para o conflito de poder entre liberais e conservadores.

quando foi servir no exército espanhol ao completar dezesseis anos, graças à influência do tio, o duque de Montpensier, cunhado da Rainha D. Isabel II da Espanha. Destacou-se no serviço militar daquele país durante a Guerra do Marrocos, desligando-se quando foi lhe apresentado a ideia de se casar com uma das filhas do Imperador do Brasil (RANGEL, 1934).

Além da fama de belicoso, surgiam os boatos de que explorava cortiços no Rio de Janeiro, algo que seus biógrafos afirmam que não passavam de mentiras disseminadas para desmerecer a figura do futuro Imperador Consorte (CARVALHO, 2007). A figura do Conde d’Eu acabava por ser desencorajadora, e que para o *A Reforma*, o “conde d’Eu é, antes de tudo, um industrial do que um homem de Estado”.<sup>77</sup>

É interessante que decididamente, para alguns, a monarquia brasileira não apresentava perspectivas favoráveis. Em seu editorial, *O Pharol* enfatizava que:

Seria possível que em vista do estado lastimoso e desesperador a que chegamos durante o longo período do Segundo Reinado, que diante dos precedentes conhecidos da Sr<sup>a</sup>. D. Isabel, beata e hipócrita de profissão – o Brasil consinta ainda na fundação de um novo Império, que como os dois primeiros, talvez, pior, virá aumentar a sua desgraça e consumir o resto de sua vitalidade quase extinta?<sup>78</sup>

Era uma espécie de tensão do perfil da futura Imperatriz constantemente chamada de beata e, por vezes, ignorante já que “não cultivava gênero algum de literatura, nem mostra predileção por ciência alguma. A sua educação foi confiada a homens piedosos e não os sábios”.<sup>79</sup> O que parece um profundo desconhecimento ao modelo de educação, como vimos, elaborado por D. Pedro II que empenhou-se em dar uma educação de qualidade para as Princesas, educação essa que seria diferente de boa parte das meninas da elite imperial da época.

O Imperador escreveria que a instrução dada às Princesas deveria convir às senhoras que assumiriam os destinos do país, e que “a instrução não deve diferir da que se dá aos homens, combinada com a do outro sexo, mas de modo que não sofra a primeira” (BARMAN, 2005, p. 58). Houve, inclusive, certa dificuldade para encontrar quem pudesse dar uma educação para as meninas. O monarca tentou trazer a Imperatriz D. Amélia, mas esta sentia-se muito velha para empenhar tais atividades (CALADO, 1997). Depois foi em D. Maria Luísa de Portugal e Barros, a condessa do Barral<sup>80</sup>, através de indicação da Princesa de Joinville, a quem coube tal tarefa.

<sup>77</sup> *A Reforma*, 1 de julho de 1888.

<sup>78</sup> *O Pharol*, 6 de junho de 1887.

<sup>79</sup> *A Reforma*, 1 de julho de 1888.

<sup>80</sup> Oriunda da aristocracia baiana, Maria Luísa de Portugal e Barros era filha de proprietários de engenhos do recôncavo baiano. Foi educada na França e lá se casou com o visconde Eugene de Barral, com quem teve seu único filho: Horace-Dominique. Serviu durante alguns anos como dama de companhia da princesa D. Francisca. De

O regime de estudos das princesas era de uma severidade impressionante. Elas tinham aulas 6 dias por semana, das 7 h da manhã às 21h30m, com pouquíssimos intervalos para recreação. [...] O currículo compreendia cerca de duas dezenas de matérias, entre as quais português e sua literatura, francês, inglês, italiano, alemão, latim (cujo professor era às vezes, o próprio imperador), grego, álgebra, geometria, química, física, botânica, várias disciplinas de história, divididas por país e por época, cosmografia, desenho e pintura, piano, filosofia, geografia, economia política, retórica, zoologia, mineralogia, geologia, etc. Boa parte das aulas era dada em francês, assim como esta era a língua em que eram redigidos os horários das aulas e os boletins escolares (FILGUEIRAS, 2004, p. 351).

Percebe-se que houve a necessidade de incluir dentro da educação das duas meninas uma instrução que as preparasse para ser Chefe de Estado, uma educação que poderia ser considerada masculina. D. Francisca, irmã do imperador, elogiou a educação dada a D. Isabel em virtude da possibilidade de a princesa vir a se tornar Imperatriz do Brasil (MAUAD, 2009). Entretanto, a educação das duas poderia ter alcançado um sucesso maior, se D. Isabel tivesse sido inserida dentro do universo político para que tivesse experiência dentro das tarefas que iria assumir e relacionar com o aprendido em sala de aula. D. Pedro II ao contrário de fazê-lo, manteve as filhas reclusas e distantes de toda e qualquer discussão política de então (BARMAN, 2005).

O perfil de D. Isabel enquanto futura soberana era uma espécie de incógnita sobre a qual pululavam expectativas e reações. O modo de vida da Princesa suscitava desconfianças já que os “seus habituais entretenimentos são as danças, o piano, o canto, a missa, o mês mariano, as quermesses, coisas a desenvolver mais as faculdades estéticas do que as intelectuais”.<sup>81</sup> Essa pretensa ausência de uma intelectualidade por parte da Princesa Imperial fazia com que para a imprensa não fosse comparável à Vitória do Reino Unido ou a Cristina da Suécia, esta última tida como protetora de filósofos e defensora do livre pensamento.

Pedro Calmon (1941) afirmava que a Princesa Imperial jamais quis se aparentar com a rainha britânica. Robert Daibert Jr. (2004, pp. 95-96) explica que enquanto a rainha da Inglaterra encarnava o modelo protestante e era vista como o protótipo de mulher burguesa do século XIX, D. Isabel apresentava-se como católica fervorosa e aristocrática.

Eram dois pontos negativos na figura da herdeira do trono: o gênero e a religiosidade. Ao menos no discurso de *O São Francisco* o debate sobre a presumível ineficiência da

---

acordo com Samuel Barros de Medeiros Albuquerque (2013), as instruções sobre o modelo de educação das duas princesas foram instituídas pelo próprio Imperador D. Pedro II. A chegada da condessa de Barral fez com que D. Isabel e D. Leopoldina fossem instituídas no mundo da moda francesa, nas regras de etiqueta e nos modelos de sociabilidade que eram destinados às mulheres daquela época.

<sup>81</sup> *A Reforma*, 1 de julho de 1888.

monarquia ou porque o regime republicano pudesse encaminhar o país nos trilhos da modernidade. Era basicamente uma questão de o novo Chefe de Estado ser homem ou mulher. A religiosidade é outro aspecto que D. Isabel precisava ser desmerecida, já que para o autor ela não passava de uma carola, não era basicamente uma mulher religiosa. Para o autor a diferença consistia em que uma pessoa religiosa é uma pessoa sisuda<sup>82</sup> e, no caso, seria que a Princesa “festava” enquanto D. Pedro II convalescia.

Silva Jardim quando chegou a propor a execução do Conde d’Eu, tentando dar um aspecto revolucionário e glorioso para a implantação da república brasileira, apresentava a Regente que além de festeira, era carola, melômana, incompetente e tutelada pelo marido francês. A mesma propaganda procurava tecer críticas à estrutura da Monarquia ao mesmo tempo em que buscava desacreditar a ideia da ascensão de D. Isabel ao trono. No discurso do republicanismo pairavam as questões sobre o federalismo, a descentralização política, a separação da Igreja e o Estado. O poder pessoal do Imperador e a federação eram questões mais urgentes (COSTA, 2010, p. 186).

Esses problemas estavam além das possibilidades da Princesa Imperial enquanto herdeira do trono. Para os republicanos, não havia possibilidade de reformas dentro do regime monárquico, daí a situação insustentável com a possibilidade de um Terceiro Reinado, era preciso abortá-lo antes que se concretizasse. Mais ainda, a Princesa não teria “a astúcia do pai, e já por diversas vezes tem manifestado que é inimiga da liberdade do povo. A sua aliança com a igreja seria o verdadeiro perigo para o Brasil se ela viesse a suceder seu pai no trono”.<sup>83</sup>

Vejamos a posição de Silva Jardim:

Mas o impõe, sobretudo, e altamente, o futuro da Pátria em perigo real; porque Pedro II está perdido para o governo do estado, e, Isabel I é o escapulário, Gastão I é o chanfalho<sup>84</sup>; correspondem ambos à dupla retrogradação clerical e militarizada, enquanto que a ciência e o trabalho são o ideal para o homem moderno. Todos percebemos que esse terceiro reinado será para a nossa terra a triste época em que, ao lado da desordem administrativa, da orgia financeira e da política corruptora, característicos do governo do imperador moribundo, teremos a opressão material do militarismo [...]; e a opressão moral do beatério papista, e a opressão do clero, encarnados na futura imperatriz; tirania à fortuna, tirania ao trabalho, e tirania ao pensamento (JARDIM, 1976, pp. 326-327)

Para esses segmentos, a estratégia da contrapropaganda era alertar contra o reinado dessa mulher beata, tutelada por um marido francês. Podemos discordar de Roderick Barman

---

<sup>82</sup> Segundo o Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, uma pessoa sisuda seria aquela que age com moderação, prudência.

<sup>83</sup> *O Pharol*, 2 de outubro de 1886.

<sup>84</sup> Espada velha e enferrujada.

(2005) quando ele afirma que a Princesa teve uma existência subordinada, explorada e limitada, que o seu gênero tivesse impedido o desenvolvimento de um senso crítico para os negócios públicos. Ser mulher não a impediu de construir uma visão política, mesmo que tenha sido por convicções religiosas. Como afirma Maria Luiza Mesquita (2008), que a princesa circulou nos mundos feminino e masculino, público e privado como exigiam sua posição social e suas atribuições de herdeira do trono. Enfrentou as contradições que seu papel exigia – seja entre os valores católicos e a permanência de normas culturais ou com os ideais de progresso e da modernidade.

O fervor religioso da Princesa, alvo de inúmeras críticas durante os anos finais da monarquia abre um precedente importante dentro da história política, já que para Aline Coutrot, as forças religiosas devem ser pensadas como parte de uma explicação política em diversos segmentos. Portanto, ao nos debruçarmos sobre a diversidade de discursos acerca do perfil da então futura soberana do Brasil avançamos a perceber de que maneira a religiosidade católica implicava na aceitação de um reinado de D. Isabel.

## **2.2 A imprensa e o perfil religioso de D. Isabel**

D. Isabel fazia questão de mostrar-se como católica e para Robert Daibert Jr. (2004), essa ligação de D. Isabel com os setores religiosos poderia ser um bom veículo de propaganda e sustentação do Terceiro Reinado. Para ele, a religiosidade da Princesa não significava despreparo ou alienação, só não condizia com a expansão do anticlericalismo do século XIX.

Ela era uma mulher devota, consciente de seu papel enquanto futura Imperatriz Constitucional e Defensora Perpétua do Brasil. Quando se aproximou do abolicionismo, o fez porque unia fatores religiosos e políticos. Primeiro, porque a Igreja através de sua Doutrina Social passa condenar a escravidão, apesar de que a posição da Igreja nunca tenha sido clara em torno da questão da abolição, tendo manifestado uma posição emancipacionista nas cartas pastorais de 1887, profundamente influenciada pela postura do papa Leão XIII (BEOZZO, 2008, p. 279).

Segundo Hermes Vieira (1989), quando a Princesa ainda era adolescente, questionou às suas aias de que forma os escravos africanos chegavam ao Brasil; quando soube disse que um homem que praticava tal ato não deveria ser um verdadeiro cristão. Depois, seria uma forma de construir uma imagem de uma soberana em consonância com a aspiração nacional. Restava à Princesa, após a abolição, construir o caminho para o reinado efetivo.



Nesse percurso que a deveria levar aos degraus do trono, a Princesa Imperial o fez tendo a religião como visão de mundo, se apresentava como mulher católica romana. Um modelo que tendia a consolidar a demonstração da piedade religiosa, rejeitando qualquer modelo que pudesse diferir do ideal de mulher virtuosa e cristã (GIORGIO, 1994, p. 224). D. Isabel jamais seria aquilo que poderíamos considerar uma defensora dos ideais feministas, pelo contrário, censurou o pai quando este visitou a escritora George Sand, pseudônimo da francesa Aurore Dupin, em 1872. A Princesa considerava aquela mulher fora dos padrões católicos, uma imoral, apesar de reconhecer-lhe o talento literário (DAIBERT JR., 2004). Portanto, a exarcebação de um fervor religioso por parte da herdeira do trono acabava por incomodar determinados setores políticos profundamente contrários a essa manutenção da aproximação com a Igreja Católica nos assuntos de Estado.

Seu excesso de dedicação ao catolicismo era visto como preocupação entre as classes políticas. A perda do primeiro filho tinha aproximado ainda mais a Princesa da religião. Naquele momento a Questão Religiosa abalava a estabilidade da monarquia brasileira e grupos como a maçonaria jamais deixaria de associar a figura da Princesa na intercessão pelos bispos. Em seu periódico, *A Fraternidade*, os maçons baianos comentavam a passagem de D. Antônio Macedo Costa pela Bahia “os católicos da Bahia receberam com manifestações esses mártires da fé, o Atanásio<sup>85</sup> brasileiro. Refere-nos pessoa que presenciou que parte das senhoras baianas ajoelhara-se ao avistar D. Antônio. O que não farão essas piedosas senhoras quando ‘D. Isabel for rainha?’”.<sup>86</sup>

D. Antônio tinha sido preso na fortaleza da ilha das Cobras em abril de 1874, mas depois acabou sendo beneficiado com o abrandamento da pena (TEIXEIRA, 2010, p. 255). No final do século XIX, o anticlericalismo militante ou passivo era tido como fenômenos masculinos. Dessa forma, a fé era um elemento político para os homens e uma questão de mentalidade para as mulheres, já que o catolicismo em si feminilizava nas práticas de piedade e de devoção (GIORGIO, 1994, p. 202).

---

<sup>85</sup> O autor do texto comparou o bispo brasileiro a Santo Atanásio (Antão, em outras traduções) de Alexandria (c. 296-373), patriarca de Alexandria e doutor da Igreja. Figura controversa que teve a sua trajetória pautada no combate da heresia do arianismo – doutrina que pregava que o Filho não compartilhava da mesma divindade do Pai e, por isso, era menor e não existia desde a eternidade – e do paganismo. Exilado inúmeras vezes da cidade de Alexandria por causa dos conflitos teológicos e políticos, Santo Atanásio é representando por diversas denominações da cristandade pisoteando pagãos e hereges derrotados. Cf. ÉVORA, Manuel do Rosário Oliveira. *Santo Antão, modelo do cristão perfeito na Vita Antonii de Santo Atanásio*. Dissertação (Mestrado em Teologia). Universidade Católica de Portugal, 2015.

<sup>86</sup> *A Fraternidade*, Bahia, 5 de outubro de 1875.

A aproximação com os bispos punidos durante a Questão Religiosa, os quais eram ligados ao ultramontanismo fazia gerar uma expectativa de explosão de um catolicismo fanatizado. Nas palavras de *O Pharol*:

A Princesa Imperial do Brasil não é religiosa de boa escola como sua virtuosa mãe, não é devota de tato como a ex-Imperatriz Eugénia [da França, esposa de Napoleão III], não é uma católica inteligente como a Imperatriz Isabel da Áustria; é uma cópia do fanatismo perigoso das velhas duquesas e marquesas do Faubourg-Saint-Germain. [...] No Palácio Isabel, numa noite de recepção, querendo obsequiar seus convivas cantando ao piano, pediu ao seu mestre para acompanhá-la, e ela a própria, a futura Imperatriz do Brasil, foi ao piano, tirou a capa, pediu fósforo a seu mestre, recebeu deste uma caixa da qual tirou o que precisava, riscou e acendeu velas no piano.<sup>87</sup>

O texto começa chamando a atenção ao diferenciar na época os modelos aceitáveis de fervor católico comparando-a a outras soberanas europeias, fazendo da Princesa uma seguidora de uma variante fanática. D. Isabel é comparada com a mãe, a Imperatriz D. Teresa Cristina, uma princesa oriunda de um dos ramos mais reacionários dos Bourbons. Para ilustrar o grau de fanatismo, o autor se usa de uma anedota em que a Princesa Imperial teria acendido velas antes de tocar o piano, gerando constrangimentos com diplomatas estrangeiros que compareciam a saraus na residência dos condes d'Eu.

Se realmente aconteceu, nenhum dos biógrafos que utilizamos mencionou. Wanderley Pinho (2004, p. 108) afirmava que o Paço – ou Palácio – Isabel, era completamente diferente do Palácio de São Cristóvão, ao promover festas recheadas de partidas e danças com muita música. Esse gosto pela melomania e a admiração pelos maestros teria gerado uma onda de cochichos na Corte que acabava por chegar a outros espaços no Brasil. E retomando esses aspectos negativos: o gênero – e todas as práticas consideradas femininas – e a religiosidade da herdeira do trono era um empecilho para alguns, mas essa ligação de D. Isabel com os setores religiosos poderia ser um bom veículo de propaganda e sustentação do Terceiro Reinado.

A religiosidade da Princesa não necessariamente significava despreparo ou alienação, só não condizia com a expansão do anticlericalismo do século XIX.

Percebe-se que sua religiosidade, mesmo guardando um sentido retrógrado, incomodava os padrões políticos vigentes no cenário oitocentista. Mas esta era, provavelmente, a chave de ação da Princesa como forma de contestar o rígido sistema em que vivia. Era como católica que ela gostava de ser retratada. Ao se apresentar assim, Isabel opunha-se politicamente ao modo de condução das transformações presentes em seu tempo e, com isso, agia de modo a afirmar seu pensamento. Ou seja, mesmo que de forma reacionária e ultraconservadora, sua compreensão acerca do funcionamento da sociedade vinha das propostas religiosas, por meio das quais se inseria naquele mundo. [...] A opção pela religião também era um posicionamento político (DAIBERT JR., 2004, p. 107).

---

<sup>87</sup> *O Pharol*, 6 de junho de 1887.

Nessa questão de ver o mundo a partir de uma perspectiva religiosa, para alguns, a ascensão da Imperatriz asseguraria a manutenção de uma estrutura que barraria o pensamento liberal. Para o *A Religião*, quando a doença do Imperador se agravava e o Terceiro Reinado se aproximava e o perfil de D. Isabel era animador, já que:

Todos nós sabemos quais são as ideias e os sentimentos da virtuosíssima Princesa Imperial. Católica por amor da Santa Religião que recebera de seus pais e mestres; católica por convicções profundas e inabaláveis, não consentirá que mãos sacrílegas tentem abalar os alicerces profundos e vigorosos da Igreja.<sup>88</sup>

A esperança em torno do reinado de D. Isabel era nutrida pela apreensão junto aos segmentos ultramontanos que o casamento civil pudesse ser aprovado pelo parlamento. O jornal acusava de os deputados se utilizarem da moléstia de D. Pedro II para efetuar uma reforma e era urgente a mudança na chefia de Estado para garantir a imutabilidade do ordenamento civil e a primazia do catolicismo romano. Os bispos ansiavam pelo patrocínio da Princesa às causas da Igreja, buscando amparo da mesma e acirrando os ânimos de segmentos liberais contra o clericalismo da herdeira do trono. Enquanto o clero mostrava-se solidário a um reinado do casal d'Eu, minavam as bases políticas de sustentação do Terceiro Reinado (AZZI, 1992, p. 99).

D. Isabel acabava por ser associada a elementos tidos como reacionários do catolicismo, especificamente que o movimento ultramontano inspirado nas ideias do papa Pio IX, e posteriormente, com Leão XIII, pretendia reviver em pleno século XIX, estruturas arcaicas de dominação e poder (TEIXEIRA, 2010, p. 245). Tais correntes políticas acabavam por se digladiar com o pensamento liberal que avançava, contestando os posicionamentos tidos como autoritários do clero. Para os liberais, os ultramontanos não passavam de um grupo obscurantista e fanático. Era um clero que manifestava franco apoio à herdeira do trono, mantendo com ela relações de fé e de cordialidade, tendo a condessa d'Eu visitado os bispos desobedientes na prisão (AZZI, 1992, p. 163).

Na Princesa, o pensamento ultramontano proporcionava uma espécie de paz interna, aproximando-a do que acreditava ser a fé que levava à vida eterna (PRIORE, 2013, p. 153). Assim, essa religiosidade de D. Isabel que garantia a simpatia dos bispos, fomentava um sério obstáculo entre setores ilustrados da sociedade brasileira (CARVALHO, 2007, p. 155). A dualidade de interpretações sobre a religiosidade de D. Isabel embaralhava a possibilidade de construção de apoios efetivos sobre a perspectiva de um Terceiro Reinado. Desde o período

---

<sup>88</sup> *A Religião*, Bahia, 12 de junho de 1887, p. 2.

final da Questão Religiosa e a ausência de um posicionamento enfático acerca de suas convicções levava a essa multiplicidade de interpretações.

Conquanto D. Isabel nunca se envolveu nos assuntos públicos, seu silêncio durante a controvérsia foi usado contra ela. O fato de não ter se pronunciado revelava suas simpatias. A mentalidade prevalecente, que considerava a falta de racionalidade, a incapacidade nos negócios públicos e a instabilidade emocional características inatas da mulher, fez da princesa um alvo fácil de satanizar. Ela se tornou a encarnação e a agente das forças da reação que obstruíam o caminho do Brasil rumo ao progresso (BARMAN, 2005, p. 186).

D. Isabel parecia não se importar, ainda assim, com o jogo político. O gosto e o zelo com as atividades da Igreja continuavam a provocar desconfianças. No *A Locomotiva*<sup>89</sup>, reproduzindo um texto do jornal abolicionista *Gazeta da Tarde* questiona ironicamente as prioridades da herdeira do trono:

Vinte e cinco contos, duzentos e quarenta e dois mil e oitenta e cinco réis! Foi esta a soma arrecadada na quermesse ou feira franca que em Petrópolis, sem impedimento de câmara alguma, organizou a excelsa herdeira do trono de D. Pedro II. É uma soma já bem regular esta, que trará não pequeno proveito às obras da nova matriz da imperial cidade a que é destinada. Sua Alteza empenhou toda a sua influência para que a tentativa em favor das tais obras fosse coroada com êxito lisonjeiro, não tendo, como se vê, perdido o precioso tempo que consagrou a essa tarefa.

Para o autor, com sarcasmo, a Princesa depositava seu tempo em organizar festividades para angariar fundos na construção da nova Igreja Matriz de Petrópolis. Tinha conseguido com a sua influência, uma quantia enorme em dinheiro para garantir a finalização das obras no templo. Entretanto, mais adiante o texto segue dizendo que diversas pessoas pediam esmola à Princesa e ela preferiu voltar sua atenção à festa da Igreja:

[...] voltando-se antes para a igreja e dando-lhe o carinho de sua proteção, a esmola de sua iniciativa. E o ruído das músicas que abafavam o clamor da miséria; os gemidos dos sofrendores; os gritos lancinantes com que davam o derradeiro adeus ao corpo do ente amado que levavam para o cemitério, ferido de chofre, em plena vida pelo dardo cruel da epidemia selvagem, ao troar das fanfarras alegres, a igreja vencia, arrecadava o dinheiro com que devia dourar o bordo dos seus altares!

D. Isabel acabava por ser acusada de insensibilidade e falta de compaixão, preocupada em ornamentar a igreja, e que nunca tinha sido iniciadora de nenhuma festa de caridade. A nomeação de um cardeal brasileiro seria, para a Princesa, uma preocupação muito mais

---

<sup>89</sup> *A Locomotiva*, Bahia, 5 de maio de 1889, p. 122.

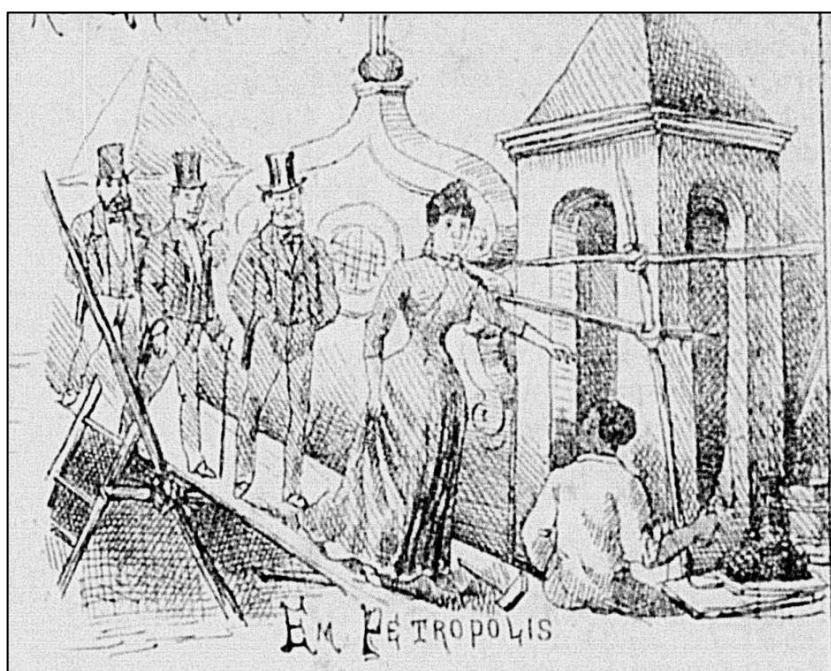
primordial. A falta de interesse da condessa d'Eu com as epidemias que assolavam o Rio de Janeiro tinha sido evidência em outra folha, em que:

Corre na Corte à boca pequena que [...] Suas Altezas iam [para a Europa] corridos dos terrores do cólera! Não é crível que a herdeira do trono assim se mostre tão descaridosa e egoísta a ponto de deixar ao abandono o povo que já a vê como soberana no futuro. [...] Agora, na hora da provança: quando se avizinham dias tristes e pavorosos para seu país – e justamente, quando não é dado aos bons príncipes desertarem de seu posto, para irem à distração no estrangeiro, abandonando seu povo aos tristes lances de mais precária ventura.<sup>90</sup>

A herdeira do trono novamente voltava a ser alvo de críticas por se afastar do país em tempos complexos como o período de epidemias que frequentemente assolavam os centros urbanos brasileiros do século XIX. A presumida falta de sensibilidade contrastava, para os críticos, com o perfil de uma mulher profundamente religiosa. Evocava o princípio de que os príncipes permaneciam ao lado de seu povo mesmo em tempos ruins.

O *A Locomotiva* continuou na mesma edição criticando o zelo da Princesa Imperial com a construção do novo templo religioso, fazendo uma charge da situação:

**Figura 1** – Charge representando a princesa D. Isabel caminhando sobre os andaimes da Igreja Matriz de Petrópolis.



Fonte: *A Locomotiva*, 5 de maio de 1889

<sup>90</sup> *O Gutemberg*, Alagoas, 23 de janeiro de 1887.

D. Isabel é retratada caminhando sobre os andaimes da nova matriz, visitando o canteiro de obras, acompanhada pelos membros do gabinete. Dedicava um excesso de zelo dela e do governo em torno da construção do novo templo. O redator do periódico afirmava que:

Ela que esteve por lá por Petrópolis tão ocupada entusiasticamente com a grande quermesse, para o resultado ser aplicado nas obras de uma Matriz, deixando tanta gente morrer sem recursos da epidemia de febre amarela e febres perniciosas! [...] está em Petrópolis aquela que quer ser herdeira do trono dirigindo as suas obras! É duro, mas é a orientação nua e crua! E dirão que o Brasil não terá um futuro no terceiro reinado?<sup>91</sup>

A ironia causada pela pretensa ausência de compromisso com a saúde pública por parte da futura Imperatriz lançava dúvidas acerca da capacidade de governo de D. Isabel. A beatitude que inquietava pelo excesso de zelo à religião e uma pretensa omissão às questões de Estado, também era utilizada como descrédito ao futuro do Terceiro Reinado. Em 1884, no período de debates que precederam o projeto de lei que libertaria os escravos maiores de 65 anos, os conservadores de Maragójipe acusavam o governo de moldar o reinado da Princesa:

Como bom pai de família, na face das verbas do orçamento do Império, Sua Majestade quer deixar à sua filha um país de mendigos para melhor firmar o poder da futura Imperatriz, e de seu genro o Sr. conde d'Eu, e desta forma prolongar a monarquia no continente americano.<sup>92</sup>

O projeto de Dantas e que, segundo os conservadores, tinha o apoio do próprio Imperador, garantia a liberdade aos escravos maiores de 60 anos. O texto tinha sido publicado quando os conservadores ficaram insatisfeitos com o projeto, que acabou levando o gabinete a ser derrubado e, logo após, foi promulgada a lei dos Sexagenários (ESTRADA, 2005, p. 50). Dentro da construção de membros de um partido liderado pelo barão de Cotegipe, a abolição transformaria o Brasil em um país de pedintes que a então figura de uma mulher devota teria sua base de sustentação.

De fato, a Princesa se relacionava a um modelo de catolicismo que estimulava as práticas de caridade. Para Mary del Priore (2013, p. 182), as mulheres da dinastia Orleans, eram uma espécie de bastião contra a secularização dos costumes, e que entre os seus princípios estavam a caridade que, por vezes, era ostentatória ao fazer parte de inúmeras Sociedades Beneficentes. Se esse modelo de costume aprendido na Europa lhe era evidente, gerava

<sup>91</sup> *A Locomotiva*, Bahia, 5 de maio de 1889, p. 125.

<sup>92</sup> *Echo Maragogipense* – Bahia – 17 de outubro de 1884.

inúmeras interpretações. As vítimas da epidemia acabavam sendo alvo da falta de caridade da herdeira do trono. Ou como ilustra *A Locomotiva*:

**Figura 2** – Charge representando emigrantes cearenses, fugindo da seca, morrendo de fome às portas da Igreja Matriz de Petrópolis.



Fonte: *A Locomotiva*, 5 de maio de 1889.

Os indigentes morrem na porta da nova Matriz construída com o auxílio da Princesa. A futura Imperatriz permanecia insensível à causa, sendo que foi a imprensa da Corte que tinha enviado à Campinhas a ajuda humanitária. Enquanto isso, D. Isabel ocupava-se com “frivolidades [...] para os ornamentos das matrizes que são de incontestável necessidade!”<sup>93</sup> Sintetizando bem o pensamento dos periódicos, a religiosidade da Princesa não era algo que proporcionasse uma elevação de espírito, era um catolicismo ausente de que qualquer princípio racional que a fizesse passível de sustentação.

O temor de um reinado marcado pelo “despotismo guerreiro do seu digno esposo, que traria-nos então o verdadeiro acabrunhamento”<sup>94</sup> e de uma Princesa tida por fanática lançava um rol de incertezas nos últimos anos da monarquia. Para o *A Reforma*, a sucessão dinástica

<sup>93</sup> *A Locomotiva*, Bahia, 5 de maio de 1889, p. 125.

<sup>94</sup> *O Pharol*, 2 de outubro de 1887.

mostrava-se “ameaçada pelo divórcio em que estão as classes conservadoras e a Princesa Imperial”.<sup>95</sup>

Ronaldo de Jesus (2009) afirma que durante o período monárquico, a imagem e a autoimagem da Família Imperial sofreram oscilações, variando nas aproximações entre as elites políticas e as camadas populares. A propaganda republicana que tomou fôlego a partir de 1889, principalmente com os escritos na imprensa nacional – e amplamente divulgados em periódicos regionais, de Silva Jardim e Rui Barbosa contra a Princesa (MELLO, 2007).

Nesse processo de descrédito do casal d’Eu, diversos setores que ainda resistiam à ideia de uma república e buscavam diversas possibilidades dentro dos Braganças disponíveis, entretanto, nem os filhos de D. Isabel ou os filhos de D. Leopoldina atendiam a esses anseios (VIANA, 2004). D. Pedro Augusto, filho de D. Leopoldina, irmã mais nova da Princesa Imperial era tido como um jovem, bonito e inteligente, que estava profundamente empenhado em desacreditar a imagem da tia, principalmente entre círculos sociais de monarquistas que não acreditavam na possibilidade de ter D. Isabel como Imperatriz. (PRIORE, 2006). Wilma Peres Costa (2018, p. 138) demonstra que um desses partidários era Alfredo Taunay que, apesar de ascendência francesa, antipatizava com a figura do Conde d’Eu de quem havia sido secretário durante a Guerra do Paraguai.

O texto d’*O São Francisco* encerrava a dissertação sobre o Conde d’Eu afirmando que “algumas pessoas, muito poucas, por interesse, por medo sem motivo da república, ou por um resto de amizade à monarquia, não querendo D. Isabel, nem o Conde d’Eu para governar o Brasil, têm pensado que a coroa deve ser dada ao príncipe D. Pedro”.<sup>96</sup> No início da moléstia do Imperador, cogitava-se na sua substituição em favor do neto.

A Terceira Regência, a abolição e a Rosa de Ouro não foram suficientes para garantir o reinado de D. Isabel, mas marcou profundamente o debate político brasileiro do final do século XIX.

---

<sup>95</sup> *A Reforma*, 1 de julho de 1888. p. 2.

<sup>96</sup> *O São Francisco*, 8 de agosto de 1888.



### 3. CAPÍTULO III – BATALHAS DE FLORES NÃO CONDUZEM AO TRONO

*É pressentimento que tem invadido todos os espíritos dirigentes da capital do Império que o augusto chefe do Estado brasileiro completou os dias de seu reinado e que uma nova ordem de coisas deve surgir com a elevação da princesa imperial ao Trono, cuja posse lhe foi garantida pelo art. 117 da nossa carta constitucional.*<sup>97</sup>

Na edição de 31 de julho de 1887, a primeira página do *A Situação*, periódico baiano publicado na cidade de Santo Amaro parecia prenunciar iminente falecimento do imperador D. Pedro II. Embarcando em companhia da imperatriz D. Teresa Cristina e do neto, o príncipe D. Pedro Augusto de Saxe-Coburgo-Gotha, o monarca partia em busca de tratamento médico no continente europeu. A despedida de pai e filha no porto do Rio de Janeiro ficou marcada como uma espécie de aceno final entre o soberano que convalescia e a futura imperatriz.

O imperador partiu para a Europa deixando a filha como regente do Império pela terceira e última vez. Para muitos essa regência parecia o prenúncio de um novo reinado e que, provavelmente, D. Pedro II retornaria ao Brasil para ser sepultado dado a gravidade de sua enfermidade. Ainda que a saúde do soberano requeresse cuidado, no Brasil questões como a abolição e as reformas na estrutura do Estado demandavam energia e uma solução imediata.

O presente capítulo se lança na análise da terceira regência, no envolvimento da princesa imperial com os eventos que culminaram na assinatura da chamada Lei Áurea e a desconstrução do regime monárquico que culminou no golpe de 15 de novembro de 1889.

#### 3.1. A Princesa Imperial e o abolicionismo

A partir de 1884, o abolicionismo entrou em sua fase mais incisiva principalmente pelo fato de a Lei do Ventre Livre ter sido tímida do ponto de vista da extinção do cativo. O movimento abolicionista estava articulado em diversos núcleos urbanos espalhados no país e alguns setores do movimento viam na figura de D. Isabel e do Conde d'Eu aliados naturais para a causa (BARMAN, 2005). De fato, o único membro da Família Imperial que havia decididamente se mostrado como abolicionista tinha sido o Conde d'Eu, desde que assinou o

---

<sup>97</sup> *A Reforma*, Sergipe, 17 de julho de 1887.

decreto pondo fim a escravidão no Paraguai (ESTRADA, 2005). Nesse primeiro momento, para outros como o barão de Cotegipe, a herdeira do trono não deveria envolver-se com essa questão (BARMAN, 2005).

Ainda em 1884, as Províncias do Amazonas e do Ceará já haviam libertado os seus cativos<sup>98</sup>. Em junho do mesmo ano, assumiu o gabinete Dantas, com a proposta de libertar os escravos sexagenários (ESTRADA, 2005). Segundo Andrade (1988), o senador Dantas<sup>99</sup> já havia sugerido a proposta de libertação de todos os escravos até 31 de dezembro de 1889, dando tempo para que os proprietários organizassem suas lavouras até a extinção completa do elemento servil. De acordo com Afonso Celso (1998), a proposta buscava ampliar o fundo de emancipação<sup>100</sup> que havia fracassado após a Lei do Ventre Livre.

A ideia trouxe dissabores entre a bancada escravocrata, e Dantas não conseguiu apoio entre os membros de seu partido, os liberais. De acordo com Ângela Alonso (2015, p. 250), o projeto do gabinete sofria posição dupla dentro e fora do parlamento ao produzir incertezas que afetavam diretamente os fazendeiros, comissários e atravessadores que movimentavam capital através do comércio e hipoteca de cativos. No debate da lei na Câmara dos Deputados, o então deputado Rui Barbosa precisou defender a proposta de comunista pelo fato de prever a fixação de um salário mínimo ao liberto.

O ministério foi posto em moção de desconfiança sob a argumentação de que não tinham sido votadas as leis orçamentárias para o ano seguinte. Diante da instabilidade e da queda do gabinete, que foi derrotado nas eleições de dezembro de 1884, o Imperador convocou Saraiva<sup>101</sup>, um conservador, para organizar o novo ministério. Apresentava uma contraproposta à de Dantas, ao conceder liberdade aos maiores de 65 anos.

---

<sup>98</sup> O “pioneirismo” das províncias do Amazonas e do Ceará em relação à extinção da escravidão nessas regiões pode ser entendida por uma série de fatores tais como a ação de movimentos abolicionistas locais, a ação de camadas populares – como jangadeiros cearenses e catraieiros amazonenses – e o próprio papel da mão-de-obra escravizada no contexto provincial. O fundo privilegiava famílias de escravizados e que tivessem quantias que pudesse complementar o valor de suas manumissões. Dentre os problemas associados ao fundo estavam a adoção tardia da medida – a partir de 1876 –, a incapacidade de atingir uma quantidade maior de sujeitos escravizados e a própria questão de fraudes envolvendo a destinação dos recursos (SILVA, 2007).

<sup>99</sup> Manuel Pinto de Souza Dantas. Famoso líder do Partido Liberal na Bahia e responsável por organizar um gabinete em 1884 para tentar solucionar o problema da escravidão com o lema de “nem retroceder, nem parar, nem precipitar”. Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de Olinda, ocupou diversas pastas no Executivo nacional, presidente do Banco do Brasil e conselheiro de Estado a partir de 1866. GRINBERG, Keila. Manuel Pinto de Souza Dantas. In: VAINFAS, Ronaldo. (Org.). *Dicionário do Brasil Imperial*. São Paulo: Objetiva, 2008. pp. 517-518.

<sup>100</sup> O Fundo de Emancipação foi criado no contexto da lei de 28 de setembro de 1871 (Lei do Ventre Livre). Instituído por decreto imperial em 1872, o fundo tinha como receitas produtos de loterias, taxas, doações e multas com o objetivo de subsidiar anualmente a alforria de cativos.

<sup>101</sup> José Antônio Saraiva. Bacharel em Direito pela Faculdade de São Paulo, ficou conhecido pelas leis que levaram o seu nome como a Lei Saraiva (1881, lei do censo) e a Lei Saraiva-Cotegipe (lei dos sexagenários, 1885). Importante líder liberal baiano, Saraiva presidiu províncias como o Piauí, Alagoas, São Paulo e Pernambuco, deputado provincial na Bahia e ocupou diversas pastas no Executivo nacional. Homem de confiança do imperador

O projeto sobre o elemento servil apresentado por Saraiva pouco diferia na essência do de Dantas. Como o deste, consignava o princípio da liberdade sem indenização de escravos com certa idade - 65 anos. E o projeto de Dantas foi guerreadíssimo pelos conservadores, aliados aos liberais dissidentes, enquanto o de Saraiva mereceu, mais que a condescendência, o assentimento desses mesmos opositoristas. Coisas de simpatia, de sorte, de misteriosas e inexplicáveis instigações, Saraiva *calhava*, como se diz em Portugal (AFONSO CELSO, 1998, p. 47).

A lei acabou convencendo conservadores e liberais dissidentes e foi sancionada pelo Imperador (ESTRADA, 2005). O gabinete Saraiva foi demitido em 1885 e em seu lugar sobe outro conservador, o barão de Cotegipe<sup>102</sup>. De acordo com Roderick Barman (2005), mesmo sancionando o que ficou conhecido como Lei dos Sexagenários, Cotegipe iria perseguir os abolicionistas.

Segundo José Murilo de Carvalho (2007), o abolicionismo era irreversível, e transformou-se no primeiro grande movimento nacional de opinião pública. As fugas de escravos eram estimuladas e o crescimento do número de quilombos era espantoso. Nesse contexto subversivo que a Princesa irá se aproximar da causa abolicionista.

De acordo com Robert Daibert Jr. (2004), a construção da imagem de D. Isabel enquanto governante abolicionista poderia angariar bons frutos à futura Imperatriz do Brasil. Entretanto, ela se relacionou com segmentos abolicionistas moderados como Joaquim Nabuco, André Rebouças e José do Patrocínio, que desejavam um movimento pacífico, dentro da legalidade e que não ocasionasse uma mudança brusca no sistema.<sup>103</sup> Era preciso entender que

Extinguir a escravidão, de acordo com os discursos deste grupo, era exterminar o atraso e abrir as portas do país ao desenvolvimento verificado em outras nações. Leia-se: arquitetava-se uma solução pacífica que garantisse a continuidade do desenvolvimento econômico do Brasil a partir de um encaminhamento estatal do processo de extinção da escravidão. E, neste sentido, a ação de Isabel no processo de aprovação das leis abolicionistas poderia colocá-la em sintonia com as expectativas gerais da população desvinculada dos interesses de uma minoria de proprietários agrários cada vez mais insatisfeitos com a Coroa que feria seus interesses (DAIBERT JR., 2004, p. 112).

---

D. Pedro II, se tornou conselheiro de Estado na década de 1880. GRINBERG, Keila. José Antônio Saraiva. In: VAINFAS, Ronaldo. (Org.). *Dicionário do Brasil Imperial*. São Paulo: Objetiva, 2008. p. 422.

<sup>102</sup> José Maurício Wanderley, barão de Cotegipe. Um dos principais líderes conservadores surgidos com a geração da maioria e manteve-se no poder durante todo o segundo reinado. Nascido às margens do São Francisco, e foi considerado por Nabuco de Araújo como um dos “homens mais inteligentes de sua geração”. Bacharel em Direito pela Faculdade de Olinda, acumulou cargos de deputado provincial e de deputado geral até ser eleito para o Senado em 1866. Também ocupou diversas pastas no Executivo nacional e ficou famosa a sua indisposição com a princesa D. Isabel quando esta ocupou a sua última regência. GRINBERG, Keila. João Maurício Wanderley (barão de Cotegipe). In: VAINFAS, Ronaldo. (Org.). *Dicionário do Brasil Imperial*. São Paulo: Objetiva, 2008. pp. 441-442.

<sup>103</sup> É preciso compreender a multiplicidade dos movimentos abolicionistas na década de 1880. Longe de ser uma questão que envolvesse as ideias liberais do século XIX, o abolicionismo também envolvia segmentos populares que atuavam nas redes de senzalas e tentavam dismantlar a ordem escravista.

Se a Princesa Imperial passava a mostrar uma postura favorável ao abolicionismo, isso provocou ressentimento entre os setores escravocratas. O ministério incomodava-se com a participação feminina no debate sobre o elemento servil (BARMAN, 2005). D. Isabel não escapava das críticas tecidas à monarquia, de um lado aqueles que viam no regime um empecilho para que o Brasil fosse incluído no rumo do progresso e, do outro, aqueles que acreditavam na monarquia, mas que temia o futuro sob o reinado da Princesa.

Nas discussões em torno da viabilidade de um Terceiro Reinado, sob o governo de Isabel I, apareciam como principais empecilhos apresentados pelos republicanos: a religiosidade da herdeira do trono, sua submissão ao marido francês, sua incapacidade de compreender e resolver os principais problemas do país (a escravidão era um deles) e a estrutura corrupta do sistema monárquico. [...] Promover a imagem pública de Isabel era [...] uma tentativa de responder aos problemas enfrentados pela Monarquia no final do século. Problemas estes protelados por muito tempo e que cresciam à medida que o Segundo Reinado parecia caminhar para o fim (DAIBERT JR., 2004, pp. 113-114).

Apesar de todo o debate em torno do movimento abolicionista, D. Isabel e o Conde d'Eu decidiram fazer uma nova viagem pela Europa em 1886. Segundo Barman (2005), era desejo do príncipe empreender viagens regulares para a França, contudo, a princesa não podia distanciar-se tanto tempo do Brasil em virtude da educação dos filhos e do papel que alcançara no cenário abolicionista.

Em sua viagem à Europa em 1887, meses antes de assumir a Regência pela terceira vez, a Princesa parece já ter alcançado grande prestígio ou pelo menos essa era a intenção demonstrada pelas mensagens expressas por ocasião de sua viagem. [...] No relato da imprensa abolicionista, a população misturava-se com nobres, ministros, militares, vigários, artistas no intuito de presenciar a sua partida (DAIBERT JR., 2004, p. 118).

Durante a ausência da princesa, o imperador adoeceu gravemente. O temor geral era de que ele falecesse de imediato e D. Isabel não estivesse presente. Para Heitor Lyra (1964), as informações passadas para D. Isabel eram animadoras quanto à saúde de D. Pedro II. Segundo o autor, Cotegipe não estava nenhum pouco interessado no retorno imediato da princesa e que ela assumisse a Regência.

No que se referia ao Barão de Cotegipe, dizia-se que estando ele governando com plenos poderes, visto o Imperador se encontrar praticamente afastado de todos os negócios do Estado, não lhe sorria a eventualidade de ter a Princesa ali, a seu lado, para não estar a dar-lhe conta do que fazia ou deixava de fazer, e ter assim talvez que obedecê-la em assuntos sobre os quais seu ponto de vista não coincidia em nada com o dela. De fato, era sabido que, pelo menos na questão da escravatura, eles pensavam de maneira oposta, e Cotegipe podia rezear que ela acabasse impacientando-se com a

sua política de frear a Abolição e o despedisse do Governo, chamando outro presidente do Conselho que desfrutasse da sua confiança e fosse mais conforme com as suas ideias abolicionistas (LYRA, 1964, p. 161).

Pressionado, o barão escreveu para D. Isabel solicitando o seu retorno para o Brasil. Ela desembarcou no Rio de Janeiro em junho de 1887<sup>104</sup>, e imediatamente o Imperador parte para a Europa.

Em 30 de junho, d. Pedro partiu para a Europa, deixando a filha mais uma vez na regência do Império. Na França, foi examinado por sumidades médicas, Pasteur, Charcot, Bouchard, que confirmaram o diabetes. Pensou-se, no governo, em prolongar sua estada na Europa, estendendo ao mesmo tempo a regência de Isabel. A imprensa atacava impiedosamente Cotejipe, acusando-o de querer usurpar o poder imperial. A antipatia por ele era também motivada por sua resistência à abolição. Os caricaturistas, Agostini sempre à frente, o representavam com coroa e vestes imperiais. Numa das charges da *Revista Ilustrada*, ele foi chamado de d. Cotejipe I, Imperador Inconstitucional e Defensor Perpétuo da Escravidão (CARVALHO, 2007, p. 199).

O temor era de que o Imperador nunca mais voltasse, ou mesmo que voltasse, não conseguiria continuar governando. E, por fim, para a maioria, 30 de junho de 1887 era o começo do que podemos denominar de Terceiro Reinado e é deste momento que as projeções mais incisivas sobre o reinado de Isabel I se construíam dentro do panorama da relação entre a regente e o chefe do gabinete.

Para o *A Reforma* a princesa teria como ministro um “chefe de um gabinete desleal; um homem tráfego, astuto e gasto. Poderemos dormir descansados?”<sup>104</sup>. A capacidade de gerenciamento de possíveis crises ainda suscitava dúvidas sobre o papel que a princesa desempenharia e, principalmente, como lidar com um político reconhecidamente experiente. O *A Reforma* ainda seguiu questionando:

A augusta princesa imperial estará convencida de que o sr. de Cotejipe não é um homem sério? Seja, porém, como for a transição do 2º para o 3º reinado é uma cousa arriscada, perigosa. Os males que dela resultarem não irão refletir sobre a cabeça do povo, não. A família Imperial os há de experimentar, e quem nos assegurará que o país, cansado de suportar a ditadura imposta pelo sr. de Cotejipe, nas vascas de um sofrimento cruel, qual o da tirania disfarçada, não sacudirá o jugo, preferindo à república à monarquia?

O posicionamento do jornal alertava sobre as questões que definiam tal momento: de que maneira a princesa saberia lidar e que habilidades teria que lhe assegurasse o direito de continuar como monarca do país após o falecimento de D. Pedro II. Entretanto, D. Isabel sabia muito bem o que seu novo papel suscitava e como medida para afirmar-se como futura

<sup>104</sup> *A Reforma*, Sergipe, 25 de setembro de 1887.

Imperatriz, mudou-se para o Palácio de São Cristóvão<sup>105</sup>, a residência oficial do Imperador, deixando o conforto e a privacidade de sua residência no bairro de Laranjeiras (BARMAN, 2005).

A causa abolicionista passava a exigir da Regente uma posição mais agressiva. Assumindo o comando do país pela terceira vez, a Princesa Imperial tornava-se alvo das esperanças abolicionistas. Não era mais suficiente apenas as alforrias e atitudes simbólicas. Era necessário extinguir o elemento servil (DAIBERT JR., 2004).

Para Ângela Alonso (2015, p. 340), a partida de D. Pedro II para a Europa e a acefalia em que se encontrava o Poder Moderador desde fevereiro de 1887 era o momento almejado pelos republicanos para impulsionar o desejo pelo fim da monarquia já que encaravam a futura imperatriz como uma “princesa apagada, desprovida de popularidade ou ascendência sobre os partidos, secundava o pai na cautela, sem ser escolada de como ele em se equilibrar com os partidos”. O Brasil que D. Isabel assumiu em 1887 estava completamente transformado.

Com tudo isso, e mais o que se esperava pudesse acontecer na ausência do Imperador, a regência da Princesa Isabel inaugurava-se sob as mais sombrias perspectivas. Não se tratava de pôr em dúvida seus predicados de discernimento e de senso político para assumir a chefia de Estado, predicados que já dera provas quando lhe coubera por duas vezes a responsabilidade do poder, sendo que da primeira ela era bem mais moça do que agora e se iniciava, por assim dizer, na arte de governar. O que se dizia era que as condições do país se apresentavam agora bem diferentes, bem mais delicadas, e os problemas que ela teria que resolver eram bem mais complexos (LYRA, 1964, p. 168).

Neste caso, demandavam as questões inteiramente ligadas à extinção imediata da escravidão e sobre isso divergiam interesses políticos. Para Roderick Barman (2005), o abolicionismo despertou na Princesa um gosto enorme pelos negócios públicos e pela arte de governar. Envolveu-se diretamente nas chamadas de “batalha de flores”, que era uma espécie de festa particular com a finalidade de angariar fundos para a emancipação de cativos e que aproximava a regente dos abolicionistas.

---

<sup>105</sup> O Palácio de São Cristóvão – também conhecido como a Quinta da Boa Vista – era, de acordo com Lilia Swarchz (2010), uma antiga casa senhorial construída pelo mercador de escravos Elias Antônio Lopes e dada de presente ao rei D. João VI durante a permanência da Família Real de Portugal no Brasil. Foi transformada em propriedade do Estado em 1817 e remodelado ao longo dos reinados de D. João, D. Pedro I e de D. Pedro II. Apesar de imponente, sólida e grandiosa, a construção começou a mostrar sinais de abandono e desleixo por parte do monarca em comparação aos palacetes construídos pela elite em outros bairros cariocas. Ainda assim, simbolizava o poder da monarquia brasileira pelo fato de lá residir o soberano.

De acordo com Eduardo Silva (2003), D. Isabel participou ativamente ajudando os refugiados no quilombo que ficavam às margens da praia do Leblon, no Rio de Janeiro. Chegou a interceder perante o imperador para que a polícia não invadisse a comunidade.

A princesa, até então uma jovem senhora educada, religiosa e discreta, manifestou-se abertamente abolicionista, cercou-se de gente abolicionista e rompeu com todas as conveniências políticas da neutralidade. Que ninguém se engane com aquele ar doce e maternal de certa iconografia, a jovem princesa tinha opiniões fortes. Sua intervenção na vida política com essas “camélias do Leblon” e as batalhas de flores simplesmente pôs por terra o Ministério conservador, que justamente, lutava com as maiores dificuldades para combater a agitação abolicionista e/ou republicana. A comoção foi enorme porque todo mundo conhecia a simbologia das flores. André Rebouças anotou em seu diário íntimo, no mesmo dia, como que deslumbrado: “12 de fevereiro. Primeira batalha de flores em Petrópolis. Primeira manifestação abolicionista de Isabel I”. André Rebouças sabia o significado imenso daquelas camélias. [...] depois da batalha de flores e das camélias do Leblon, a princesa tomou as rédeas da história e fez-se rainha antecipada, era já Isabel I, a Redentora (SILVA, 2003, p. 36).

As flores que faziam referências às batalhas, as camélias, tornaram-se um símbolo subversivo da liberdade. Eduardo Silva (2003) segue argumentando que a aproximação da Regente com os abolicionistas fez com que os republicanos ligados aos segmentos médios e urbanos repensassem se seria interessante e conveniente perder o apoio dos fazendeiros.

De acordo com Ângela Alonso (2015), a herdeira do trono imperial só tomou a percepção para a arte da política em fevereiro de 1888 com duas notas públicas: uma doméstica com a circulação de um jornalzinho abolicionista produzido pelos próprios filhos de D. Isabel e outra pública aparecendo na batalha de flores em Petrópolis.

Para o republicanismo, não era um problema manter-se a parte da questão abolicionista. Para Leôncio Basbaum (1986), a proposta republicana era vazia de conotação popular, nem conseguia despertar paixões. Não discutia as questões de caráter econômico, não tratava do problema da terra e muito menos, na questão do elemento servil.

Assim que assumiu a Regência, D. Isabel não aceitou o pedido de demissão do gabinete, conforme mandava a prática parlamentar. De acordo com Heitor Lyra (1964), a Princesa não tinha nada contra a figura do presidente do Conselho de Ministros, mas não admitia a forma como ele tentava frear a abolição.

Para Andrade (1988), Cotegipe era um ferrenho monarquista, mas este acreditava que a maneira de conter o avanço do republicanismo seria confrontando, nem que fosse à força. Não acreditava no diálogo, na reforma ou na concessão. O resultado para ele a para a monarquia acabou sendo drástico.

A imprensa provincial desempenhou um papel primordial no debate da causa abolicionista. Segundo Jailton Brito (1996), nesse período os jornais foram os principais meios de divulgação do ideal de extinção da escravidão no Brasil. A circulação de periódicos destinados à divulgação da causa buscava de alguma maneira sensibilizar o público contra aquilo que consideravam como um dos fatores de atraso em que o país se encontrava.

O cachoeirense *O Asteroide* era uma dessas folhas abolicionistas e na edição de 4 de outubro de 1887, poucos meses antes da abolição definitiva da escravidão, conclamava a regente a tomar uma posição mais incisiva sobre a questão:

#### CARTA À PRINCESA IMPERIAL REGENTE

Cachoeira, 9 de setembro de 1887.

Augusta Senhora,

Uma política impopular, e sem ideia patriótica tem, Augusta Senhora, aviltado o caráter nacional; tem anarquizado as instituições, corrompido a magistratura e contribuindo poderosamente para o desamor pátrio.

Os dois partidos, que se digladiam nos torneios nos da política, só diferem um do outro nos nomes que são conhecidos!

[...] Nem uma reforma útil, nem uma medida salvadora: só impostos!

Em meio dessa deplorável anarquia, o povo inspirado em princípios de humanidade, agita uma reforma: “a emancipação do elemento servil”.

“Rio Branco”, conservador legisla liberalmente a lei de 28 de setembro de 1871.

“Saraiva”, liberal legisla uma lei escravocrata: a lei de 28 de setembro de 1885.

“Rio Branco” liberta o ventre e concede ao cativo o direito de arbitramento para a sua liberdade.

“Saraiva” priva o cativo desse direito desse arbitramento, e invadindo o direito de propriedade, taxa o valor do cativo e ameaça o advogado do cativo do crime de acoitamento de escravos!

Eis, Augusta Senhora, a coerência dos partidos políticos deste Império.

Mas, Sereníssima Princesa Imperial, – a reforma da emancipação do elemento escravo não deveria ser traduzida nestas duas leis citadas, porque o Brasil (desde a lei de 7 de novembro de 1831, que proibiu o tráfico de africanos, considerando livres, os que fossem importados daquela data em diante) a escravidão atual não tem mais razão de ser?

[...] A execução dessa lei, Augusta e Sereníssima Princesa, daria golpe mortal na escravidão, e acabaria com essas dissensões existentes entre os escravocratas e abolicionistas [...] <sup>106</sup>

Marco Morel (2008) afirma que normalmente a imprensa abolicionista se baseia nos discursos e pronunciamentos dos intelectuais desse movimento; e, no caso do autor da carta,

<sup>106</sup> *O Asteroide*, Bahia, 30 de setembro de 1887.



usou um espaço destinado a publicações de leitores para se dirigir em uma carta à Princesa Imperial. Se tratava de um sujeito que, a partir de suas províncias, discutiam as transformações políticas da Corte e do país. A questão da opinião pública era de fundamental importância no desenrolar do jogo político. O governante se interessava pelo espírito público, apesar de se observar que os jornais não são os únicos mecanismos de demonstração dessa opinião pública, já que eles geralmente demonstram a voz de um determinado grupo político, econômico ou social.

Observando a primeira parte da carta percebemos que o autor se dirigia à regente pedindo que aplicasse a lei de 7 de novembro de 1831, que abolia o tráfico negreiro – apesar do tráfico só ter sido efetivamente posto na ilegalidade em 1850 com a assinatura da Lei Eusébio de Queirós. Desacreditado com os líderes políticos e partidos que conduziam o jogo político nacional, o autor da carta se volta pedindo que a Regente – enquanto representante da monarquia – fizesse a “reforma” e pusesse fim ao que ele diz se tratar de um antagonismo entre escravocratas e abolicionistas – sem deixar de notar que seria uma espécie de vitória para os últimos.

Desenterrar a lei, cujos efeitos tinham sido anulados pelo contexto era ameaçar a propriedade escrava, pois a maioria dos escravos era constituída por negros entrados posteriormente a 1831 ou seus descendentes. Sua escravização era, portanto, ilegal. [...] O espectro da Lei de 1831 assustou os defensores da ordem estabelecida. Temiam que, confirmado esse princípio pelos tribunais, fossem libertos do cativeiro a maioria dos escravos (HOLLANDA, 2004, p. 182).

Diversos escravos tinham conseguido sua liberdade através de ações judiciais que se usavam da lei de 1831 para argumentar que foram escravizados ilegalmente. O diretor do *O Asteroide* era advogado, atuava em ações de liberdade e acusava o governo de querer criminalizar advogados abolicionistas sob a acusação de acoitamento de escravos. No prosseguimento do texto, o autor denunciava o imperador de omissão pelo abolicionismo, parecia crer na possibilidade da atuação da Princesa. Entretanto, na Regente existia algo que pudesse retardar o avanço da extinção da escravidão:

[...] vosso Augusto Pai, compenetrado na grandeza da alma do povo brasileiro, afasta-se do Império, deixando-vos o Trono, para com respeito que infundo vosso delicado sexo, resolver aqueles problemas, que o sedo imperante havia de resolver pela força, comprometendo a nação, ou não havia de resolvê-los, prejudicando a autonomia nacional e os intuitos do povo que os reclamava.<sup>107</sup>

<sup>107</sup> *O Asteroide*, Bahia, 4 de outubro de 1887.

A figura feminina da regente parecia estar longe do ideal de que somente a virilidade seria capaz de empenhar uma mudança tão eficaz, como seria a abolição total. Os abolicionistas cachoeiranos na mesma edição de 25 de outubro de 1887 acusavam a regente de ser omissa com a política ministerial de Cotegipe, e que prestava mais atenção aos eventos da Igreja Católica, e que as atitudes de angariar fundos para a compra de liberdade de cativos não tinham um efeito profundo.

A mesma ideia seria compartilhada pelo *A Reforma* que acusava o presidente do gabinete de “feliz aventureiro” que conduzia um ministério “sem princípios e sem programa” e que era preciso que a futura imperatriz soubesse conduzir e não desfazer a obra de D. Pedro II. Sua capacidade enquanto governante, para o periódico sergipano, deveria ser testada pois lhe implicava a condição de ser mulher, pois estava “sujeita pela fragilidade de seu sexo às evoluções de sentimentos alheios à governança, sem a necessária experiência do mando e sobretudo dos tipos que a rodeiam”, mas que, ainda assim acreditava que D. Isabel deveria ter muitas qualidades que a fariam compreender a necessidade de intervir diante das atitudes do governo.<sup>108</sup>

O ano de 1887 terminava com incertezas sobre a política imperial em relação ao abolicionismo e da própria monarquia brasileira tendo à frente D. Isabel, a insatisfação contra a figura do presidente do Conselho de Ministros era um dos principais discursos de *O Asteroide*, que “aconselhava” à Princesa Regente que demitisse o governo “antes que fosse tarde demais”<sup>109</sup>. No começo de 1888, o ministério tornava-se um obstáculo a ser derrubado. Os próprios filhos de D. Isabel publicavam um jornalzinho abolicionista (DAIBERT JR., 2004).

O pretexto para a demissão de Cotegipe aconteceu quando a Questão Militar foi ressuscitada. Em 1886, após a discussão entre o coronel Cunha Matos e o então ministro da Guerra, Alfredo Chaves, o barão de Cotegipe exigiu a punição do oficial, o que dividiu a muitos e colocou o Exército em atrito com o governo (CARVALHO, 2007). Já em 1887, o marechal Deodoro da Fonseca, candidato derrotado ao Senado pelo Partido Conservador, encaminhou uma carta aberta à regente – que nunca chegou à destinatária – argumentando que não era função das Forças Armadas caçarem negros fugidos (LYRA, 1964).

<sup>108</sup> *A Reforma*, Sergipe, 23 de outubro de 1887.

<sup>109</sup> *O Asteroide*, Bahia, 23 de outubro de 1887.

Para a folha abolicionista *O Asteroide*, publicado na cidade baiana de Cachoeira, um dos principais núcleos produtores de fumo no recôncavo baiano, a medida determinada pelo gabinete era um ultraje:

O exército brasileiro, cuja missão nobilíssima é a de defender a autonomia desta desventurada nação – está sendo aviltado pelo sr. barão de Cotegipe que acaba de promovê-lo nas funções de “capitão do mato”.<sup>110</sup>

A nota do jornal aguardava o resultado da carta redigida pelo Clube Militar e endereçada à regente solicitando que D. Isabel que demovesse o exército da função de capturar negros fugitivos. Essa relação de proximidade e simpatia entre a herdeira do trono e figuras abolicionistas causava desconforto no governo. Segundo José Murilo de Carvalho (2008), Cotegipe afirmava que a atitude e a aproximação da regente com segmentos abolicionistas eram escandalosas. A postura irredutível do ministro suscitava críticas como o *A Reforma* que enfatizava que “a questão do elemento servil, amplíssima aspiração nacional, apesar do desejo ardente do partido abolicionista, é sufocada pelo gabinete que quer viver do *status quo*.”<sup>111</sup>

A crítica do periódico sergipano seguia, inclusive, aos problemas relacionados aos segmentos militares e membros do governo. Logo no início de 1888, a polícia prendeu um oficial reformado que estava embriagado causando confusões. Os militares puseram-se ao lado do colega, e o barão de Cotegipe defendeu o chefe da polícia. D. Isabel ansiosa em demitir o chefe do gabinete, ficou ao lado dos militares e o presidente do Conselho de Ministros pediu demissão.

Cotegipe resiste sempre, usando toda a habilidade e também toda a força. Até que um dia o chefe de polícia, Coelho Bastos, extremamente impopular devido à repressão constante, que lhe dera o apelido de “papa coco”, se envolve em um incidente, ao prender um oficial da Marinha: há muito barulho na imprensa e entre a oficialidade. A princesa, no despacho com Cotegipe, toma a si os apelos populares e exige a demissão do chefe de polícia. Em vez disso, Cotegipe, sob protesto, apresenta a renúncia do Ministério, que logo aceita (COSTA, 2005:112).

Para o *O Asteroide* a demissão de Cotegipe foi um ato empreendido pela princesa “compenetrada dos deveres de rainha mãe [que] infringiu o castigo, mais que merecido, a esse brasileiro, execrando, depondo-o do governo, tangendo-o, sem cerimônia alguma, pelos

<sup>110</sup> *O Asteroide*, Bahia, 4 de novembro de 1887.

<sup>111</sup> *A Reforma*, Sergipe, 21 de agosto de 1887.

degraus de sua escada”<sup>112</sup>, aludindo à figura materna que protege a sua prole, a folha abolicionista ovacionava D. Isabel.

É interessante observar que o ministro demitido ainda continuava a agir com certo desdém com a regente acreditando que sua recomendação de indicar o sucessor seria acatada pela princesa, algo que ela recusou (BARMAN, 2005).

Era também comum que se aceitasse a demissão do presidente do gabinete somente após ouvir o Parlamento. Todavia, o protocolo foi quebrado. A Regente, além de não ouvir a sugestão de Cotegipe, convocou o novo ministério antes da abertura anual das Câmaras. Se agisse em conformidade com os costumes políticos já enraizados por D. Pedro II, a Regente deveria aceitar o nome sugerido pelo gabinete demissionário conservador ou chamar os liberais para a composição de um novo ministério (DAIBERT JR., 2004:132).

Se acatasse a decisão do barão, viria um novo nome contrário à abolição imediata e sem indenização. Se chamasse os liberais, a Câmara dos Deputados deveria ser dissolvida e convocar novas eleições, o que demoraria muito e esvaziaria o debate. Corria o risco de encerrar a Regência sem votar a lei. A Princesa escolheu o pernambucano João Alfredo Correia de Oliveira<sup>113</sup>, que havia participado do gabinete Rio Branco (1871-1875). Deu-lhe liberdade para definir o gabinete e o novo programa de governo. Para os abolicionistas, era uma demonstração de força contra os escravocratas. Em sua Fala do Trono, em 3 de maio de 1888, D. Isabel foi incisiva:

A extinção do elemento servil, pelo influxo do sentimento nacional e das liberdades particulares, em honra do Brasil, adiantou-se pacificamente de tal modo, que é hoje aspiração aclamada por todas as classes, com admiráveis exemplos de abnegação da parte dos proprietários. Quando o próprio interesse privado vem espontaneamente colaborar para que o Brasil se desfaça dessa infeliz herança, que as necessidades da lavoura haviam mantido, confio que não hesitareis em apagar do direito pátrio a única exceção que nele figura em antagonismo com o espírito cristão e liberal de nossas instituições (ISABEL, 2006, p. 136).

Para Afonso Celso (1998), as palavras da Regente provocaram um entusiasmo no Parlamento. Com um programa já definido e confiante de que a abolição era uma aspiração

<sup>112</sup> *O Asteroide*, Bahia, 11 de maio de 1888.

<sup>113</sup> João Alfredo Correia de Oliveira. Importante líder pernambucano pelo Partido Conservador foi o responsável por conduzir o gabinete que referendou a abolição da escravidão no Brasil. Bacharel em Direito pela Faculdade de Olinda, era um afilhado político do barão de Cotegipe. Tendo sido uma das pessoas responsáveis pelo apaziguamento das animosidades criadas durante a chamada “Questão Religiosa”, era um dos líderes conservadores que acreditavam na necessidade de negociação política sobre o tema da escravidão. Acusado de corrupção acabou sendo substituído pelo visconde de Ouro Preto na presidência do Conselho de Ministros. GRINBERG, Keila. João Alfredo. In: VAINFAS, Ronaldo. (Org.). *Dicionário do Brasil Imperial*. São Paulo: Objetiva, 2008. pp. 398-399.

nacional e o Conde d'Eu comentou em carta sobre a expectativa gerada com a nomeação de Correia de Oliveira:

O novo gabinete, surge armado de grande prestígio e, inspirado pelo Prado [Antonio Prado], conta fazer votar a supressão immediata da escravidão. He passo, a meu ver, um tanto precipitado. Mas a impaciencia geral é tal que qualquer outra medida já não satisfaria a ninguém. Annuncia-se que o projecto será acompanhado de medidas rigorosas destinadas a satisfazer a lavoura obrigando os libertos á residencia fixa e a procurar occupação. Infelizmente parece-me, á vista da experiencia, que não ha que fiar na execução de medidas d'esta ordem; pois as que se consignarão na lei de 1871, e mais terminantes na de 1885, são até hoje letra morta (*apud* RANGEL, 1934, p. 367).

O Conde sabia que o ato abalaria ainda mais a fragilizada monarquia, mas que se não o fizesse teria o mesmo aspecto nulo das leis abolicionistas anteriores. O ministério se apresentou na Câmara no dia 7, o então ministro da Agricultura, Rodrigo Augusto da Silva levou a proposta de lei, de autoria do Poder Executivo, que declarava a extinção sumária da escravidão e sem indenizações. A tramitação na Câmara foi tensa, mas acabou sendo aprovada por 82 votos a 9, sendo esses nove votos da província do Rio de Janeiro.

No dia 11, a lei vai ao Senado. Nabuco vai assistir à votação. – “Ave, César!”, diz-lhe Paulino. Ele e Cotegipe discursam contra a lei. Faz-se a votação, também sem parecer nem impressão. Delírio público. Dantas entra na rua do Ouvidor, levado nos ombros do povo (COSTA, 2005, p. 116).

Aprovada no sábado, D. Isabel, que estava em Petrópolis, foi ao Rio de Janeiro assinar de imediato a lei, que era simples e lacônica. Declarava unicamente estar extinta a escravidão no Brasil. 13 de maio era um domingo, e a princesa, ainda assim, preferiu não esperar pela segunda-feira e a multidão se aglomerou em frente ao Paço Imperial.

A Princesa Imperial Regente sabia que arriscava a sua coroa, e não hesitou. Deu as mais altas demonstrações de público apreço aos chefes abolicionistas. Carregou em seus braços os filhos pequenos de José do Patrocínio. Quis nomear a este Barão da Redenção. Talvez pensasse conquistar as simpatias e o reconhecimento de toda uma raça redimida. Nobre ilusão! (AFONSO CELSO, 1998, p. 125).

A lei número 3.353, mais conhecida como Lei Áurea, trazia um forte impacto na sociedade. José do Patrocínio foi um dos grandes entusiastas da atitude da Princesa, escreveria dando a ela o epíteto de “a Redentora” (GUILHON, 2005).

Como pode-se observar, a assinatura da Lei Áurea causou um grande impacto sobretudo no que diz respeito às opiniões, valores e esperanças que alimentavam por décadas o sonho de liberdade. Mas tanto nas críticas quanto nos elogios apresentados por Patrocínio, a condição feminina de Isabel aparece como pressuposto explicativo de seus atos. A esfera privada consagra-se como o melhor fundamento para a construção de uma imagem positiva da Princesa como uma boa governante. Suas qualidades de boa filha, boa esposa e boa mãe complementavam-se como características positivas de sua figura como futura Imperatriz. [...] A partir da assinatura da lei, buscou-se retratar a Princesa como uma líder monárquica corajosa, aquela que teria coroado e concretizado os ideais aclamados pelos também ilustres membros da Confederação Abolicionista (DAIBERT, 2004, p. 136).

O povo celebrava na rua e o chamado movimento isabelista tomou fôlego. Alguns acusavam Patrocínio de ser um “vira-casaca”; era republicano, mas passou a defender a princesa. Ele chegou a se justificar em um artigo escrito para o “A Rua”, em 19 de maio de 1888. Começava dizendo: “Enquanto houver sangue e honra abolicionistas, ninguém tocará no trono de Isabel, a Redentora” (PATROCÍNIO, 1996). Prossegue enfatizando o Terceiro Reinado:

Partiam dessas primícias governamentais a nossa veneração e a nossa esperança por Isabel, a Redentora; confiávamos que o seu futuro seria a confirmação de seu passado; que ela seria a imperatriz-opinião; a rainha-fraternidade; exortávamo-la a perseverar nesse sistema de governar, porque enquanto houvesse honra e sangue abolicionistas o seu trono seria sagrado (PATROCÍNIO, 1996, p. 275).

E ao final, destaca sua fidelidade ao ato da Princesa:

Descanse *A Rua*; não fui vender-me a Isabel, a Redentora, no dia 13 de maio; fui apenas reiterar o protesto abolicionista de fidelidade e solidariedade com a política atual da Coroa, que, disse eu, está hoje colocada sobre um ideal tão grande, que far-se-ia em estilhaços se o quisesse comprimir (Op. Cit., 1996, p. 275).

O povo continuava aclamando a Princesa. Joaquim Nabuco diz que o ato é apoteose da monarquia brasileira:

Essa dinastia teve só três nomes. O fundador fez a independência do jovem país americano, desintegrando a velha monarquia europeia de que era herdeiro; seu filho encontra aos quinze anos o Império enfraquecido pela anarquia, rasgando-se pela ponta do Rio Grande, e funda a unidade nacional sobre tão fortes bases que a Guerra do Paraguai, experimentando-a, deixou à prova de qualquer pressão interna ou externa, e faz tudo isso sem tocar nas liberdades políticas do país que durante cinquenta anos são para ele um *noli me tangere*... Por último, sua filha renunciava virtualmente o trono para apressar a libertação dos últimos escravos... Cada reinado, contando a última regência da princesa como um embrião de reinado, é uma nova coroação nacional: o primeiro, a do Estado; o segundo, a da nação; o terceiro, a do povo... A coluna assim está perfeita e igual: a base, o fuste, o capitel (NABUCO, 1996, p. 206).

A euforia em relação à tramitação da lei também tomou conta da imprensa provincial. *O Asteroide*, em sua edição de 19 de maio de 1888, a primeira após a promulgação da lei dizia que “podemos finalmente exclamar: não há mais escravos no Brasil!” e que na porta da sede do jornal gritaram vivas e estouraram cinco girândolas de foguetes em homenagem à princesa imperial.

De acordo com Walter Fraga Filho (2010, p. 65):

As primeiras notícias da abolição chegaram a Salvador na tarde de 13 de maio. Por volta das 2 horas, as redações dos jornais receberam por telégrafo a notícia de que o senado acabara de votar o projeto de Lei da Abolição e, logo em seguida, o enviara para a sanção do governo imperial. O jornal *Diário da Bahia* distribuiu boletim informando que o projeto de lei fora levado à Princesa Isabel para ser sancionado. Às 4 horas, outro telegrama informou que a princesa regente finalmente assinou a lei que abolia a escravidão no Brasil. Um segundo boletim do *Diário* circulou pela cidade anunciando a novidade.

Os boletins divulgados através do telégrafo para outras regiões da província da Bahia implicaram, como se viu em Cachoeira, em festejos tanto por parte de abolicionistas quanto de ex-cativos. Segundo Iacy Maia Mata (2002), a divulgação da notícia no interior baiano gerou apreensões e inúmeras autoridades emitiam comunicados pedindo reforços da força policial para conter o que chamavam de ondas de vadiagem.

Em Sergipe, as comemorações sobre a lei já aconteciam quando ela já tinha sido aprovada ainda na Câmara dos Deputados. Na edição de 13 de maio de 1888, *O A Reforma* já informava que liderados pelos deputados provinciais da minoria liberal já tinham feito celebrações, soltaram girândolas de fogos e bradavam que já não existia mais escravizados no Brasil. De acordo com Edvaldo Souza Neto (2016), as comemorações oficiais da abolição em Sergipe só tiveram início no dia 17 de maio quando o presidente da província fechou o expediente em todas as repartições públicas para as comemorações da assinatura da lei.

Por mais que a lei de 13 de maio tivesse alicerçado uma certa popularidade da herdeira do trono imperial brasileiro, a situação de estabilidade da monarquia mostrava-se precária entre diversos setores. A Terceira Regência findou-se em agosto de 1888 e naquele momento D. Isabel não tinha tanta ambição política. Poderia ter assumido as rédeas do governo, já com o pai enfermo, mas preferiu a vida privada (BARMAN, 2003) Quando o Imperador retornou, a monarquia parecia estar no auge, mas a Casa Imperial não se iludia com essa situação política. O Conde d’Eu escreveu ao pai, o duque de Nemours, dizendo que a monarquia nunca esteve tão insegura (CARVALHO, 2007).

### 3.2. A desconstrução do Terceiro Reinado

As previsões de que D. Pedro II voltaria ao Brasil já falecido acabaram por se mostrar completamente equivocadas quando o imperador assumiu imediatamente as suas funções assim que retornou ao país. Para Lilia Schwarcz (2010), ainda que o Imperador tenha retornado vivo, retornava com o aspecto enfermo. Apesar da Princesa Imperial ter devolvido ao pai o comando do Estado, é inegável que a regência tenha transformado a relação que D. Isabel tinha com os negócios públicos. Ela tinha plena consciência de seu papel e de sua provável coroação como Imperatriz do Brasil.

A experiência de regente em 1887 e 1888 certamente deu a D. Isabel muito mais consciência do governo como um mecanismo por meio do qual é possível operar mudança e aprimoramento. [...] Não obstante, para ela, uma coisa era preocupar-se com o que precisava ser feito, e outra coisa muito diferente conceber as políticas específicas para atingir esses fins. O pai não incluíra em sua educação o treinamento prático no exercício do poder. Em sua primeira regência, a princesa era uma novata e preferiu deixar o serviço do governo para o visconde do Rio Branco. A combinação das circunstâncias pessoais com as públicas, durante a segunda regência, em 1877 e 1878, tornou-lhe muito difícil, senão impossível, empenhar-se em promover mudança e aprimoramento. Agora, em 1888, os problemas enfrentados por qualquer um (monarca ou presidente) que governasse o Brasil eram formidáveis, a ponto de desafiar a capacidade do mais experimentado governante homem (BARMAN, 2003:251).

A regência passou como uma espécie de aprendizado final e de construção do perfil da então futura soberana. De acordo com Maria Luiza de Carvalho Mesquita (2011), a princesa estava rodeada de pensadores que articulavam a possibilidade de empreender reformas e garantir o reinado de D. Isabel. Pessoas como Joaquim Nabuco e André Rebouças se aliavam a essa possibilidade que levasse a reformas e o caminho passaria pela abdicação de D. Pedro II quando a princesa contava com o auge de sua popularidade.

Ainda que se recaíssem as dúvidas em torno do perfil religioso e político da futura monarca, em um momento que se digladiavam interesses políticos e divergentes como o republicanismo, cientificismo, ultramontanismo, liberalismo entre outros tantos, D. Isabel era uma mulher devota, consciente de seu papel enquanto futura Imperatriz Constitucional e Defensora Perpétua do Brasil. Quando se relacionou com a causa abolicionista unia fatores religiosos e políticos. Primeiro porque a Igreja através de sua Doutrina Social<sup>114</sup> passa condenar

---

<sup>114</sup> Somente em 1887 a Igreja brasileira posicionou-se oficialmente pela ideia da abolição. A Carta Pastoral publicada pelo arcebispo da Bahia em 29 de julho de 1887 – aniversário da Princesa – conclamava os católicos brasileiros a defender a causa abolicionista. A *Revista Ilustrada*, em sua edição de 3 de setembro de 1887, afirmava que a postura do líder da Igreja Católica no Brasil, apesar de tardia, servia para que católicos que ainda utilizassem



a escravidão. Depois, seria uma forma de construir uma imagem de uma soberana em consonância com a aspiração nacional. Restava à Princesa, após a abolição construir o caminho para o reinado efetivo.

Um dos momentos mais claros de quando começou a construir as bases de um terceiro reinado se deu em junho de 1888, o gabinete João Alfredo pediu demissão. O imperador pensava no conselheiro Saraiva para assumir a função. O experiente senador teria, inclusive, falado em conversa que o reino de D. Isabel não era deste mundo. Tinha receio de seu posicionamento religioso. Em conversa com D. Pedro II, anunciou que declararia à Assembleia Geral que teria como programa de governo, preparar a transição do regime, de monarquia para a república, alertando ao monarca que a mudança era inevitável (CARVALHO, 2007).

Pela primeira vez, D. Isabel interferia na administração paterna. Negociou com o visconde de Ouro Preto<sup>115</sup>, e conseguiu que ele fosse nomeado presidente de Conselho de Ministros. Ao contrário de Saraiva, a proposta de Ouro Preto era esvaziar a propaganda republicana. Em 7 de junho, ele se apresentou ao Parlamento de maioria conservadora:

Prometeu pôr em prática o programa de reforma aprovado no congresso do Partido Liberal realizado na corte. Eram, segundo ele, largas reformas, inspiradas na escola democrática. Incluía a ampliação do direito de voto pela abolição da exigência de renda, o fim da vitaliciedade do Senado, a liberação do culto público a outras igrejas além da Católica, a eliminação das atribuições políticas do Conselho de Estado. A que julgava mais urgente era a autonomia dos municípios, inclusive o da capital. Prometeu eleição popular dos executivos municipais e a nomeação dos presidentes de província com base em lista formadas pelo voto popular (CARVALHO, 2007, p. 205).

As críticas contra a Princesa continuavam, principalmente durante esse ato. Em abril de 1889, saiu em um jornal carioca um artigo intitulado: “Novo Reinado: Enxerto dos Orleans na Dinastia Brasileira”. O texto era impiedoso que atacava a figura do Conde d’Eu, dizia que o imperador era incapaz e que não reinava mais, e concluía dizendo que o Terceiro Reinado já havia começado secretamente (PRIORE, 2007).

Segundo Maria Thereza Mello (2007, pp. 167-168), a propaganda republicana tomou fôlego a partir de 1889, principalmente com os escritos na imprensa de Silva Jardim e Rui Barbosa contra a Princesa. Silva Jardim, o mais revolucionário dos republicanos que chegou a

---

cativos como força de trabalho pudessem refletir sobre a existência da escravidão no país e suas posturas enquanto católicos.

<sup>115</sup> Afonso Celso de Assis Figueiredo, visconde de Ouro Preto. Importante liderança do Partido Liberal por Minas Gerais, liderou o último gabinete da monarquia tentando empreender reformas como a concessão de autonomia para províncias e municípios, o fim da vitaliciedade dos senadores, a transformação do Conselho de Estado em um órgão meramente administrativo e a elaboração de um Código Civil. Bacharel em Direito pela Faculdade de São Paulo, era um ferrenho defensor da monarquia. Com o golpe de novembro de 1889, acabou sendo preso e exilado na Europa. GUIMARÃES, Lúcia. Afonso Celso (visconde de Ouro Preto). In: VAINFAS, Ronaldo. (Org.). *Dicionário do Brasil Imperial*. São Paulo: Objetiva, 2008. pp. 28-29.

propor a execução do Conde d'Eu, tentando dar um aspecto revolucionário e glorioso para a implantação da república brasileira, apresentava a regente além de festeira, como carola, melômana, incompetente e tutelada pelo marido francês. Ele prosseguia afirmando que o primeiro obstáculo de D. Isabel era o gênero, e que era viciada em saraus burgueses e leituras de livrinhos de missas e, dessa forma, não seria competente para gerir o Estado brasileiro.

Neste ponto, Augusto Mattos (2012, p. 26) evidencia as representações na imprensa da Corte para aquele momento:

O jornal *O Mequetrefe* publicou, em julho de 1887, uma charge em que D. Isabel agia como estadista ao mesmo tempo em que cuidava dos assuntos domésticos, dando a entender que a regente não percebia – ou não queria perceber – a trama política ao seu redor. A intenção era pôr em dúvida sua capacidade de governança. E mais: sutilmente, o jornal questionava a presença de mulheres em assuntos de âmbito público, postura bastante comum na época. A princesa imperial sofria constantes ataques de parte da imprensa, que a retratava como submissa ao seu marido, conhecido pejorativamente como “o francês”. De forma inclemente, o jornal *O Pharol* afirmava, em 5 de junho de 1888, que “ela faz o que o marido quer e não o que é desejo do povo; faz mais – afronta os interesses do povo para afagar os desejos do marido”. As ácidas palavras do texto enfatizam a questão da submissão feminina. Não se faz alusão clara a questões políticas, econômicas ou sociais. O artigo busca desqualificar D. Isabel a partir de sua “frágil condição feminina”. Na mesma linha, o jornal *Gazeta Nacional* se transformou num dos maiores críticos da monarquia e de sua possível futura imperatriz. Em artigo datado de 4 de dezembro de 1887, volta a destacar a fragilidade feminina e a religiosidade extremada de D. Isabel.

São dois perfis negativos na figura da herdeira do trono: o gênero e a religiosidade. A mesma propaganda tecia críticas à estrutura da Monarquia ao mesmo tempo em que buscava desacreditar a ideia da ascensão de D. Isabel ao trono. Pairavam as questões sobre o federalismo, a descentralização política, a separação da Igreja e o Estado. Esses problemas estavam além das suas possibilidades enquanto herdeira do trono. Para os republicanos, não havia possibilidade de reformas dentro do regime monárquico, daí a situação insustentável com a possibilidade de um Terceiro Reinado, era preciso abortá-lo antes que se concretizasse.

Tais desconstruções do reinado da futura imperatriz também são percebidas nos periódicos da Bahia e de Sergipe. Ainda que as folhas ditas republicanas tenham empenhado críticas mais incisivas, é interessante observar que muitos que ainda estavam reticentes com a mudança de regime se mostravam receosos ora com a questão da federação e da relação entre Igreja e Estado, no caso da Bahia, ou com o gênero da herdeira do trono, no caso de Sergipe.

Entretanto, sobre os republicanismos nos espaços provinciais, ainda se carece muito de entendimento sobre a organização e os perfis identitários que marcam tal movimento. Segundo Dilton Oliveira de Araújo (1992) quando se discute sobre o republicanismo na Bahia, mais especificamente da cidade de Salvador, sobre a incerteza de grupos efetivamente organizados

no espaço anterior a 1888. O republicanismo transitava pela desmobilização e possível repressão. Ainda que entre 1888 e 1889 o fortalecimento de periódicos como *O Diário do Povo* ou o *Jornal de Notícias* tenham permitido a divulgação de ideias republicanas, o desejo de o Brasil se tornar uma federação parecia bem mais evidente do que a mudança efetiva do regime.

O estudo de Mallu Conceição Santos (2017) afirma que, em Sergipe, o republicanismo estava muito mais associado à noção que os sergipanos possuíam sobre si próprio dentro do cenário nacional: Sergipe era encarado como uma província esquecida pela Corte, sufocada pela Bahia e Pernambuco dependendo das duas para escoar e receber produtos, sem muita representatividade no cenário nacional.

Como a continuidade do regime assentava na figura da princesa imperial, desestimular a existência da monarquia no território brasileiro passava pela depreciação da figura de D. Isabel. Ainda que o abolicionismo possa ter galgado uma certa popularidade para a regente com suas campanhas de arrecadação de fundos para emancipação através das batalhas de flores.

O jornal *O Larangeirense* publicou uma nota informando que em Petrópolis o “carnaval consistiu em uma *batalha de flores*, promovida pela princesa D. Isabel, atual regente deste Império”, onde “as senhoras colocando-se nas calçadas ofereciam combate ao carro onde ia a família do sr. conde d’Eu”<sup>116</sup>.

Silva Jardim, que citamos no capítulo anterior, chamava D. Isabel de festeira, tocando principalmente no papel que as mulheres deveriam exercer na sociedade. Para o propagandista republicano, a princesa teria transformado o Palácio Imperial em uma espécie de quilombo, recebendo e escondendo negros fugidos, em um esquema com a participação de André Rebouças, João Clapp, Joaquim Nabuco e José do Patrocínio (SILVA, 2003). Rui Barbosa, que era um dos redatores do *Diário do Povo*, criticava esse ato dizendo que a regente realizava o acoitamento de negros.

No discurso proferido no Rio de Janeiro, em 22 de setembro de 1888, Silva Jardim (1978, p. 208) criticou a princesa por ter acoitado os negros no Palácio quando ela poderia por simples vontade libertar todos os escravos do cativeiro. Eduardo Silva (2003) comenta que a visão do propagandista republicano é demasiadamente simplista já que, sendo o Brasil uma monarquia constitucional e representativa, os destinos da abolição não estavam apenas nas mãos da Coroa.

Se o Terceiro Reinado desvirtua posições, a monarquia não era, segundo os republicanos, a garantia a estabilidade necessária ao país pois o “atual reinado tem entorpecido

---

<sup>116</sup> *O Larangeirense*, Sergipe, 4 de março de 1888.

o engrandecimento do país, e mais, que para a pátria um terceiro reinado seria um desastre”.<sup>117</sup> Para muitos defensores da causa republicana, tais desastres já tinham se mostrado no momento da assinatura da Lei Áurea quando “auxílios deviam ter sido feitos à lavoura” para “corrigir o desfalque que se operaria na riqueza nacional”<sup>118</sup>.

A narrativa republicana aliava o pretenso despreparo da herdeira aliado à incapacidade do regime de conseguir subsidiar a retomada do crescimento econômico das elites locais, para alguns a capacidade da república de salvar o país era visto com uma parcela de desconfiança. A revista baiana *A Troça* ironizava dizendo que há os que se dizem republicanos porque seriam incapazes de discutir as ideias e sem condições de alcançar espaços na política nacional. Tais sujeitos iniciam por “adorar a república, especulando com as ideias e crivando o monarca com insultos” e que “são mais perigosos às algibeiras do povo do que à coroa do rei”.<sup>119</sup>

O texto do *A Troça* não fazia uma defesa do terceiro reinado ou da princesa, mas, questionava os valores dos republicanos e sua pretensa capacidade de gerir as crises do país. Se, como vimos, a princesa enquanto imperatriz parecia incapaz de conduzir com perspicácia a administração pois, segundo o *A Reforma*, era “inexperiente, fraca pela contingência do sexo e pelos descuidos da educação, a futura Imperatriz abdicará de fato nas mãos de ministros ambiciosos e sem escrúpulos. [...] Se Deus não salvar o Imperador, quem salvará o Império?”<sup>120</sup>. O vaticínio parecia obscuro sobre o que esperava o Brasil de Isabel I. A figura masculina do Imperador até merecia respeito, como dizia o baiano *O Diário do Povo* que “respeitemos o segundo reinado até os seus últimos momentos, mas não aceitemos o terceiro”.<sup>121</sup> Ou, como dizia o sergipano *O Pharol*

Toleramos por muitos anos o sr. D. Pedro, ou melhor, deixamo-nos embair pelo sábio-rei, acomodamo-nos ao servilismo vil, a que ele sorratamente foi nos reduzindo, mas não podemos entregar os pulsos às cadeias do sr. Gastão de Orleans, e agora que o sr. D. Pedro declina ao peso dos anos para o túmulo, devemo-nos ir preparando para a próxima reação.<sup>122</sup>

A monarquia era, para determinados circuitos republicanos, algo a ser extirpada o quando antes para a possibilidade do “príncipe invasor” casado com a “princesa anulada”<sup>123</sup>. O sergipano *O Republicano* também alertava para “que o povo tome nota e, prepare-se para ter

<sup>117</sup> *Diário do Povo*, Bahia, 4 de abril de 1889.

<sup>118</sup> *O Republicano*, Sergipe, 11 de novembro de 1889.

<sup>119</sup> *A Troça*, Bahia, janeiro de 1887.

<sup>120</sup> *A Reforma*, Sergipe, 17 de julho de 1887.

<sup>121</sup> *Diário do Povo*, Bahia, 1 de maio de 1889.

<sup>122</sup> *O Pharol*, Sergipe, 2 de outubro de 1886.

<sup>123</sup> *Diário do Povo*, Bahia, 24 de abril de 1889.

imperador francês”<sup>124</sup>. Como vimos, também, no capítulo anterior, o marido de D. Isabel era pejorativamente chamado de “o francês”. A campanha de desmoralização da princesa e do príncipe era forte. Ela acreditava que a abolição seria seu triunfo, aconteceu diferente:

Quanto a Isabel, se calculava acumular créditos para um terceiro reinado, equivocou-se redondamente. Ganhou, sem dúvida, amplo apoio popular, refletido nas grandes festas de 13 de maio e no título de Redentora que lhe foi dado por José do Patrocínio. Sem discutir o peso real de sua contribuição para a Lei Áurea, é certo que o imaginário popular registrou o título, que resiste até hoje às tentativas de desmoralizar. No momento da proclamação da República, a monarquia ficou sozinha (CARVALHO, 2007, p. 190).

Nem mesmo as relações religiosas pareciam criar animosidade para o eventual terceiro reinado. Em 28 de setembro de 1888, D. Isabel recebia de Leão XIII, em pomposa cerimônia na Capela Imperial, a Rosa de Ouro. O ato impunha um reconhecimento internacional do feito dela e favorecia ao Brasil; no interior do país, traduzia em mais uma glorificação da herdeira do trono, era uma espécie de coroação antecipada (DAIBERT, 2004). Como dizia o *A Reforma* que o papa “mandou entregar a grande oferenda à herdeira do trono único da América”.<sup>125</sup>

Essa representação da futura soberana como abençoada pelo seu ato de assinar a lei extinguindo a escravidão no Brasil também pode ser percebida através das imagens. Ainda em 1888, o espanhol Miguel Navarro y Cañizares, diretor e fundador da Escola de Belas Artes da Bahia e professor de pintura do Liceu de Artes e Ofícios da Bahia pintou a tela que recebeu o nome de “Lei Áurea”. De acordo com Viviane Rummler da Silva (2005) a tela foi, provavelmente, encomendada para exaltação cívica da monarquia e perpetuar a imagem heroica da princesa D. Isabel.

<sup>124</sup> *O Republicano*, Sergipe, 11 de novembro de 1888.

<sup>125</sup> *A Reforma*, Sergipe, 17 de junho de 1888.

**Figura 3** - Lei Áurea. Miguel Navarro y Cañizares.



**Fonte:** Lei Áurea. Miguel Navarro y Cañizares. 1888. Óleo s/tela. Acervo da Escola de Belas Artes – Universidade Federal da Bahia.

A pintura representa a princesa imperial, ao centro da imagem, segurando um livro na mão esquerda e empunhando uma cruz na mão direita. Laureada por figuras angelicais, está acompanhada do Conde d'Eu e do Príncipe do Grão-Pará. Atrás do casal estão os bustos do Imperador e da Imperatriz. Em ambos os lados aparecem figuras masculinas e ajoelhados em postura de agradecimento estão três figuras femininas – duas delas são negras – e uma criança.

Em seu trabalho, Viviane Rummler Silva (2005) chama a atenção ao fato de que a tela que hoje ainda se encontra como parte do acervo da Escola de Belas Artes (que integra a Universidade Federal da Bahia) foi catalogada como “Lei Áurea” pelo contexto em que foi exposta, mas que a representação provavelmente deve estar relacionada à Lei do Ventre Livre justamente pelo fato de figuras femininas e uma criança aparecerem como as personagens que agradecem ao ato “caridoso” empreendido pela então regente.

Aliás, tanto a Lei do Ventre Livre quanto a Lei Áurea faziam parte do rol que leis abolicionistas que laureavam a glória da herdeira do trono imperial. Na edição de 28 de

setembro de 1888, por exemplo, o periódico baiano *Corsário* comemorava os feitos da lei de 1871 como um ato majestoso da história nacional e que

Só a ti Isabel regente, coube tanta honra e tanta glória, e seres filha de um monarca sábio e de uma imperatriz virtuosa, consorte de um príncipe, herdeira presuntiva de uma dinastia, e todas essas honras que te cercam tudo isso é pouco e desaparece como a fumaça no Espanco diante do humanitaríssimo qualificativo de – Redentora.<sup>126</sup>

A princesa era a heroína redentora que havia recebido a honra de ter seu nome ligado a eventos políticos e que isso precisava ser popularizado em diversos espaços nacionais. Divulgar a imagem do soberano e de sua família, era uma maneira, segundo Peter Burke em *A fabricação do rei* (2009), de demonstrar à população que morava distante e que jamais conseguiria deslocar-se à Corte, de reconhecer seus governantes e sua presença através daqueles que os representavam.

A representação imagética de D. Isabel, no caso, perpassava em aliar elementos que reproduzissem o seu lugar na relação política. Seria assim, o que Pierre Bourdieu (2007) caracteriza como o poder simbólico que seria um mecanismo que legitimava os espaços de comando, especialmente entre as camadas populares.

Entretanto, a cerimônia de entrega da Rosa de Ouro selou o destino da princesa na mente dos políticos, era beata em demasia para ser governante da Nação (BARMAN, 2003). Novamente o *A Reforma* prediz que a “rosa de ouro é o emblema da futura dominação do clericalismo no Brasil”.<sup>127</sup> Ainda que os jornais tivessem continuado estampando a imagem da princesa como “imortal, santa, heroína e libertadora” (DAIBERT, 2004) e a abolição pudesse ser utilizada como justificativa para o trono da futura imperatriz, nem a benção da Igreja e das representações foram suficientes para lhe garantir o trono.

### 3.3. A viagem do Conde d’Eu às províncias do Norte e a queda da monarquia no Brasil

Em junho de 1889, o príncipe consorte resolveu empreender uma viagem pelas províncias do Norte do Império. Ainda tenha se cristalizado pela historiografia de que a viagem seria uma espécie de propaganda pelo Terceiro Reinado, para os biógrafos do príncipe, Alberto Rangel (1934) e Luís da Câmara Cascudo (1933), não há evidência de que a viagem tivesse como objetivo garantir a popularização do futuro imperador consorte.

<sup>126</sup> *Corsário*, Bahia, 26 de setembro de 1888.

<sup>127</sup> *A Reforma*, Sergipe, 1 de julho de 1888.

Tal ideia faz sentido principalmente pelo fato do Conde d'Eu ter ido até o interior da Amazônia, área pouca influência no cenário político nacional. É preciso lembrar que durante todo o século XIX, viajantes estrangeiros e, posteriormente, militares e engenheiros brasileiros desbravaram o interior do território nacional eivados das ideias de progresso, civilização e conhecer áreas até então tidas como exóticas.

Logo após o casamento, em 1868, o príncipe Augusto de Saxe-Coburgo-Gotha, marido da princesa D. Leopoldina, realizou uma excursão pelo interior do território brasileiro navegando pelo rio São Francisco, chegando às famosas cachoeiras de Paulo Afonso que já haviam sido visitadas pelo Imperador D. Pedro II em 1859. A viagem realizada pelo Conde d'Eu em 1889 criou outras expectativas, especialmente pelos desdobramentos pelos quais acabaram sendo motivo de confrontos entre republicanos e monarquistas.

Conforme noticiava o *Diário do Povo* na edição de 13 de junho de 1889, o Conde d'Eu desembarcaria no porto da Bahia nos dias seguintes. O príncipe viria a bordo do vapor Alagoas – o mesmo que em novembro levaria a família imperial banida para a Europa. Na mesma edição, também informavam que Silva Jardim viria no mesmo vapor “perseguido” o príncipe proferindo conferências.

Wlamyra Albuquerque (2009) narra o evento a que ela chama de “massacre do Taboão”. Segundo os relatos, ficou acordado que o Conde d'Eu desembarcaria no arsenal da Marinha e Silva Jardim mais a frente, na ponte da Companhia de Navegação. O príncipe seguiria para o palácio onde seria oferecida uma recepção pelo presidente da província e o republicano subiria até a Faculdade de Medicina através da ladeira do Taboão. No percurso da comitiva de republicanos e estudantes da Faculdade, acompanhada por uma fanfarra, teve início um tumulto com vozes de “mata republicanos” que gerou um verdadeiro pandemônio.

Silva Jardim e muitos outros companheiros precisaram se refugiar e conseguiram escapar correndo até o prédio da Faculdade de Medicina onde puderam se abrigar. O líder dos pretensos monarquistas era um negro apelidado de Macaco Beleza<sup>128</sup>. Segundo Dilton Oliveira de Araújo (1992) o episódio confirmou a atuação da chamada Guarda Negra na Bahia, potencializando os conflitos entre monarquistas e republicanos.

Acusando a polícia de permissividade, o *Diário do Povo*, ligado a Rui Barbosa, atribuía ao aparato policial da Bahia a cumplicidade com os eventos que tentaram, segundo o jornal,

---

<sup>128</sup> Wlamyra Albuquerque, em *O Jogo da Dissimulação* (2006), traz algumas informações interessantes sobre Manoel Benício dos Passos, o Macaco Beleza. De acordo com a historiadora, ele era descrito pelos cronistas como “mulato alto, beíçola, tipo de rua, ignorante e inculto, porém bastante inteligente e de uma verbosidade notável”. Se tornou uma das lideranças mais importantes da Guarda Negra na Bahia e teria sido um dos vendedores do jornal *Gazeta da Tarde*, importante órgão abolicionista baiano.



aniquilar com a liberdade de expressão. José do Patrocínio teria criado a Guarda Negra da Redentora que era formada por negros libertos agradecidos pela atitude da princesa com a assinatura da Lei Áurea (GUILHON, 2005). De acordo com Robert Daibert Jr. (2004) a Guarda portava-se tendo como principal foco de ação o ataque às conferências republicanas. Segundo Carlos Eugênio Soares (1993), a Guarda Negra teria sido articulada a partir de capoeiras que tinham envolvimento com figuras destacadas do partido Conservador. Para o *O Republicano*:

A guarda negra é uma milícia recrutada entre libertos da lei de 13 de maio e, organizada especialmente para sustentar o terceiro reinado iminente. Mas como só há três prestígios consideráveis, o moral, o pecuniário e o da força bruta; e como a guarda negra composta de analfabetos até há pouco abatidos pelo cativo não pode possuir regular instrução, nem dinheiro, daí se infere que o único prestígio dessa instituição é puramente militar e consiste no pavor que inspira a capangada bruta e irresponsável.<sup>129</sup>

Para a elite letrada e republicana, os membros da Guarda Negra não passavam de uma malta aglutinada pelo governo monárquico para reprimir as organizações que planejavam a mudança de regime. Para Clícea Maria de Miranda (2006), para os jornais e comícios republicanos a propaganda republicana e os ataques à monarquia pareciam implicar na derrocada iminente do regime, mas a relação entre as camadas populares sempre desencadeava em contendas.

A atuação da Guarda Negra na Bahia parecia ter se estendido a outras localidades da província como, por exemplo, na cidade de Cachoeira em 3 de agosto de 1888, o *Asterioide* convocava cidadãos para se reunirem e formarem a “Guarda Negra da Redentora” com a finalidade de defenderem a Regente dos “ataques que está sendo vítima”.<sup>130</sup> A organização de uma agremiação com a mesma identidade foi organizada na província sergipana já que na edição de 3 de março de 1889, o *A Reforma* noticiava que o *A Gazeta do Aracaju* – folha ligada aos conservadores – louvava a criação de uma Guarda Negra na cidade de Laranjeiras. Para os liberais – que naquele momento ainda estavam na oposição – a organização do grupo era lamentável e que “nós que somos monarquistas, repelimos com desprezo o levantamento de tão abjeta guarda que se converterá, creiam todos, brevemente em quadrilha de salteadores.”<sup>131</sup> Entre defesas da continuidade da monarquia e as possibilidades de grupos armados liderados por libertos da lei de 13 de maio, os temores de subversões lideradas por tais sujeitos criavam desconfianças e rejeições.

<sup>129</sup> *O Republicano*, Sergipe, 17 de fevereiro de 1889.

<sup>130</sup> *O Asterioide*, 3 de agosto de 1888.

<sup>131</sup> *A Reforma*, 3 de março de 1889.

Na edição do *Diário da Bahia*, o príncipe desembarcou no porto da Bahia e ficou hospedado na residência dos presidentes da província no corredor da Vitória, e lá “a população desta capital manifestou altamente a consideração que vota ao príncipe que tão relevantes serviços prestou ao país na campanha do Paraguai”<sup>132</sup>. Já o *Diário do Povo* evidenciou os perigos que correu Silva Jardim ao ser perseguido pela malta liderada por Macaco Beleza. As notícias da confusão na Bahia se espalharam por outras províncias e logo foram noticiadas em folhas sergipanas:

#### TUMULTOS NA BAHIA

Consta-nos por comunicações telegráficas, que o ilustre propagandista Silva Jardim fora mal recebido na capital da Bahia.

Nada de minucioso sabemos a respeito, senão que, acompanhando o grande agitador republicano o sr. conde d’Eu, que vem, qual ave agoureira, ao norte, talvez lançar a semente de maior calamidade e miséria de que atualmente existem nesta porção do território brasileiro.

[...]Compartilhamos com o sentimento que deve estar apossado a patriótica família republicana daquela província, por ver a prova de tão atrasada educação do povo, e a sua falta de patriotismo, seus preconceitos, no modo de receber o grande tribuno republicano [...].<sup>133</sup>

Para os republicanos sergipanos, o evento marcava a dualidade entre a ilustração republicana contra a barbárie monárquica. Tal percepção foi constatada nos relatos sobre o evento trazidos à luz por Wlamyra Albuquerque (2006, p. 162) onde a turba no Terreiro de Jesus, se contrastava por pretos/monarquistas armados de paus e facões contra brancos/republicanos embarricados nas janelas do prédio da Faculdade com substâncias químicas nas mãos. No mesmo dia Silva Jardim se viu obrigado a seguir viagem para o Recife. Já o Conde d’Eu, de acordo com o *Diário da Bahia*, pernitoou na residência da Vitória e antes de seguir viagem no outro dia ainda pode assistir à missa na Igreja Matriz do mesmo bairro de Salvador.<sup>134</sup>

O *Diário do Povo* acusava o governo da Bahia de ser o fomentador de um governo de terror e que censurava todos os homens honestos da capital baiana<sup>135</sup>. Na edição de 22 de junho de 1889, o *Diário da Bahia* comentou o episódio dos conflitos afirmando que tanto os redatores da *Gazeta de Notícias* quanto do *Diário do Povo* buscavam usar da visita do príncipe para demonstrar insatisfação contra o governo provincial, mas que só serviram para causar confusão.

<sup>132</sup> *Diário da Bahia*, Bahia, 16 de junho de 1889.

<sup>133</sup> *O Republicano*, Sergipe, 21 de junho de 1889.

<sup>134</sup> *Diário da Bahia*, Bahia, 18 de junho de 1889.

<sup>135</sup> *Diário do Povo*, Bahia, 17 de junho de 1889.

Ainda ironizou o texto do *Diário do Povo* quando o periódico dizia que jamais havia se declarado republicano, mesmo tendo convocado “vaías republicanas” contra o príncipe.

O príncipe seguiu viagem que teve como próxima paragem a cidade do Recife, mas que devido aos eventos da capital baiana, houve o cuidado de evitar novos tumultos. Silva Jardim acabou retornado para a Corte depois de proferir uma conferência na Faculdade de Direito e o conde d’Eu seguiu sua viagem rumo à Amazônia.

O Conde d’Eu, sem a companhia de seu grande opositor, continuou sua jornada pelo norte do Brasil, visitando as províncias entre o Amazonas e a Bahia. Uma longa viagem, perscrutada por críticas da imprensa republicana e ausência de respaldo das camadas populares. Em cidades como Belém, capital da província do Pará, a passagem imperial teria sido imperceptível, sem qualquer agitação do povo. Essa reação popular, ou melhor dizendo, ausência da população para receber o herdeiro do trono, pode ser entendida como uma resposta do longo processo de construção de uma imagem depreciativa do Conde d’Eu por parte da imprensa (JESUS, 2017, p. 11).

Ainda que o autor entenda que a ausência de povo se dava por causa da impopularidade do príncipe entre determinados segmentos políticos, é importante observar que a viagem era dada quase de maneira anônima por interesse do próprio conde d’Eu. A Corte não oferecia os dados da viagem e a imprensa, por falta de informações, noticiava a chegada e saída das cidades com extrema inexatidão.

O certo é que a presença da Guarda Negra nos eventos da Bahia causava entre os republicanos uma ojeriza sobre os elementos que ainda buscavam sustentar o regime monárquico no Brasil. Para o *O Republicano* “mais justo seria que a futura imperatriz, por graça de Deus e de uma boa parte dos libertos de 13 de maio, fosse reinar em qualquer parte da África com seus novos e dedicados súditos”.<sup>136</sup> Para muitos segmentos republicanos, era preciso garantir a ordem e a estabilidade do país.

No retorno para a Corte, o Conde d’Eu fez sua primeira e única passagem pela província de Sergipe. Se a Bahia era paragem obrigatória tanto quanto ia ou quando voltavam para a Europa, Sergipe nunca tinha recebido algum dos membros do casal principesco. Pelo que se pode notar, o interesse do marido da Princesa Imperial estava em percorrer o rio São Francisco e conhecer as famosas cachoeiras de Paulo Afonso.

A passagem pelo interior da província foi relatado pelo *São Francisco* na edição de 29 de agosto de 1889 que descrevia o Conde d’Eu como “alto, vermelho, surdo, desalinhado, de poucas palavras”, retratando bem o que Isabel Lustosa (2004, p. 84) afirma que a princesa

---

<sup>136</sup> *O Republicano*, Sergipe, 10 de março de 1889.

herdeira e o imperador pareciam invulneráveis com as críticas produzidas pela imprensa republicana, ao passo que coube ao príncipe consorte toda a sorte de zombarias.

Ao desembarcar na cidade de Propriá no dia 22 de agosto, o príncipe foi recebido pelo presidente da Câmara, pelo delegado e outras pessoas da cidade. O tom da descrição assumiu o ar de caricatura ao dizer que no mesmo momento que o consorte da herdeira do trono era recebido passava um grupo de palhaços anunciando a chegada de um circo, sendo seguido por um grupo de crianças ao som de “Amanhã tem espetáculo? Tem sim, senhor! – O espetáculo é bonito? É sim, senhor!”<sup>137</sup> A folha, de profunda simpatia republicana, buscou aproveitar o encontro de duas comitivas para dar todo um conteúdo de pantomima à passagem do futuro Imperador Consorte.

Ao retornar da região da cachoeira de Paulo Afonso, o conde d’Eu foi recebido pelo governo provincial em Aracaju. O *A Reforma*, na edição de 29 de agosto de 1889, anunciou que o príncipe foi recebido com festa o “marido daquela que libertou a pátria da maior de suas máculas”.<sup>138</sup> Na edição seguinte, de 4 de setembro de 1889, descreveu o programa de recepção oferecido pelo governo local que contou com visita à Escola Normal e almoço com autoridades no Palácio do Governo. Nenhum sinal de agitação, pelo contrário, o príncipe teria sido ovacionado por onde passou pela capital sergipana.

Já para *O Republicano* informava que por mais que o governo local tivesse se esforçado para fazer com que a presença do Conde d’Eu em Aracaju tivesse sido um evento popular não despertou a paixão das pessoas da cidade.<sup>139</sup> E ainda criticou o fato de a cidade de Laranjeiras não ter recebido a visita imperial:

Sua Alteza não se dignou de visitar esta cidade.  
Por que? Por que também não nos veio explorar?  
Receou?  
O caráter laranjeirense é independente e astuto.  
Não o faz curvar o prestígio [ilegível] de que se faz cercar o príncipe dos cortiços.<sup>140</sup>

Os republicanos de Laranjeiras rememoram os boatos que circulavam na Corte de que o consorte imperial explorava cortiços. Na mesma edição, o jornal ainda classificou o príncipe como grosseiro por não ter atendido ao pedido das senhoras de Aracaju para demorar mais tempo na cidade e assistir ao baile que seria oferecido em homenagem ao futuro Imperador.

<sup>137</sup> *O São Francisco*, Sergipe, 22 de agosto de 1889.

<sup>138</sup> *A Reforma*, Sergipe, 29 de agosto de 1889.

<sup>139</sup> *O Republicano*, Sergipe, 8 de setembro de 1889.

<sup>140</sup> *O Republicano*, Sergipe, 8 de setembro de 1889.

No caminho para o Rio de Janeiro, o príncipe parou novamente na capital da Bahia e, desta vez, com muito mais tranquilidade. Na edição de 31 de agosto de 1889, o *Diário da Bahia* descreveu que o Conde d'Eu desembarcou no porto e seguiu para o palácio na Vitória e durante todo o caminho “foi o augusto viajante acolhido com a mais vivas expressões de respeito e estima por parte da população da capital”.

Na edição de 1 de setembro de 1889, a mesma folha informou que o príncipe visitou a Faculdade de Medicina e depois seguiu viagem até a Vila Nova da Rainha (atual cidade de Senhor do Bonfim), para conferir as obras do prolongamento da Estrada de Ferro da Bahia ao São Francisco. No dia 3 de setembro ainda partiu para a cidade de Cachoeira e de lá para outras cidades e vilas do recôncavo baiano. Nem de longe sinal da confusão que havia acontecido no mês de junho.

Ainda assim, a imprensa contrária à continuidade da monarquia era algo impensável e que precisava ser impedida o quanto antes. Para Maria Tereza Chaves de Mello (2007), a opinião dos republicanos retratada nos jornais era caracterizada como a verdadeira opinião pública longe da que saía de forma fraudada das ruas. Entretanto, para José Murilo de Carvalho (2000), a Monarquia tinha conquistado o auge de sua popularidade diante a população brasileira, principalmente a mais pobre.

Para José Murilo de Carvalho (2007), esse mesmo povo não teve qualquer poder ou participação na condução dos movimentos de 1889. Esteve à parte de tudo que tenha acontecido. Em 15 de novembro de 1889, um golpe de Estado derruba a Monarquia. A princesa ainda tentou resistir, mas o esforço foi em vão.

O advento da República, diante daquelas circunstâncias não poderia contar com o apoio da opinião pública, nem tampouco com um movimento popular que destronasse o Imperador e sua adorada filha. Por outro lado, um golpe a partir da instauração do Terceiro Reinado seria provavelmente muito menos aceito, uma vez que a popularidade de Isabel certamente estaria em alta ao assumir o trono. Assim, era preciso antecipar-se aos fatos. Abortar o Terceiro Reinado antes de sua concretização era o caminho mais pertinente (DAIBERT JR., 2004, p. 183).

A princesa perdeu seu trono. Partiu com a família para o exílio a bordo do Alagoas. Passou trinta anos sem poder retornar ao Brasil e voltou morta para ser sepultada em Petrópolis.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os desdobramentos políticos da capital do Império a partir dos debates produzidos na imprensa periódica de outras províncias fomentou uma espécie de desafio para entender como os sujeitos de outros espaços distintos do centro político de posicionavam sobre temas que lhes consideravam relevantes.

Os problemas que a monarquia não havia resolvido, aliados à extinção do elemento servil sem indenização aos proprietários, retiraram-lhe o último apoio. Uma quartelada foi suficiente para a queda do regime e o povo a quem D. Isabel conseguiu alcançar um certo índice de popularidade, manteve-se afastado de todo e qualquer acontecimento.

Apesar das limitações das fontes, tão malcuidadas nos acervos, tentamos construir a narrativa de que as questões que envolviam a formação da herdeira imperial do trono brasileiro e os movimentos que envolviam a transição para um possível terceiro reinado, também faziam parte dos debates na segunda metade do século XIX. Vimos, no decorrer da pesquisa, que as certezas e inquietudes sobre a continuidade da monarquia tiveram espaço cativo nos jornais que circulavam nas províncias da Bahia e de Sergipe.

Ainda que a utilização dos jornais como fonte de pesquisa histórica requeira um grau apurado de análise, a pesquisa não buscava mensurar o grau de credibilidade ou impacto das informações sobre a princesa D. Isabel ou o seu marido, o príncipe Gastão de Orleans, mas a incidência de um debate dentro dos veículos de imprensa dentro de dois espaços geográficos próximos entre si mas distantes da Corte no Rio de Janeiro. Mais do que isso, compreender os impactos e a simbologia política e social de figuras da monarquia brasileira no cotidiano das províncias.

No primeiro capítulo, percebemos como as representações da filha do imperador na imprensa provincial passando pelos movimentos de nascimento, educação e casamento da princesa imperial no seu caminho para se tornar a imperatriz do Brasil. Através das fontes, observamos que momentos que poderiam ser considerados de foro privado passavam por objeto de debate e especulação da imprensa local e regional no sentido de construir uma imagem de ligação entre os sujeitos e a sua futura soberana.

Também observamos, que ao mesmo tempo em que eram discutidas as possibilidades de atuação de D. Isabel enquanto regente do Império e futura monarca, a imprensa acabava por popularizar figuras que geograficamente estavam distantes, mas que norteavam as dinâmicas

sociais consolidando espaços de prestígio e de poder a partir de suas relações com os mandatários da monarquia.

No segundo capítulo, o debate concentrou-se em torno de dois fatores que eram tidos como elementos que desestimulavam a continuidade da monarquia no Brasil: o gênero e a religiosidade da herdeira do trono. Ainda que ao longo da pesquisa, é impressão que D. Isabel jamais demonstrou incapacidade ou despreparo nas ocasiões em que exerceu a chefia de Estado. Em que pese sua condição de devoção extrema, isso não caracterizava despreparo ou alienação, mas sim uma forma de enxergar o mundo e de se posicionar politicamente. A atenção dada pela princesa imperial aos assuntos religiosos a aproximava de um segmento religioso dentro da sociedade brasileira, mas causava a repulsa de segmentos anticlericais em voga na segunda metade do século XIX.

Selecionando páginas de jornais e revistas que abordavam tanto a questão de a herdeira do trono ser uma mulher quanto o fato de possuir uma grande admiração pelas questões religiosas, a imagem da futura imperatriz pairava entre a desconfiança e a repulsa. Desconfiavam da capacidade feminina de gerir os negócios de Estado e de cumprir o seu papel social enquanto esposa e mãe, assim como desconfiavam da influência que a Igreja Católica poderia possuir no Estado brasileiro. Esse tipo de debate ainda levantava dúvidas sobre o apoio que a soberana deveria necessitar ao longo de seu reinado.

Para os discursos da imprensa que foram analisados, a princesa precisaria de um homem forte de fosse capaz de guiá-la na árdua tarefa de conduzir o Brasil e o marido escolhido pelo imperador para auxiliar a filha acabou sendo alvo de críticas e desconfianças por diversos veículos que acabavam por denomina-lo pejorativamente de “o francês”.

O terceiro capítulo traz como enfoque os eventos relacionados ao momento em que a princesa D. Isabel assumiu a regência pela última vez. Pudemos perceber que com a terceira regência, D. Isabel assumiu o comando do país pela última vez, naquele momento para muitos era como se o reinado da mesma tivesse começado em virtude da grave moléstia que atingira o imperador. Acabou se envolvendo que setores moderados e católicos da causa abolicionista, se engajando e participando de eventos para angariar fundos para alforrias. Chegou a abrigar negros fugidos dentro do palácio.

Entretanto, tais atitudes criaram um misto ora de admiração ora de rejeição na imprensa da Bahia e de Sergipe. Principalmente por se relacionar entre os vínculos de sustentação do regime e a necessidade de reformas urgentes no país como a federação. Se para republicanos que começaram a se organizar efetivamente somente na década de 1880, e sendo um movimento organizado por segmentos letrados dentro das camadas médias urbanas, a mudança de regime

era o único mecanismo possível para empreender tais mudanças que o país necessitava, para outros as ideias da república eram alvo de desconfiança mas impactava diretamente com a ascensão de uma mulher devota ao trono imperial.

No final da monarquia, a devoção de libertos pela lei de 13 de maio de 1888 com a figura da princesa imperial parecia selar o destino político do país. Se a princesa acabava se aproximando de camadas populares e iletradas, se distanciava das elites locais que ansiavam pela possibilidade de maior interação com as dinâmicas de poder.



## REFERÊNCIAS

### FONTES

#### Bahia

A Fraternidade – 5 de outubro de 1875 – Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

A Lanterna – 22 de julho de 1882 – Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

A Locomotiva – 5 de maio de 1889 – Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

A Religião – 12 de junho de 1887 – Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

A Situação – 31 de julho de 1887 – Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

A Troça – janeiro de 1887 – Biblioteca Pública do Estado da Bahia

Almanach do Diário de Notícias da Bahia para o ano de 1881 – Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

Correio da Bahia – 25 de agosto de 1878 – Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

Correio da Bahia – 29 de dezembro de 1871 – Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

Correio da Feira – 8 de janeiro de 1882 – Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

Diário da Bahia – 16 de junho de 1889 – Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

Diário da Bahia – 18 de junho de 1889 – Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

Diário do Povo – 1 de maio de 1889 – Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

Diário do Povo – 17 de junho de 1889 – Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

Diário do Povo – 24 de abril de 1889 – Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

Diário do Povo – 4 de abril de 1889 – Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

Echo Maragogipense – 17 de outubro de 1884 – Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

O Alabama – 29 de dezembro de 1864 – Instituto Geográfico e Histórico da Bahia

O Alabama – 31 de dezembro de 1864 – Instituto Geográfico e Histórico da Bahia

O Asteroide – 11 de maio de 1888 – Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

O Asteroide – 3 de agosto de 1888 – Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

O Asteroide – 23 de outubro de 1887 – Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

O Asteroide – 30 de setembro de 1887 – Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

O Asteroide – 4 de novembro de 1887 – Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

O Asteroide – 4 de outubro de 1887 – Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

O Asteroide – 13 de maio de 1889 – Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

O Corsário – 26 de setembro de 1888 – Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

O Interesse Público – 15 de dezembro de 1860 – Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

O Monitor – 1 de junho de 1876 – Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

O Monitor – 8 de fevereiro de 1877 – Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

### **Sergipe**

A Reforma – 1 de julho de 1888 – Biblioteca Pública Epifânio Dórea

A Reforma – 13 de maio de 1888 – Biblioteca Pública Epifânio Dórea

A Reforma – 17 de julho de 1887 – Biblioteca Pública Epifânio Dórea

A Reforma – 17 de junho de 1888 – Biblioteca Pública Epifânio Dórea

A Reforma – 21 de agosto de 1887 – Biblioteca Pública Epifânio Dórea

A Reforma – 23 de outubro de 1887 – Biblioteca Pública Epifânio Dórea

A Reforma – 28 de setembro de 1887 – Biblioteca Pública Epifânio Dórea

A Reforma – 3 de março de 1889 – Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

A Reforma – 29 de agosto de 1889 – Biblioteca Pública Epifânio Dórea

Correio Sergipense – 12 de outubro de 1864 – Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

Correio Sergipense – 19 de outubro de 1864 – Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

Correio Sergipense – 3 de novembro de 1864 – Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

Correio Sergipense – 5 de novembro de 1864 – Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

Correio Sergipense – 9 de novembro de 1864 – Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

Jornal de Sergipe – 13 de agosto de 1881 – Biblioteca Pública Epifânio Dórea

O Echo Liberal – 11 de agosto de 1877 – Biblioteca Pública Epifânio Dórea

O Larangeirense – 4 de março de 1888 – Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

O Pharol – 2 de outubro de 1886 – Biblioteca Pública Epifânio Dórea

O Pharol – 25 de abril de 1887 – Biblioteca Pública Epifânio Dórea

O Pharol – 6 de junho de 1887 – Biblioteca Pública Epifânio Dórea

O Republicano – 10 de março de 1889 – Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

O Republicano – 11 de novembro de 1888 – Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

O Republicano – 11 de novembro de 1889 – Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

O Republicano – 17 de fevereiro de 1889 – Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

O Republicano – 21 de junho de 1889 – Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

O Republicano – 8 de setembro de 1889 – Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

O Republicano – 20 de outubro de 1889 – Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

O São Francisco – 22 de agosto de 1889 – Biblioteca Pública Epifânio Dórea

O São Francisco – 8 de agosto de 1889 – Biblioteca Pública Epifânio Dórea

### **Outras províncias**

A Província – Pernambuco – 28 de setembro de 1875 – Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

A Província – Pernambuco – 3 de julho de 1877 – Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

Jornal do Recife – Pernambuco – 11 de fevereiro de 1865 – Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

Jornal do Recife – Pernambuco – 19 de junho de 1887 – Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

Jornal do Recife – Pernambuco – 2 de maio de 1871 – Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

Jornal do Recife – Pernambuco – 20 de janeiro de 1887 – Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

O Gutemberg – Alagoas – 23 de janeiro de 1887 – Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

O Orbe – Alagoas – 19 de janeiro de 1882 – Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

O Publicador – Paraíba – 4 de novembro de 1864 – Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

Revista Ilustrada – Rio de Janeiro – 3 de setembro de 1887 – Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

## REFERÊNCIAS

- ABREU, Martha; SCHUELER, Alessandra. Instrução. In.: VAINFAS, Ronaldo. (Org.). *Dicionário do Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.
- ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- ALBUQUERQUE, Samuel Barros de Medeiros. Entre cartas e memórias: Preceptoras europeias no Brasil do século XIX. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal da Bahia, 2013.
- ALBUQUERQUE, Wlamyra Ribeiro de. *O jogo da dissimulação: Abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- ALENCAR, José de. *Uma these constitucional: A Princeza Imperial e o Príncipe Consorte no Conselho de Estado*. Rio de Janeiro: Livraria Popular, 1867.
- ALENCASTRO, Luís Felipe de. Vida privada e ordem privada no Império. In: NOVAIS, Fernando A. (Dir.). ALENCASTRO, Luís Felipe de. (Org.). *História da vida privada no Brasil: Império: a corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ALMEIDA GARRETT, Visconde de. *Da Educação: Cartas dirigidas a uma senhora illustre, encarregada da instituição de uma jovem princeza*. 3. ed. Porto: Ernesto Chardon Editor, 1883.
- ALONSO, Ângela. *Flores, votos e balas: O movimento abolicionista brasileiro (1868-88)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- ALONSO, Ângela. *Ideias em movimento: A geração de 1870 na crise do Brasil Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- ANDRADE, Manuel Correia de. *João Alfredo: O Estadista da Abolição*. Recife: FUNDAJ/Massangana, 1988.
- ARAÚJO, Dilton Oliveira de. *O tutu da Bahia: Transição conservadora e formação da nação (1838-1850)*. Salvador: EDUFBA, 2009.
- ARAÚJO, Dilton Oliveira de. Política e Imprensa na Bahia do período Pós-Sabinada. In.: FONSECA, Sílvia Carla Pereira de Brito; CORRÊA, Maria Letícia. (Orgs.). *200 anos de imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2009.
- ARAÚJO, Dilton Oliveira de. *Republicanism e Classe Média em Salvador (1870-1889)*. Salvador. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais): Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, 1992.
- ARAÚJO, Maria Marta Martins de. *Com Quantos Tolos se faz uma República?: Padre Correia de Almeida e sua Sátira ao Brasil Oitocentista*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007.

- AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda negra, Medo branco: O negro no imaginário das elites do século XIX*. 3. ed. São Paulo: Annablume, 2004.
- AZZI, Riolando. *O altar unido ao trono: Um projeto conservador*. São Paulo: Paulinas, 1992.
- BACZKO, Bronislaw. A imaginação social. In: Leach, Edmund et Alii. *Enciclopédia Einaudi*: vol. 5 Anthropos-Homem. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.
- BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa: Brasil – 1800-1900*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.
- BARBOSA, Rui. *Obras Seletas*. Vol. 6. Ministério da Cultura/Fundação Biblioteca Nacional/Departamento Nacional do Livro. Disponível em: <  
<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000086.pdf>>. Acesso em: 14 ago 2018.
- BARMAN, Roderick J. *Imperador cidadão*. São Paulo: Ed. Unesp, 2012.
- BARMAN, Roderick J. *Princesa Isabel do Brasil: Gênero e Poder no Século XIX*. São Paulo: Ed. Unesp, 2005.
- BARRETO, Luiz Antônio. A epopeia dos 200 anos de imprensa. *Infonet*. Aracaju. 18/04/2008. Disponível em: <  
<http://www.infonet.com.br/luisantonioabarreto/ler.asp?id=72416>>. Acesso em: 15 dez 2014.
- BARROS, Roque Spencer M. de. A Questão Religiosa. In: HOLLANDA, Sérgio Buarque de. (Org.) *História Geral da Civilização Brasileira*. II: O Brasil Monárquico. 4. Declínio e Queda do Império. v. 6. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/Bertrand Brasil, 2004.
- BASBAUM, Leôncio. *História Sincera da República: Das origens à 1889*. 5. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1986.
- BECKER, Jean-Jacques. A opinião pública. In.: RÉMOND, René. (Org.). *Por uma história política*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2010.
- BEOZZO, José Oscar. A Igreja na crise final do Império. In: HAUCK, João Fagundes et al. (Org.). *História da Igreja no Brasil: Segunda época – Século XIX*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.
- BERCÉ, Yves-Marie. *O Rei oculto*. Salvador e impostores: Mitos políticos populares na Europa moderna. Bauru/São Paulo: Edusc/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003.
- BERNARDO, Kátia Jane Chaves. *Envelhecer em Salvador: Uma página da História (1850-1900)*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal da Bahia, 2010.
- BLOCH, Marc. *Os reis taumaturgos: o caráter sobrenatural do poder régio*, França e Inglaterra. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- BOLÉO, Luísa V. de Paiva. *D. Maria II: A rainha insubmissa*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2014.
- BORDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 2. ed. Lisboa: Edições 70, 2015.

BRASIL. *Falas do Trono*: Desde o ano de 1823 até o ano de 1889. Acompanhadas dos respectivos votos de graça da Câmara Temporária. São Paulo: Melhoramentos, 1977.

BRITO, Jailton Lima. *A abolição na Bahia*: Uma história política 1870-1888. Salvador. Dissertação (Mestrado em História Social): Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, 1996.

BURKE, Peter. (Org.). *A escrita da história*: novas perspectivas. São Paulo: Ed. Unesp, 1992.

BURKE, Peter. *A Fabricação do Rei*: A construção da imagem pública de Luís XIV. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

CALADO, Ivanir. *Imperatriz no Fim do Mundo*: Memórias dúbias de D. Amélia de Leuchtemberg. Rio de Janeiro: Ediouro, 1997.

CALMON, Pedro. *A Princesa Isabel*: a “Redentora”. São Paulo: Ed. Nacional, 1941.

CARDOSO, Ciro Flamarion. História e poder: Uma nova história política?. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

CARVALHO FILHO, Aloysio de. Jornalismo na Bahia: 1875-1960. In: TAVARES, Luís Guilherme Pontes. (Org.). *Apontamentos para a História da Imprensa na Bahia*. Salvador: ALB/ALBA, 2005.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem*: A elite política imperial/*Teatro de sombras*: A política imperial. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas*: O imaginário da república no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

CARVALHO, José Murilo de. *D. Pedro II*: Ser ou não ser. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados*: O Rio de Janeiro e a República que não foi. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e bordados*: Escritos de história e política. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

CASCUDO, Luís da Câmara. *O Conde d’Eu*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1933.

CELSONO, Afonso. *Oito anos de parlamento*. Brasília: Senado Federal, 1998.

CERQUEIRA, Bruno Antunes Silva (Org.). *D. Isabel I a Redentora*: Textos e documentos sobre a Imperatriz exilada do Brasil em seus 160 anos de nascimento. Rio de Janeiro: IDII, 2006.

CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano 2*: As artes de fazer. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: Entre práticas e representações*. 2.ed. Lisboa: Difel, 2002.

COSTA, Carlos. *A revista no Brasil do século XIX: A história da formação das publicações, do leitor e da identidade do brasileiro*. 2. ed. São Paulo: Alameda, 2007.

COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. 9. ed. São Paulo: Ed. Unesp, 2010.

COSTA, Marcos. *O reino que não era deste mundo: Crônica de uma república não proclamada*. Rio de Janeiro: Valentina, 2015.

COSTA, Wilma Peres. Taunay, Taunays: Territórios, imaginários e escrita da nação. In: BAREL, Ana Beatriz Demarchi; COSTA, Wilma Peres. (Orgs.). *Cultura e Poder entre o Império e a República: Estudos sobre os imaginários brasileiros (1822-1930)*. São Paulo: Alameda, 2018.

COURBON, Alain. (Dir.) *História da Virilidade: 2. O triunfo da virilidade. O século XIX*. Petrópolis: Vozes, 2013.

COUTROT, Aline. Religião e Política In.: RÉMOND, René. (Org.). *Por uma história política*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2010.

CUNHA, Rui Vieira da. *Estudo da nobreza brasileira: I – Cadetes*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1966.

CUNHA, Rui Vieira da. *O parlamento e a nobreza brasileira*. Brasília: Senado Federal, 1979.

D. PEDRO II. À Regente D. Isabel. In.: ISOCRATES ET AL. *Conselhos aos governantes*. Brasília: Senado Federal, 1998.

D'INCAO, Maria Ângela. Mulher e família burguesa. In: PRIORE, Mary del (Org.). *História das Mulheres no Brasil*. 9. ed. São Paulo: Contexto/Ed. Unesp, 2009.

DAIBERT JR., Robert. Entre o trono e o altar. *Revista de História da Biblioteca Nacional*. n.80, p. 22-25, maio 2012.

DAIBERT JR., Robert. *Isabel a “Redentora” dos Escravos: uma história da Princesa entre olhares negros e brancos (1846-1988)*. Bauru: Edusc, 2004.

DAIBERT JR., Robert. *Princesa Isabel (1846-1921): A “política do coração” entre o trono e o altar*. Tese (Doutorado em História Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007.

DARTON, Robert. *O diabo na água benta: Ou a arte da calúnia e da difamação de Luís XIV a Napoleão*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

DORATIOTO, Francisco. *Maldita guerra: Nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

ECHEVERRIA, Regina. *A história da princesa Isabel: amor, liberdade, exílio*. Rio de Janeiro: Versal, 2014.

ELIAS, Norbert. *A sociedade de Corte*: Investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de Corte. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Volume I: Uma história dos costumes. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

ESTRADA, Osório Duque. *A Abolição*. Brasília, Senado Federal: 2005.

FERREIRA, Marieta de Moraes. A nova “velha história”: O retorno da História Política. *Estudos Históricos*. vol. 5, n. 10, p. 265-271, 1992.

FILGUEIRAS, Carlos. Química na Educação da Princesa Isabel. *Química Nova*. Vol. 27, n.2, p.349-355, ago. 2004.

FONSECA, Matheus Berlink. A relação entre a imprensa soteropolitana com o golpe de 1889: Uma análise dos discursos jornalísticos sobre a Proclamação da República. *Historien* (Petrolina). ano 4. n. 9. Jul/Dez 2013.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 22. ed. São Paulo: Loyola, 2012.

FOUCAULT, Michel. Ética, sexualidade e política. In.: MOTTA, Manoel de Barros (Org.). *Coleção Ditos e escritos*. Vol. 5, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da liberdade*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2006.

FRAGA FILHO, Walter. O 13 de maio e as celebrações da liberdade, Bahia, 1888-1893. *História Social*. n. 19, ago-dez 2010, pp. 63-90.

GEERTZ, Clifford. Centros, reis e carisma. In: *O saber local*: Novos ensaios em antropologia interpretativa. Petrópolis: Vozes, 2006.

GIORGIO, Michela. O modelo católico. In: PERROT, Michele; FRAISSE, Geneviève. (Dir.). *História das Mulheres no Ocidente*: O século XIX. Afrontamento: Porto, 1994.

GOMES, Rita Costa. *A Corte dos reis de Portugal no final da Idade Média*. Lisboa: DIFEL, 1995.

GONÇALVES, Andréa Lisly. *História & Gênero*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

GONÇALVES, Graciela Rodrigues. *As secas na Bahia do século XIX*: Política e sociedade. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Bahia, 2000.

GOUVÊA, Maria de Fátima. *O Império das Províncias*: Rio de Janeiro, 1822-1889. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997.

GUILHON, Orlando J. F. *José do Patrocínio*. São Paulo: Três, 2005.

GUIMARÃES, Lúcia. Zacarias de Góes e Vasconcelos. In: VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.



HAHNER, June E. *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

HAHNER, June E. *A mulher no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

HOLLANDA, Sérgio Buarque de. (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil monárquico v. 4: Declínio e queda do Império*. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HOLLANDA, Sérgio Buarque de. (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil monárquico v. 5: Do Império à República*. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HOLLANDA, Sérgio Buarque de. A marcha da ideia da emancipação. In. HOLLANDA, Sérgio Buarque de (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira: II. O Brasil Monárquico. 5. Do Império à República. v. 7*. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/Bertrand Brasil, 2004.

HUNT, Lynn. *A Nova História Cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

INSTITUTO ANTÔNIO HOUAISS. *Dicionário Houaiss Conciso*. São Paulo: Moderna, 2011.

JARDIM, Antônio da Silva. *Propaganda Republicana (1888-1889)*. Discursos, opúsculos e artigos coligidos, anotados e prefaciados por Barbosa Lima Sobrinho. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, Conselho Federal de Cultura, 1978.

JEANNENEY, Jean-Noël. A mídia. In.: RÉMOND, René. (Org.). *Por uma história política*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2010.

JESUS, Ronaldo Pereira de. *Visões de monarquia: Escravos, operários e abolicionismo na Corte*. Belo Horizonte: Argumentum, 2009.

JINZENJI, Mônica Yumi. *Cultura, imprensa e educação da mulher no século XIX*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.

KANTOROWICZ, Ernest H. *Os dois corpos do rei: Um estudo sobre teologia política medieval*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC Rio, 2006.

LACOMBE, Lourenço Luiz. *Isabel, a Princesa Redentora*. Petrópolis: IHP, 1989.

LAGO, Pedro Corrêa do. *Coleção Princesa Isabel: fotografia do século XIX*. Rio de Janeiro: Capivara, 2008.

LAUDRIE, Emmanuel Le Roy. *O Estado monárquico, França, 1460-1610*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

LEITE, Beatriz Westin de Cerqueira. *O Senado nos anos finais do Império 1870-1889*. Brasília: Senado Federal, 1978.

LEITE, Rinaldo Cesar Nascimento. A “baianidade” das elites nas primeiras décadas republicanas. In.: NEGRO, Antonio Luigi; SOUZA, Evergton Sales; BELLINI, Lúgia. (Orgs.). *Tecendo Histórias: espaço, política e identidade*. Salvador: Edufba, 2009.

LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter. (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Ed. Unesp, 1992.

LIMA, Ivana Stolze. Cabra gente brasileira do gentio da Guiné: Imprensa, política e identidades no Rio de Janeiro (1831-1833). In: NEVES, Lúcia Maria Bastos P. et al. (Org.). *História e Imprensa: Representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

LONGO, James McMurtry. *Isabel Orleans-Bragança: The Brazilian Princess who freed the slaves*. Jefferson, North Carolina: McFarland, 2008.

LOPES, Marcos Antônio. *O imaginário da realeza*. Londrina: Eduel, 2012.

LOURENÇO, Felipe Teixeira. *A construção de memórias historiográficas através do pensamento de Walter Benjamin e Michel Foucault: o caso da princesa Isabel*. Dissertação (Mestrado em Memória Social). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2017.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In. PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.). *Fontes Históricas*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

LUSTOSA, Isabel. (Org.). *Imprensa, história e literatura*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2008.

LUSTOSA, Isabel. (Org.). *Imprensa, humor e caricatura: A questão dos estereótipos culturais*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2011.

LUSTOSA, Isabel. *As trapaças da sorte: Ensaio de história política e de história cultural*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004.

LYRA, Heitor. *História da Queda do Império*. Tomos I e II. São Paulo: Ed. Nacional, 1964.

LYRA, Maria de Lourdes Viana. A atuação da mulher na cena pública: diversidade de atores e de manifestações políticas no Brasil Imperial. *Almanack Braziliense*. São Paulo, v. 3, p.105-122, maio 2006.

MARQUES, Eduardo Alves. *Se as joias falassem*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2009.

MARTINS, Ana Luiza. Imprensa em tempos de Império. In.: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de. (Orgs.). *História da Imprensa no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

MATA, Iacy Maia. *Os “treze de maio”*: Ex-senhores, polícia e libertos na Bahia pós-abolição (1888-1889). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Bahia, 2002.

MATTOS, Augusto Oliveira. *Guarda Negra: A Redemptora e o Ocaso do Império*. Brasília: Hinterlândia, 2009.

MATTOS, Augusto Oliveira. Sempre na berlinda. *Revista de História da Biblioteca Nacional*. n.80, p. 26-29, maio 2012.

- MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema*. São Paulo/Brasília:HUCITEC/INL, 2011.
- MATTOSO, Kátia Maria de Queirós. *Bahia – século XIX: Uma província no Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.
- MAUAD, Ana Maria. A vida das crianças de elite durante o Império. In.: PRIORE, Mary del (Org.). *História das Crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2009.
- MAUAD, Ana Maria. Imagem e auto-imagem do Segundo reinado. In: NOVAIS, Fernando A. (Dir.). ALENCASTRO, Luís Felipe de. (Org.). *História da vida privada no Brasil: Império: a corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- MAYER, Arno. *A força da tradição: A persistência do Antigo Regime (1848-1914)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- MEDEIROS, Francine Castoldi. A viagem da Princesa Isabel a Porto Alegre em 1885: a questão de gênero na imprensa escrita e a representação do gaúcho sob o olhar da princesa. *Textura: Revista de Educação e Letras*. v. 10, n. 18, jul/dez 2008.
- MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A República Consentida: Cultura democrática e científica no final do Império*. Rio de Janeiro: FGV/EDUR, 2007.
- MESQUITA, Maria Luiza de Carvalho. *O “Terceiro Reinado”: Isabel de Bragança, A Imperatriz que não foi*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Severino Sombra, 2009.
- MESQUITA, Maria Luiza de Carvalho. Quem tem medo do terceiro império ou por que não Isabel? *Simpósio de Política e Cultura da Universidade Severino Sombra*. Vassouras, 2008.
- MIRANDA, Clícea Maria Augusto de. *Guarda Negra da Redentora: Verso e reverso de uma combativa associação de libertos*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2006.
- MOREL, Marco. Os primeiros passos da palavra impressa. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de. (Orgs.). *História da Imprensa no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011.
- MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro de. *Palavra, imagem e poder: O surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- MOTA, Camilla Veras. 13 de maio: como dois Estados brasileiros aboliram a escravidão antes de 1888. *BBC News Brasil*. São Paulo, 13 maio 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-48234172>. Acesso em: 20 set 2019.
- MUGGE, Miquéias H. História de elites e micro-história: aproximações metodológicas. In: MARTINS, Maria Cristina Bohn; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt (Org.). *Uma história em escalas: A micro-historia e a historiografia latino-americana*. São Leopoldo: Oikos/Unisinos, 2012.
- NABUCO, Joaquim. *Minha formação*. Brasília: Senado Federal, 1996.

NACHTIGALL, Lucas Suzigan. “*Mas, e depois?*”: o Terceiro Reinado nos horizontes de expectativa do final do Império (1888-1893). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2015.

NEGRO, Antonio Luigi; SOUZA, Evergton Sales; BELLINI, Lígia. (Orgs.). *Tecendo Histórias: espaço, política e identidade*. Salvador: Edufba, 2009.

NOGUEIRA, Octaciano. *Constituições Brasileiras: 1824*. 2. ed. Brasília: Senado Federal/Centro de Estudos Estratégicos/ Escola de Administração Fazendária, 2001.

NUNES, Maria Thetis. *Sergipe Provincial II (1840-1889)*. Rio de Janeiro/Aracaju: Tempo Brasileiro/BANESE, 2006.

OLIVEIRA, Ione. História política e historiografia do Brasil República. *Textos de História*, v. 15, p. 93-107, 2007.

PANG, Eul-Soo. *In pursuit of honour and power: Noblemen of the Southern Cross in Nineteenth-Century Brazil*. Tuscaloosa: Ed. Universidade do Alabama, 1988.

PATROCÍNIO, José do. *Campanha abolicionista: Coletânea de artigos*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional/Dep. Nacional do Livro, 1996.

PEREIRA, Camila Mendonça. *Abolição e Catolicismo: A participação da Igreja Católica na extinção da escravidão no Brasil*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense, 2011.

PERROT, Michele. *Os excluídos da História: Operários, mulheres, prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PINA, Patrícia Kátia da Costa. O jornal, o leitor, e a leitura nos oitocentos. *Labirintos* (Feira de Santana). v. 08, 2º Sem 2010.

PINHO, Wanderley. *Salões e damas do Segundo Reinado*. 5. ed. São Paulo: GRD, 2004.

PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.). *Fontes Históricas*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

PINTO, Edilânia dos Santos. *Gazeta do Aracaju (1879-1888): História e características de um periódico sergipano oitocentista*. Monografia (Bacharelado em Biblioteconomia e Documentação). Universidade Federal de Sergipe, 2018.

POCOCK, J.G.A. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: EDUSP, 2013.

PRIORE, Mary del. *Castelo de papel: Uma história de Isabel de Bragança, princesa imperial do Brasil e Gastão de Orléans, conde d'Eu*. Rio de Janeiro: Rocco, 2013.

PRIORE, Mary del. Pais de ontem: transformações da paternidade no século XIX. In: PRIORE, Mary del; AMANTINO, Márcia (Orgs.). *História dos Homens no Brasil*. São Paulo: Ed. Unesp, 2013.

PROIRE, Mary del. *O príncipe maldito: traição e loucura na família imperial*. São Paulo: Objetiva, 2006.

QUINTAS, Amaro. O Nordeste. In.: HOLLANDA, Sérgio Buarque de. (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil monárquico v. 2: Dispersão e unidade*. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

RAMOS, Rui; CARVALHO, José Murilo de; SILVA, Isabel Corrêa. (Orgs.). *A monarquia constitucional dos Braganças em Portugal e no Brasil (1822-1910): Uma história paralela de Portugal e do Brasil depois da independência brasileira*. Alfragide (Portugal): Dom Quixote, 2018.

RANGEL, Alberto. *Gastão de Orleans: o último conde d'Eu*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1934.

REGO, Ana Regina. *Imprensa Piauiense: Atuação política no século XIX*. Teresina: Fund. Cult. Monsenhor Chaves, 2001.

RÉMOND, René. (Org.). *Por uma história política*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2010.

RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. (Dir.). *Para uma História Cultural*. Lisboa: Estampa, 1998.

RODRIGUES, José Honório (Org.). *O Conselho de Estado: O Quinto Poder?*. Brasília: Senado Federal, 1975.

RUCQUOI, Adeline. De los reyes que no son taumaturgos: Los fundamentos de la realeza em España. In. RUCQUOI, Adeline. *Rex, Sapientia, Nobilitas: Estudos sobre la península Ibérica medieval*. Granada: Universidade de Granada, 2006. 9-45 pp.

SALLES, Ricardo. As águas do Niágara. 1871: crise da escravidão e o ocaso saquarema. In. GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. (Orgs.). *O Brasil Imperial: Volume III – 1870-1889*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2009.

SANTANA NETO, José Pereira de. *A alforria nos termos e limites da lei: O Fundo de Emancipação na Bahia (1871-1888)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Bahia, 2012.

SANTOS, Irina Aragão dos. *Adornos pessoais: Uma reflexão sobre as relações sociais, processo de design, produção e formação acadêmica*. Dissertação (Mestrado em Design). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2002.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. Um passeio em dias de tormentas: a viagem do Conde d'Eu às províncias do antigo norte do Brasil. *História (São Paulo)*. v. 36, n. 6, 2017.

SANTOS, Mallu Ticiane Conceição dos. *Análise do pensamento republicano do professor sergipano Balthazar de Araújo Góes (1853-1913)*. Monografia (Licenciatura em História). Universidade Federal de Sergipe, 2017.

SANTOS, Mário Augusto da Silva. *O movimento republicano na Bahia*. Salvador: Centro de Estudos Baianos/UFBA, 1990.

SAXE-COBURGO-E-BRAGANÇA, Carlos Tasso de. *A Intriga: Retrospecto de intricados acontecimentos históricos e suas consequências no Brasil Imperial*. São Paulo: Ed. Senac: 2012.

SCHWARCZ, Lília Moritz. *As barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SCHWARCZ, Lília Moritz. *Império em procissão: ritos e símbolos do Segundo Reinado*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

SCHWARCZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças: Cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SCOTT, Joan Wallach. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99.

SILVA, Eduardo. *As Camélias do Leblon e a Abolição da escravatura: uma investigação de História Cultural*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SILVA, Kátia Maria de Carvalho. *O Diário da Bahia e o Século XIX*. Rio de Janeiro/Brasília: Tempo Brasileiro/Imprensa Nacional, 1979.

SILVA, Ricardo Tadeu Caíres. *Caminhos e descaminhos da abolição*. Escravos, senhores e direitos nas últimas décadas da escravidão (Bahia, 1850-1888). Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Paraná, 2007.

SILVA, Viviane Rummmler. Miguel Navarro y Cañizares e a Academia de Belas Artes da Bahia: Relações históricas e obras. *Revista Ohun*. ano 2, n. 2, out. 2005, pp. 219-261.

SOARES, Ana Carolina Eiras Coelho. *Moça Educada, Mulher Civilizada, Esposa Feliz: Relações de gênero e História em José de Alencar*. Bauru: Edusc, 2012.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano. *A capoeira escrava: e outras tradições rebeldes no Rio de Janeiro (1808-1850)*. 2. ed. Campinas: Ed. Unicamp, 2004.

SOIHET, Rachel. História das Mulheres. In.: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Domínios da História: Ensaios de teoria e metodologia*. 5. ed. São Paulo: Campus, 1997.

SOUZA NETO, Edvaldo Alves. “*Ô levanta nego, cativo se acabou*”: Experiências de libertos em Sergipe durante o pós-abolição (1888-1900). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Sergipe, 2016.

SOUZA, Jacó dos Santos. *Vozes da Abolição: Escravidão e liberdade na imprensa abolicionista cachoeirana (1887-1888)*. Dissertação (Mestrado em História Regional e Local). Universidade do Estado da Bahia, 2010.

TAVARES, Luís Henrique Dias. *História da Bahia*. 11. ed. Salvador/São Paulo: Edufba/Ed. da Unesp, 2008.

TEIXEIRA, Ivan. *O Altar & o Trono: Dinâmica do Poder em O Alienista*. Cotia: Ateliê, Campinas: Ed. da Unicamp, 2010.

TODOROV, Tzvetan. *Memória do mal, tentação do bem: Indagações sobre o século XX*. São Paulo: ARX, 2002.

TORRES, João Camilo de Oliveira. *O Conselho de Estado*. Rio de Janeiro: GRD, 1965.

VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

VERONA, Elisa Maria. *Da feminilidade oitocentista*. São Paulo: Ed. Unesp, 2013.

VIANA, Oliveira. *O ocaso do Império*. Brasília: Senado Federal, 2004.

VIEIRA, Hermes. *Princesa Isabel: Uma vida de luzes e sombras*. São Paulo: GRD, 1989.

WINOCK, Michel. As ideias políticas. In.: RÉMOND, René. (Org.). *Por uma história política*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2010.

XAVIER, Leopoldo Bibiano. *Revivendo o Brasil Império*. São Paulo: Artpress, 1991.